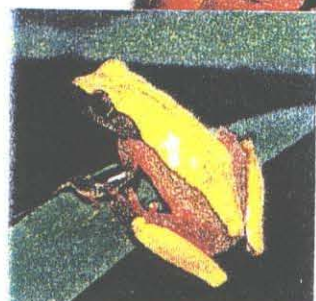
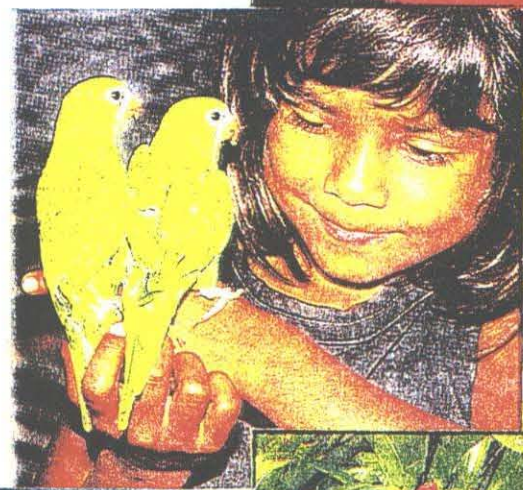




# PROJETO PARQUES e RESERVAS



MMA e  
PP-G7



Versão 2.0  
Volume 1 - Geral

**PP-G7 / PROGRAMA PILOTO PARA A PROTEÇÃO DAS FLORESTAS  
TROPICAIS BRASILEIRAS**

**PROJETO: PARQUES E RESERVAS**

**CORREDORES ECOLÓGICOS DO BRASIL**

**Versão 2.0**

**MMA / IBAMA**

**Ministro do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e da Amazônia Legal  
Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho**

**Secretário da Amazônia Legal  
José de Seixas Lourenço**

**Coordenador Geral do PP-G7  
José Edil Benedito**

**Presidente do IBAMA  
Eduardo de Souza Martins**

**Diretor de Ecossistemas do IBAMA  
Ricardo José Soavinski**

**Brasília, Janeiro de 1997**

**PROJETO PARQUES E RESERVAS - PPR  
PROGRAMA PILOTO PARA PROTEÇÃO DAS FLORESTAS  
TROPICAIS DO BRASIL - PP/G7**

**VERSÃO 2.0  
VOLUME 1 - ASPECTOS GERAIS**

*Índice*

Sumário Executivo	1
Executive Summary	3
Introdução	4
Razões e Princípios do Projeto	6
Justificativa do Projeto	8
Componentes do Projeto	8
Descrição do Projeto	16
Estrutura de Organização do Projeto	22
Projeção dos Investimentos Financeiros	26
Resumo do Orçamento	27
Áreas Prioritárias para Preservação nos 5 corredores amazônicos	32
Distribuição das RPPN's brasileiras	34
Diagramas de análise de problemas	38
Listas das UC's dos 2 Biomas nos 7 Corredores Ecológicos	41
Análise População X Total devastado para os 9 países mais ricos em biodiversidade	74
Estratégia de Marketing dos Corredores Ecológicos	76
Proposta para captação de recursos humanos para a Coordenação do Projeto	106
Proposta para criação do Banco de Imagens dos Corredores Ecológicos	109
Lista de pessoas que colaboraram com os consultores na elaboração desta versão do Projeto	112

PROJETO PARQUES E RESERVAS - PPR  
 PROGRAMA PILOTO PARA PROTEÇÃO DAS FLORESTAS  
 TROPICAIS DO BRASIL - PP/G7

VERSÃO 2.0  
 VOLUME 2 - AMAZÔNIA

*Índice*

Corredor da Amazônia Central	1
Introdução	1
Estudos, Levantamentos e Pesquisas	4
Criação de novas unidades de conservação	9
Fortalecimento das unidades existentes	12
Fiscalização e sensoriamento remoto	17
Fortalecimento e Criação de novas RPPN's	19
Capacitação e intercâmbio de pessoal	20
Participação comunitária e política fora das UC's	20
Atividades de apoio ao Ecoturismo	21
Estudos em Terras Indígenas	22
Apoio a projetos demonstrativos	23
Unidades do Corredor Central	24
Riscos e ameaças atuais às unidades	26
Situação atual de pesquisas e manejo nas unidades	32
Necessidades atuais de infraestrutura das unidades e de fortalecimento institucional	34
Atividades sócio-econômicas necessárias	38
Outras atividades administrativas e gerenciais	43
Principais parceiros identificados	44
Orçamento detalhado do Corredor 1	46
Outros Corredores Amazônicos	58
Considerações gerais	59
Orçamento detalhado para os outros corredores	67
Referências bibliográficas para o Banco de Dados	70
Análise de Representatividade do Corredor 1	78
Listas de unidades dos corredores da Amazônia	108
Proposta de criação da RDS Amanã	149
Relatório de expedição ao Corredor 1	159
Relatório do Workshop do Ariáú	204

**PROJETO PARQUES E RESERVAS - PPR  
PROGRAMA PILOTO PARA PROTEÇÃO DAS FLORESTAS  
TROPICAIS DO BRASIL - PP/G7**

**VERSÃO 2.0  
VOLUME 3 - MATA ATLÂNTICA**

*Índice*

Corredor da Mata Atlântica Central	1
Introdução	1
Estudos, Levantamentos e Pesquisas	5
Unidades que ocorrem no Corredor Central	10
Riscos e ameaças atuais às unidades	13
Situação atual de pesquisas e manejo nas unidades	15
Necessidades atuais de infraestrutura das unidades e de fortalecimento institucional	16
Ações no Corredor 6	18
Orçamento detalhado para o Corredor 6	23
Listas das unidades dos corredores da Mata Atlântica	36
Análise de Representatividade do Corredor 6	69
Proposta para Criação do PARES Serra do Conduru - BA	81
Relatório de campo da Mata Atlântica	91
Relatório do Workshop de Porto Seguro	121

VERSÃO 2.0

PP/G7 - PROGRAMA PILOTO PARA A PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS  
BRASILEIRAS  
PROJETO: PARQUES E RESERVAS

---

**ABORDAGENS INOVADORAS PARA CONSERVAÇÃO DA  
BIODIVERSIDADE NO BRASIL:**

---

**OS CORREDORES DAS FLORESTAS NEOTROPICAIS**

---

**Elaborado por**

José Márcio Ayres <sup>1</sup>, Gustavo A. B. da Fonseca <sup>2</sup>, Anthony B. Rylands <sup>2</sup>,  
Helder L. Queiroz <sup>3</sup>, Luiz Paulo Pinto <sup>2</sup>, Donald Masterson <sup>3</sup> e Roberto B. Cavalcanti <sup>4</sup>.

**Coordenação**  
Sociedade Civil Mamiará

**Representantes Técnicos do MMA e IBAMA**  
João Baptista Monsã e Tarcisio P. Pereira

---

<sup>1</sup> CNPq (MCT) / Sociedade Civil Mamiará, & Wildlife Conservation Society

<sup>2</sup> Universidade Federal de Minas Gerais e Conservation International

<sup>3</sup> Sociedade Civil Mamiará & CNPq (MCT)

<sup>4</sup> Universidade de Brasília & Conservation International

## Sumário Executivo

O Brasil, com quase 1/3 das florestas tropicais remanescentes no mundo (Mata Atlântica e Amazônia), é reconhecidamente um dos mais importantes repositórios da diversidade biológica mundial. Infelizmente, estas áreas têm sido rapidamente convertidas para outros usos. Números oficiais indicam que o desmatamento já afetou cerca de 12% da Amazônia e 92% da Mata Atlântica. O impacto total sobre estes ecossistemas é, provavelmente, ainda maior que estes números indicam, dado o efeito cumulativo da extração seletiva de madeira, da poluição, da pesca, e da caça, todos largamente distribuídos em ambas as regiões.

As estratégias tradicionais para conservação da biodiversidade têm enfatizado a criação de áreas protegidas intactas, livres das intervenções humanas. Enquanto estas áreas possuem um enorme potencial de conservação, a conservação de biodiversidade a longo prazo requer o desenvolvimento de uma abordagem que inclua o manejo de zonas-tampão e de corredores biológicos. Este projeto propõe a adição ao paradigma das “ilhas biológicas”, o paradigma dos “corredores biológicos”, conectando áreas protegidas no âmbito dos biomas regionais. Isto será realizado estimulando a implementação de modelos inovadores de manejo que incorporem os diversos setores da sociedade, incluindo as comunidades tradicionais e outros atores relevantes. Durante a primeira fase do projeto, as atividades estarão mais direcionadas ao “Corredor da Amazônia Central” e ao “Corredor Norte da Mata Atlântica”. Atividades iniciais de planejamento e implementação serão realizadas em um corredor adicional na Mata Atlântica e em quatro outros corredores na Amazônia. O manejo efetivo destes sete corredores poderá conservar pelo menos 75% da biodiversidade presente nas florestas tropicais brasileiras.

Inicialmente, parceiros institucionais (públicos e privados) nos níveis estadual e federal serão envolvidos no desenho do Projeto dos Corredores de Florestas Tropicais através de uma série de entrevistas de campo e de *workshops* a serem realizados em ambas as regiões. As comunidades locais serão envolvidas na identificação e no desenho de projetos de manejo de zonas-tampão piloto, e no processo de manejo de áreas protegidas. Tópicos que serão abordados incluem a participação dos atores relevantes, as necessidades de monitoração e fiscalização, desenho e implementação de programa de pesquisa aplicada, zoneamento e planejamento do uso sustentado dos recursos, capacitação de recursos humanos, desenvolvimento progressivo de estruturas colaborativas de gestão e sustentabilidade a longo prazo.

Será adotada na implementação do projeto uma abordagem descentralizada e de bases amplas, promovendo a participação ativa dos atores e o recrutamento de uma variedade de agências governamentais, unidades de pesquisa e ONG's como parceiros. A seleção de ONG's será baseada na capacidade técnica comprovada e na experiência na área. O desenho das atividades do projeto irá incluir agências em nível estadual e municipal, buscando aumentar sua efetividade na conservação da biodiversidade. O gerenciamento do projeto será de responsabilidade dos coordenadores dos corredores e seu respectivo conselho deliberativo.. Em cada corredor, coordenadores do projeto irão apoiar as organizações executoras e supervisionar a implementação de projetos piloto. A coordenação dos esforços das diversas organizações envolvidas será promovida pelos Comitês Deliberativos dos Corredores, que apreciarão o progresso do projeto e formularão novas opções para aumentar a viabilidade do projeto. A coordenação dos corredores será apoiados por equipe técnica.

À medida que os projetos piloto forem sendo desenvolvidos, Conselhos Ambientais locais serão formados para promover um amplo entendimento e apoio às atividades do projeto, para fornecer idéias adicionais sobre a conservação local e as prioridades no manejo de recursos, e para sugerir opções adicionais para os objetivos de desenvolvimento integrado e de

conservação. A natureza inovadora das propostas para o manejo da biodiversidade regional e para a participação de amplas bases sociais, irá promover oportunidades para o intercâmbio de técnicos e atores entre os parceiros institucionais, grupos comunitários locais, e outros grupos interessados. As lições obtidas durante esta primeira fase serão integradas numa segunda fase a ser proposta para o desenvolvimento continuado e implementação dos corredores adicionais em ambos os biomas.



## *Executive Summary*

Brazil, with nearly 1/3 of the world's remaining tropical rainforests (Atlantic Forest and Amazon) is now recognized as one of the most important repositories of biological diversity in the world. Unfortunately, these areas are being rapidly converted to other uses. Official figures indicate that deforestation has affected about 11% of the Amazon and 92% of the Atlantic Forest. The total impact on these ecosystems is probably even greater than these figures indicate, given the cumulative effect of selective logging, pollution, fishing, and hunting, all widespread throughout both regions.

Traditional strategies for biodiversity conservation have focused on the creation of pristine protected areas, devoid of human interventions. While these areas have an enormous conservation potential, long-term biodiversity conservation requires the development of buffer zones and biological corridor management approaches.

The project proposes adding to the "biological islands" paradigm the building of "biological corridors" connecting protected areas within regional biomes. This will be done by developing innovative management models that incorporate traditional communities and other important stakeholders. During the first phase of the project, activities will focus on the Central Amazon Corridor and the Northern Atlantic Forest Corridor. Initial planning activities will be carried out for an additional corridor in the Atlantic Forest and 4 more corridors in the Amazon. Effective management of all 7 corridors should conserve at least 75% of the biodiversity present in Brazil's rainforests.

Initially, institutional partners (public and private) at the state and federal levels will be involved in the design of the Rainforest Corridor Project through a series of field interviews and workshops to be held in both regions. Local communities will become involved in the identification and design of pilot buffer zone management projects and participation in protected areas management. Issues which will be addressed include stakeholder participation, enforcement and monitoring requirements, design and implementation of applied research programs, zoning and resource management plans, institutional capacity building, progressive development of collaborative management structures, and long-term sustainability.

A broad-based, decentralized approach to project implementation will be adopted, promoting active stakeholder participation and recruitment of a variety of government agencies, research units and NGOs as project partners. Selection of NGOs will be based on proven technical capacity and experience in the area. Design of project activities will include state and municipal level agencies, seeking to increase their effectiveness in biodiversity conservation.

Project management will be the responsibility of the project director, who will report directly to IBAMA/DIREC. In each corridor, project coordinators will support executing organizations and oversee implementation of pilot projects. Coordination of efforts by diverse organizations will be achieved through Technical Management Committees and the Biome Oversight Committees to appraise project progress and to suggest new options for improving project viability. Technical coordination will be provided through Corridor Coordinators, supported by the technical staff.

As pilot projects are developed, local councils will be formed to promote broader understanding and support for project activities, provide additional inputs concerning local conservation and resource management priorities and to suggest additional options for integrating development and conservation objectives.

In line with the innovative nature of the proposals for regional biodiversity management and broad-based participation, the project will promote opportunities for technical and popular exchanges between institutional partners, local community groups and other interested groups. The lessons obtained during this start-up phase will be integrated into a phase II proposal for continued development and implementation of additional corridors in both biomes.

## I. INTRODUÇÃO

As florestas tropicais são agora reconhecidas como o mais importante repositório de diversidade biológica no mundo. Enquanto as regiões neotropicais ocupam apenas 16% da superfície do planeta, 57% de todas as florestas tropicais são nelas encontradas. Estima-se que 37% dos répteis, 47% dos anfíbios, 27% dos mamíferos, 43% dos pássaros e 34% de todas as plantas ocorrem no Neotrópico. O Brasil detém cerca de  $\frac{1}{3}$  de todo o remanescente de florestas tropicais no mundo, distribuído primariamente na Amazônia, e secundariamente, na região costeira atlântica. Sessenta e dois por cento da Amazônia encontra-se em território brasileiro.

As florestas tropicais brasileiras têm sido rapidamente convertidas a outros usos em taxas alarmantes, na maior parte dos casos com danos ambientais irreversíveis e perda de uma diversidade biológica única. Estimativas oficiais indicam que, nas últimas décadas, a Amazônia brasileira perdeu cerca de 11,8% de sua cobertura florestal, devido a projetos de desenvolvimento não-planejados e associados à expansão da fronteira agrícola. Informações atualizadas revelam um aumento significativo da taxa de desmatamento, que durante o período entre 1992-1994 alcançaram 0,4% ao ano. Existe uma razão para acreditar, contudo, que o impacto sobre os ecossistemas nativos na Amazônia tem sido muito maior que o estimado por técnicas de sensoriamento remoto (detectam apenas desmatamentos), que são ineficazes no monitoramento de atividades relacionadas ao corte seletivo de madeira, caça comercial e de subsistência, pesca e poluição (principalmente aquela causada pelo mercúrio), espalhadas por toda a região.

A Mata Atlântica também abriga altos níveis de diversidade de espécies e endemismo. Por exemplo, existem 73 mamíferos, 160 pássaros e 128 anfíbios restritos a este bioma. A diversidade botânica pode atingir cerca de 20.000 espécies. A dinâmica que leva à destruição da Mata Atlântica é muito mais antiga, começando com a colonização do Brasil, e tem crescido dramaticamente com a industrialização da porção sudeste do país. Hoje, restam menos de 8% da cobertura florestal original, na forma de um arquipélago composto, na maioria das vezes, por fragmentos isolados.

Tradicionalmente, estratégias orientadas em direção à conservação da biodiversidade têm enfatizado a necessidade de se criar áreas protegidas, desprovidas de interferências humanas, em um esforço para preservar amostras de ambientes virgens. Este modelo foi adotado pelo Brasil, começando com a criação do primeiro Parque Nacional na década de 30, e com o estabelecimento de várias unidades de conservação desde então, com um pico notável na década de 80. Até alguns anos atrás, muitas destas unidades de conservação encontravam-se somente decretadas. Contudo, com a recente intervenção do PNMA em 30 unidades de conservação federais do Brasil, muitas destas ganharam razoável infra-estrutura, planos de ação e treinamento do pessoal local do IBAMA.

De igual importância é o fato de que as estratégias de preservação até então aplicadas, sob o esforço combinado de técnicos nacionais, agências de financiamento internacionais e cooperação técnica do PNMA, apresentaram um passo à frente em direção às abordagens integradas de conservação e uma boa experiência em rotinas administrativas no manejo de áreas protegidas.

Embora a maioria destes parques e reservas estejam contribuindo para a preservação de uma parte significativa da diversidade biológica, e exercendo um papel vital para o futuro dos recursos naturais na Amazônia e na Mata Atlântica, o conhecimento científico acumulado

através dos anos no campo da biologia da conservação tem indicado que são necessárias áreas bastante extensas, de forma a se manter processos ecológicos e evolutivos viáveis a longo prazo. Como se apresentam hoje, os parques e reservas existentes não são suficientes para o objetivo de preservar a diversidade biológica. Outras áreas, sob graus variáveis de utilização humana, incluindo zonas tampão e áreas sob esquemas de manejo de baixo-impacto, devem também tornar-se uma parte integral da equação. Por conseguinte, o sistema das unidades de conservação tem que ser gerenciado e monitorado sistematicamente, de modo a atingir os objetivos de preservação da diversidade biológica a longo prazo.

Uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos parques e reservas é o seu crescente isolamento de outras áreas naturais. Por isso, já que a conservação da biodiversidade requer não somente a preservação em nível de espécies, mas também a diversidade genética contida em diferentes populações, é essencial proteger múltiplas populações da mesma espécie. Além disso, populações isoladas são mais vulneráveis a eventos demográficos e ambientais aleatórios, tornando-as mais susceptíveis à extinção local.

O planejamento em conservação deve deixar de considerar áreas únicas, e sim estruturas de rede, levando em consideração a dinâmica da paisagem e o inter-relacionamento necessário entre áreas protegidas. A aplicação de modelos biogeográficos deixa clara a necessidade da preservação de extensas áreas, de modo a tornar o sistema ecologicamente viável.

Este projeto pretende mudar o paradigma das “ilhas biológicas” para aquele que reconhece os “corredores biológicos” abrangendo grandes extensões de áreas ecologicamente relevantes na Amazônia e na Mata Atlântica, fortalecendo ao mesmo tempo o sistema de áreas protegidas do país, através de modelos de gerenciamento inovadores. Estes novos modelos levam em consideração as necessidades e aspirações da população humana local e os múltiplos atores envolvidos, reconhecendo como elementos-chave para os objetivos de conservação, obtendo desse modo apoio para a sustentação a longo prazo dos parques e reservas.

*Os corredores biológicos considerados neste projeto foram conceituados como sendo as grandes extensões de ecossistemas florestais biologicamente prioritários na Amazônia e na Mata Atlântica, delimitados em grande parte por conjuntos de unidades de conservação existentes ou propostas e pelas comunidades ecológicas que contém. O manejo integrado dos corredores biológicos visa facilitar o fluxo de indivíduos e genes entre populações e subpopulações, aumentando a probabilidade de sua sobrevivência a longo prazo e assegurando a manutenção de processos ecológicos e evolutivos em larga escala. O conceito de corredores biológicos permite ainda o incremento do grau de conectividade entre as áreas naturais remanescentes, sob diferentes categorias de proteção e manejo, através de estratégias de fortalecimento e expansão do número de unidades de conservação, incluindo RPPN's, além da recuperação de ambientes degradados.*

Através de um elaborado processo de identificação de corredores de floresta tropical potencialmente viáveis em ambas as regiões-alvo, pautado em critérios biológicos, ecológicos,

evolutivos e de ameaça, este projeto localizou sete destes corredores, sendo cinco na Amazônia e dois na Mata Atlântica. Estima-se que, se gerenciados de maneira eficaz, estes corredores ~~possam~~ coletivamente, proteger um mínimo de 75% das espécies de animais e plantas da floresta tropical no Brasil, oferecendo uma contribuição singular para a conservação da diversidade biológica. Nesta proposta, os corredores biológicos são parte de uma estratégia para a conservação da biodiversidade das florestas brasileiras.

## II. RAZÕES E PRINCÍPIOS DO PROJETO

### *Conservação da Biodiversidade e Uso Sustentável*

O uso humano não-planejado de recursos naturais dos ecossistemas da floresta tropical é um desafio maior que deve ser considerado na formulação da política ambiental no Brasil. A tradição de expansão da fronteira agrícola, através de grandes e abruptas ocupações de terra, tem encorajado usos ineficientes e exploração não-sustentável dos recursos florestais, resultando em grandes áreas de sistemas secundários não-produtivos na Amazônia e na costa Atlântica. Em contraposição a este processo, uma extensa rede de áreas protegidas tem sido estabelecida no Brasil, em ambos os biomas, esforço esse direcionado à minimização da perda da diversidade biológica.

Não obstante, a dependência humana sobre os ecossistemas nativos ou convertidos, bem como sobre seus recursos, não vai parar de crescer. O contexto sócio-econômico brasileiro requer agora a aceitação de uma presença continuada em áreas florestais de comunidades amazônicas tradicionais (ribeirinhos, seringueiros, grupos indígenas) e seu papel potencial em proteger ecossistemas naturais. Além do mais, até em estratégias voltadas ao estabelecimento e manutenção de áreas protegidas, tais como parques e reservas, a experiência tem mostrado que a participação de atores locais é vital para o sucesso de iniciativas de conservação. Qualquer medida de conservação, para ser efetiva, tem que ser socialmente aceita. Além disto, é praticamente impossível prevenir migração e a colonização da Amazônia devido à vasta rede de rios e novas estradas na região.

Na região costeira Atlântica, florestas extremamente fragmentadas estão distribuídas em uma paisagem dominada por centros urbanos, áreas agrícolas e industriais com alta densidade populacional. A remoção de residentes das áreas protegidas torna-se cada vez mais difícil devido aos dilemas éticos envolvidos e à escassez dos fundos governamentais disponíveis para prover a ~~adequada~~ adequada compensação e realocação.

Uma rota mais adequada para proteção ambiental, dadas as limitações descritas acima, é considerar a coexistência de assentamentos humanos na área de influência de unidades submetidas a vários regimes de proteção e de uso sustentável de recursos naturais. Sob este ponto de vista, áreas protegidas são criadas como elementos também essenciais de uma estratégia de desenvolvimento humano regional. Este procedimento considera dentro dos custos de proteção as necessidades das comunidades, facilitando o investimento nesta atividade, e relacionando-o aos benefícios econômicos resultantes do uso sustentável dos recursos naturais.

São necessárias mais informações básicas para desenvolver esquemas de uso sustentável de recursos. Identificação de recursos-chave, conhecimento de escalas e esquemas de produção, além de parâmetros populacionais que determinam reprodução, recrutamento e mortalidade de espécies economicamente importantes, são vitais para o processo de

planejamento e implementação. Além do mais, níveis máximos toleráveis de produção e impacto ambiental devem ser estabelecidos.

Deste modo, o principal objetivo deste projeto é a conservação *in situ* da biodiversidade das florestas tropicais do Brasil, através da integração de unidades de conservação públicas e privadas em “corredores biológicos” selecionados. Os objetivos específicos são: a) implementação de unidades modelo em áreas de alta prioridade para a biodiversidade; b) incentivar a expansão do sistema de RPPN’s; c) preservar grandes blocos de florestas tropicais através da integração das populações locais e outros atores.

### ***Melhoria da Viabilidade Ecológica do Sistema Atual de Unidades de Conservação***

A rede de áreas protegidas no Brasil evoluiu, nos últimos 60 anos, através de uma sucessão de políticas com diferentes objetivos em épocas variadas, mas primariamente ligadas à conservação de habitats únicos ou paisagens cênicas naturais. Estas políticas foram crescentemente contrapostas pela pressão humana em certas regiões e em certos tipos de ambiente, resultando no estabelecimento de numerosas áreas protegidas de modo oportunístico.

Até na Amazônia, onde existe o potencial para um bem planejado sistema de reservas devido à extensão de áreas selvagens remanescentes, a criação de novas reservas tem sido largamente ditada pela oportunidade, e preferencialmente em locais inacessíveis e pouco conhecidos.

A necessidade de proteger a biodiversidade de uma maneira sistemática e representativa, não encontra respaldo na atual rede de unidades de conservação, em parte devido à sua história e em parte por consequência da falta de informações fundamentais sobre as necessidades de espécies, populações e comunidades biológicas. Estes dados são necessários para a avaliação da adequação da rede atual e para recomendar-se as áreas protegidas adicionais.

Técnicas de planejamento participativo serão usadas em comunidades-alvo para identificar áreas de interesse mútuo e desenvolver projetos-piloto direcionados à redução dos fatores de risco para a conservação da biodiversidade, atendendo as necessidades humanas básicas e desenvolvendo e implementando práticas de baixo impacto.

Neste projeto, é proposto um novo conceito para a consolidação de um sistema de unidades de conservação viável, representado por sete extensos corredores de biodiversidade em florestas neotropicais da Amazônia e da Mata Atlântica do Brasil. Esta abordagem considera, de uma forma integrada, critérios fundamentais que estão ausentes nos projetos que levaram ao estabelecimento da rede atual de áreas protegidas.

a. *Importância Biológica*, representando o montante de diversidade biológica a ser conservado no sistema de reservas.

b. *Uso Sustentável de Recursos e Participação de Atores*, atendendo às necessidades da geração atual, sem comprometer as necessidades das futuras gerações, e criando uma mentalidade pública neste sentido.

c. *Representatividade*, representando o montante das diferentes regiões biológicas atualmente representadas no sistema de reservas.

d. *Conectividade*, indicativa das reais possibilidades de manutenção dos processos ecológicos e evolutivos.

Este projeto vai procurar integrar no conceito de corredores tropicais o sistema de gerenciamento independente de reservas a nível federal, estadual e privado, estruturando um conjunto de procedimentos e de ações comuns para o aperfeiçoamento e melhoria da rede de áreas protegidas na Amazônia e na Mata Atlântica. Complementarmente à estratégia de preservar áreas altamente relevantes à conservação da biodiversidade, este projeto será importante para aprimorar os esforços para construir uma mentalidade positiva local além de desenvolver a rede de parceiros privados tanto na Amazônia quanto na Mata Atlântica.

### III. JUSTIFICATIVA DO PROJETO

O projeto representa uma abordagem inovadora para a conservação da biodiversidade das florestas tropicais brasileiras, porque:

- 1) considera como crítica a necessidade de participação das comunidades tradicionais locais, bem como de outros atores, no processo de conservação da biodiversidade, de forma a nele envolver a sociedade brasileira desde suas bases;
- 2) pretende fornecer meios de aprimorar ou, em algumas situações, promover a conservação de quase 80% da biodiversidade encontrada na Amazônia e Mata Atlântica, inclusive em áreas consideradas de alto risco (de acordo com os critérios de *ameaça*, *viabilidade* e *oportunidade*);
- 3) propõe uma estratégia, sob uma nova visão integrada e de alto índice de efetividade por custo, para a conservação da biodiversidade, visando proteger as maiores quantidades de biodiversidade por unidade de área;
- 4) envolve a participação do setor privado e, através da redução de custos de implementação e manutenção, deverá garantir a sustentabilidade financeira a longo prazo;
- 5) estabelece ~~uma~~ estrutura aberta de gestão, permitindo ativa participação de diversos atores (governos federal e estadual, ONG's, universidades e institutos de pesquisa, organizações comunitárias e sociedade civil) em todas as fases do gerenciamento do projeto, onde tais iniciativas visam construir um sólido comprometimento.

### IV. COMPONENTES DO PROJETO

O projeto proposto tem três componentes principais: o estabelecimento, em uma primeira fase, de pelo menos um extenso corredor tropical na Amazônia e um na Mata Atlântica, além de lançar as bases de planificação, usando mecanismos inovadores de manejo, que possam levar à criação de corredores adicionais em um futuro próximo. Além do mais, parte deste projeto foi desenhado para incentivar a criação de reservas privadas (*Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN's*) como um instrumento para o fortalecimento do sistema existente, proporcionando um maior grau de conectividade assim como o incremento da representação de áreas prioritárias atualmente não incluídas na rede de áreas protegidas.

Busca-se ainda com o projeto a conscientização e atração da sociedade para participar do processo de conservação.

Os componentes do projeto foram selecionados com base em dados fornecidos por numerosos estudos comissionados pelo Ministério do Meio-Ambiente, Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA), e pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), através de vários *workshops* técnicos, bem como por outras análises conduzidas por agências de pesquisa e organizações não-governamentais que objetivaram a identificação de áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade no Brasil.

### ***Princípios Gerais para a Seleção dos Corredores***

Os corredores ecológicos foram selecionados usando uma combinação de critérios, levando-se em conta o objetivo prioritário de consolidar o sistema de unidades de conservação e torná-lo eficaz na proteção de uma parcela preponderante da biodiversidade da Amazônia e da Mata Atlântica. Desta forma, a análise compreendeu duas etapas distintas.

Na primeira etapa, foram mapeadas as unidades de conservação na Amazônia e Mata Atlântica, e identificados os possíveis corredores, que atenderiam primeiramente à função de interligar e consolidar as UC's. Ainda nesta etapa, foram selecionados os corredores que apresentavam viabilidade institucional para consolidação, por intermédio da criação de novas UC's públicas, por associação com áreas preservadas de grupos indígenas, ou por criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural.

Uma vez definidos os corredores passíveis de criação, foi feita uma segunda etapa de seleção, baseada em critérios biológicos. Estes critérios foram:

*Riqueza de Espécies*, incluindo número absoluto, bem como percentagem total da biota regional conservada no corredor.

*Diversidade de Comunidades e Ecossistemas*, incluindo número de comunidades distintas e percentagem das comunidades típicas da região.

*Conectividade*, ou integridade das ligações entre comunidades terrestres e aquáticas ao longo do possível corredor.

*Integridade*, ou tamanho mínimo dos blocos de paisagem natural, para definir a capacidade de suporte de populações de espécies raras e ameaçadas.

Adicionalmente, para a Mata Atlântica, foi acrescentado o critério *Riqueza de Espécies Endêmicas*, tendo em vista a altíssima proporção de endemismos deste bioma e seu atualmente alto grau de fragmentação.

Como resultado deste processo, chegou-se aos cinco corredores da Amazônia e aos dois da Mata Atlântica.

### *Princípios para a Seleção de Corredores Amazônicos*

É importante reconhecer a extrema complexidade da biogeografia da Amazônia. A composição das espécies das comunidades biológicas varia amplamente ao longo da região. A história Terciária e Quaternária da bacia fluvial, as variações regionais nos tipos de solo, sistemas aquáticos, clima, e o singular papel dos rios como barreiras à dispersão de espécies animais e vegetais resultou em numerosos tipos de vegetação, um alto grau de endemismo localizado, e na formação de comunidades distintas, que variam entre as bacias e margens de cada rio.

Esta complexidade biogeográfica tem desafiado o planejamento em conservação na região amazônica, e na última década estimulou vários *workshops* planejados especificamente para determinar critérios para seleção de áreas prioritárias para investimento. Dois abrangentes estudos servem como base para a seleção de áreas deste projeto. O primeiro desses foi o WORKSHOP 90 - Áreas Prioritárias para Conservação na Amazônia, organizado pelo INPA e outras organizações, realizado em Manaus, em janeiro de 1990. Esse *workshop*, com 10 dias de duração, reuniu mais de 100 cientistas e conservacionistas que mapearam 94 áreas prioritárias na Amazônia, com base na distribuição de tipologias vegetacionais, endemismos, abundância de espécies e graus de ameaça.

Um outro *workshop* foi organizado em Miami, com a participação de pesquisadores e planejadores de vários países latino-americanos, em 1994. Os objetivos específicos desse *workshop* foram o desenvolvimento e critérios para prioridade de investimento, na qual amplas áreas foram mapeadas e posicionadas de acordo com o valor biológico, grau de ameaça, e o cenário social e institucional que indicaria o grau de sucesso e retorno dos investimentos em conservação. Baseados nos documentos desses dois *workshops*, cinco corredores amazônicos foram identificados:

1) *Corredor Central da Amazônia*: Inclui seis áreas prioritárias em duas ecoregiões principais. Identificado como intacto, globalmente relevante em importância biológica e de alta prioridade na escala regional usada no *workshop* de Miami;

2) *Corredor Norte da Amazônia*: Compreende o norte da Amazônia, fronteira com a Colômbia e a Venezuela, inclui seis áreas de prioridade em três ecoregiões Amazônicas principais. Foi identificado como relativamente intacto, globalmente relevante por sua distinção biológica e como sendo de alta prioridade em uma escala regional.

3) *Corredor Oeste da Amazônia*: Com seis áreas prioritárias em quatro ecoregiões Amazônicas principais, este Corredor foi identificado como relativamente estável, globalmente relevante e de mais alta prioridade numa escala regional;

4) *Corredor dos Ecótonos Sul-Amazônicos*: Localizado na região da Amazônia mais ameaçada atualmente, devido ao avanço de empreendimentos agrícolas e pecuários ao norte do Mato Grosso e ao sul do Pará, e a interligação entre o Sul do Amazonas e o Cerrado do Brasil Central, este corredor é identificado como vulnerável a relativamente estável, regionalmente relevante em importância biológica e de prioridade alta a moderada em uma escala regional, e inclui seis áreas prioritárias em três ecoregiões amazônicas principais.

5) *Corredor Sul do Amazonas*: Inclui oito áreas prioritárias em três ecoregiões Amazônicas principais e foi identificado como vulnerável, importante localmente, e de moderada prioridade numa escala regional no *workshop* de Miami em 1994;



Os cinco corredores amazônicos, bem como os dois da Mata Atlântica, estão descritos no mapa a seguir. Neste, os corredores estão identificados sobrepostos às áreas de prioridade para conservação definidas no *workshop* de Miami, em 1994.

### **Descrição das áreas prioritárias definidas para o Brasil pelo *workshop* de Miami 1994**

**Nível I - *Altíssima prioridade em escala regional:*** Extraordinária diversidade biológica em escala continental, ou região repositória de altos níveis de endemismo de espécies, em qualquer caso sob alto grau de ameaça potencial ou real, ou ainda áreas de extraordinária diversidade biológica e níveis de endemismo que se encontrem relativamente estáveis ao longo de vastas extensões de paisagem.

**Nível II - *Alta prioridade em escala regional:*** Alta diversidade biológica em escala continental, ou região repositória de níveis consideráveis de endemismos, sob alto grau de ameaça potencial ou real, ou ainda áreas de alta diversidade e endemismo que se encontrem intactas ou relativamente estáveis ao longo de vastas extensões de paisagem.

**Nível III - *Prioridade moderada em escala regional:*** Áreas biologicamente representativas em escala continental, independente de seu grau de ameaça potencial ou real.

**Nível IV - *Importante em escala nacional:*** Áreas biologicamente relevantes em escala nacional, que não se encontrem sob alto grau de ameaça e representadas ao longo de vastas extensões de paisagem.

Devido ao nível de ameaça, ao sistema de unidades de conservação existente e à sua significância biológica, o *Corredor Central da Amazônia* e o *Corredor Oeste da Amazônia* foram selecionados como de maior prioridade para ação imediata dentro do escopo deste projeto, mas recursos devem também ser utilizados nos corredores restantes em um futuro próximo. O *Corredor dos Ecótonos Sul-Amazônicos* e o *Corredor Sul da Amazônia* são significativos em termos de estabelecimento de áreas protegidas adicionais. O *Corredor Norte da Amazônia* é altamente significativo em termos biológicos e geomorfológicos.

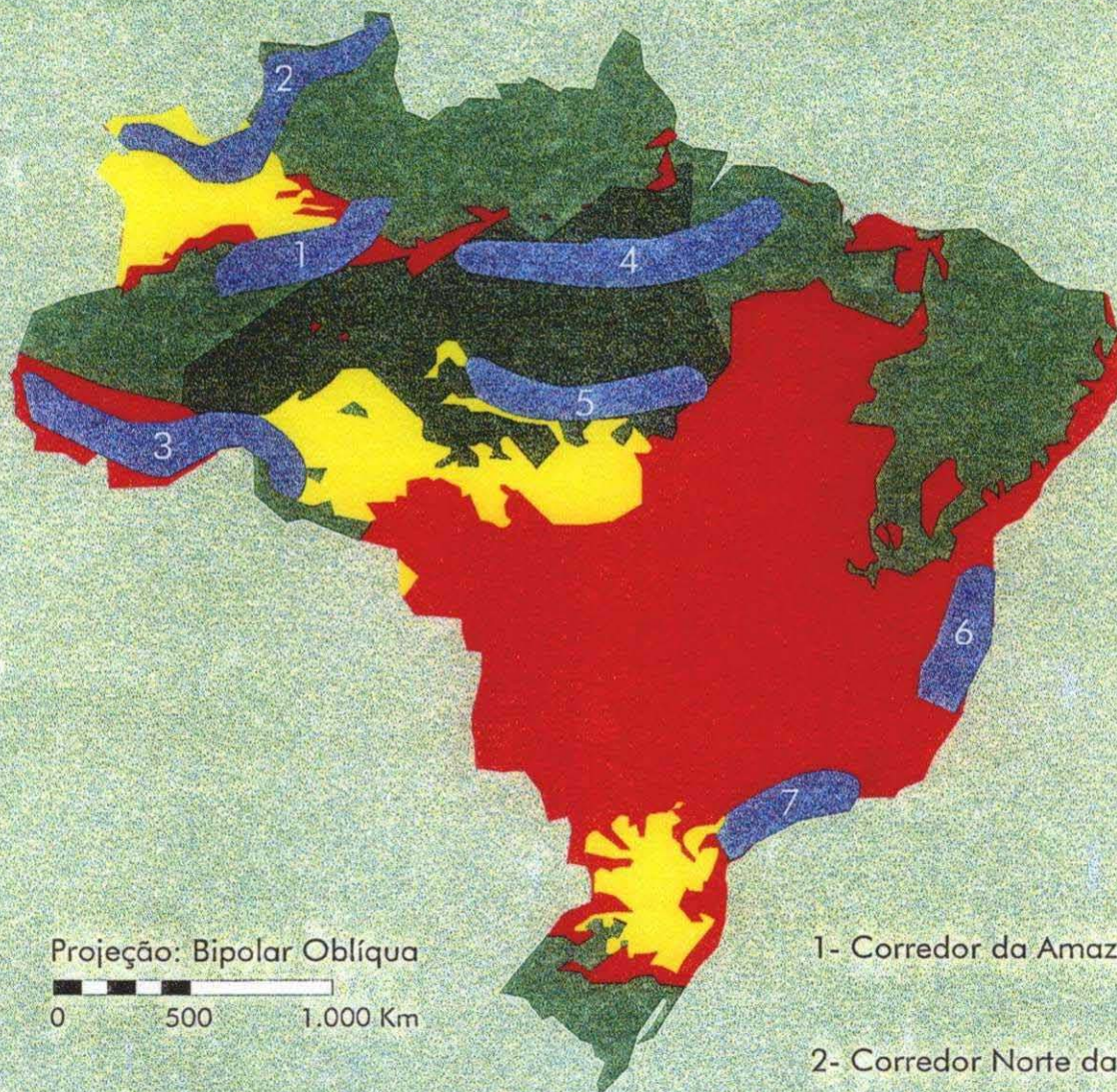
### ***Princípios para Seleção dos Corredores da Mata Atlântica***

O conceito de Corredores da Mata Atlântica se baseia na experiência da Reserva da Biosfera da região, estabelecida como um esforço coletivo de Secretarias Estaduais de Meio-Ambiente, organizações não-governamentais e da comunidade acadêmica, com o intento de fornecer um certo nível de continuidade entre as unidades de conservação e estimular métodos mais sustentáveis de uso da terra no entorno das áreas protegidas.

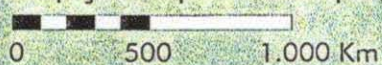
Os critérios utilizados para selecionar os Corredores da Mata Atlântica foram primariamente baseados nos resultados de dois *workshops*, cujo objetivo foi a identificação de áreas prioritárias para conservação da biodiversidade. Os critérios para a seleção das áreas prioritárias nesses dois *workshops* incluíram parâmetros como endemismo, abundância de espécies e grau de ameaça, mas o aspecto mais importante foi a identificação das grandes extensões de terras com cobertura florestal remanescente, e com populações naturais suficientes para garantir viabilidade ecológica.

# PROJETO PARQUES E RESERVAS

## CORREDORES PRIORITÁRIOS PARA CONSERVAÇÃO



Projeção: Bipolar Oblíqua



- 1- Corredor da Amazônia Central
- 2- Corredor Norte da Amazônia
- 3- Corredor Oeste da Amazônia
- 4- Corredor Sul da Amazônia
- 5- Corredor dos Ecótonos Sul-Amazônicos
- 6- Corredor Norte da Mata Atlântica
- 7- Corredor da Serra do Mar

*Ecorregiões Prioritárias para  
Conservação da Biodiversidade no Brasil*

- **Nível I**  
Altíssima Prioridade em Escala Regional
- **Nível II**  
Alta Prioridade em Escala Regional
- **Nível III**  
Prioridade Moderada em Escala Regional
- **Nível IV**  
Importante em Escala Nacional

Baseados nestes estudos e em outros dados disponíveis, dois corredores prioritários foram selecionados na Mata Atlântica. Estima-se que estes possuem pelo menos  $\frac{2}{3}$  da biodiversidade original deste bioma:

1) *Corredor Central da Mata Atlântica*, que inclui 11 das áreas de mais alta prioridade e geograficamente mais extensas na região. A região possui o índice mais alto de diversidade de plantas vasculares no mundo e abriga um grande número de animais endêmicos. É também a área onde existe a maior quantidade de remanescentes da Mata Atlântica no nordeste, ainda com potencial para o estabelecimento de unidades de conservação adicionais. Estas poderão fornecer elementos de ligação entre fragmentos isolados. Nesse corredor já existem ações complementares planejadas pelo PROBIO na área de influência da Reserva Biológica de Sooretama e Reserva de Linhares (ES), assim como outras ações desenvolvidas por diversas organizações na região da Reserva Biológica de Una, BA.

2) *Corredor da Serra do Mar*, o qual possui não somente áreas protegidas importantes e de considerável tamanho, mas representando também a maior extensão contígua de Mata Atlântica nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e norte do Paraná. As matas nesse corredor constituem, ecologicamente, a região mais viável ao sul da Mata Atlântica, ajudando a conservar a maioria das espécies endêmicas e ameaçadas da região.

Devido ao nível extremamente alto de ameaça que enfrenta o *Corredor Central da Mata Atlântica*, associado ao fato singular de hospedar imensos recursos biológicos, é proposta uma primeira atuação nessa área, fornecendo também algum nível de planejamento para o estabelecimento do *Corredor da Serra do Mar* em uma segunda fase de intervenção do Programa Piloto.

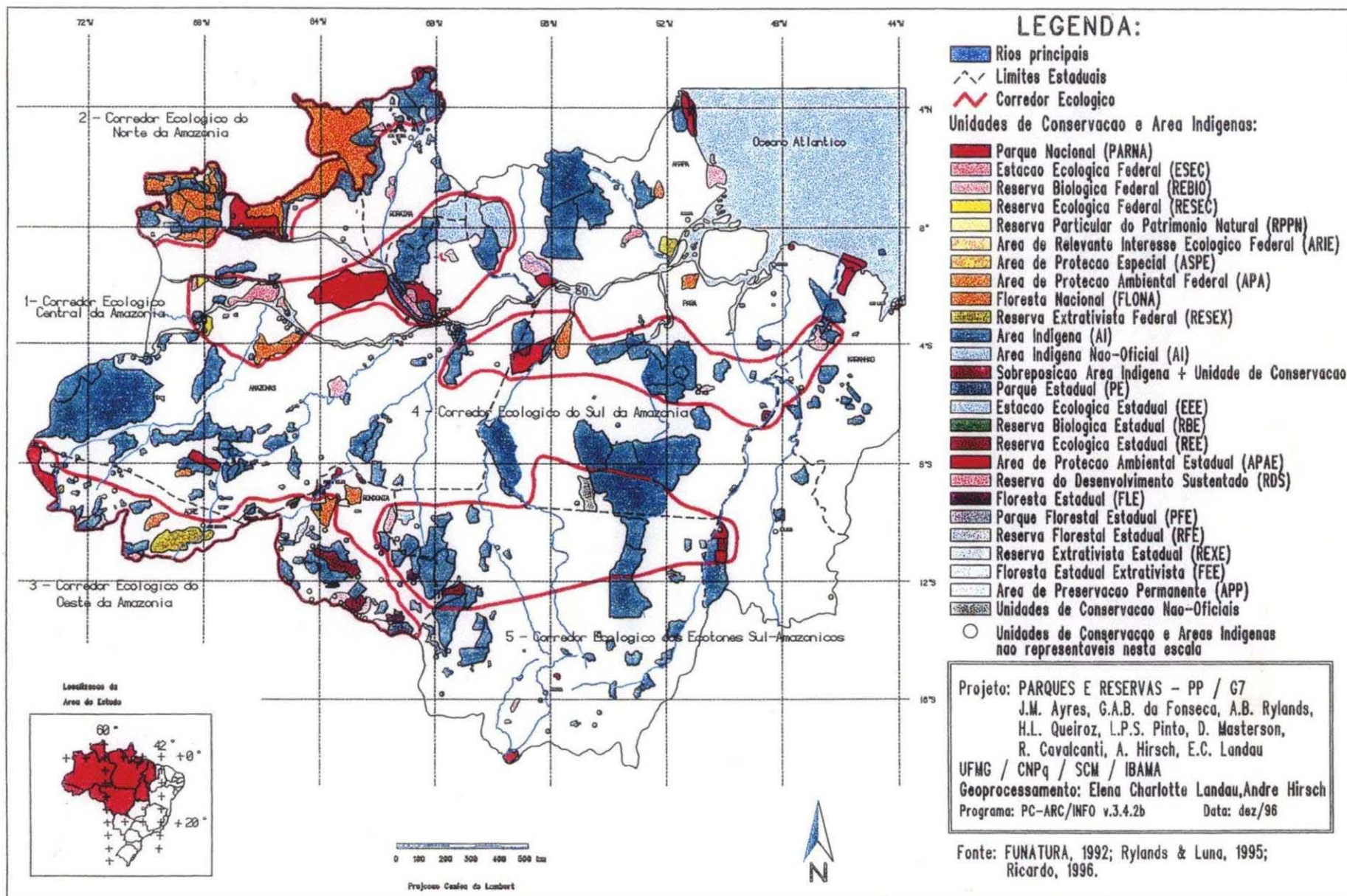
Outros *workshops* para a definição de áreas prioritárias estão sendo planejados pelo PRONABIO (PROBIO). Estes *workshops* serão muito úteis para a identificação de outros corredores importantes nesses ecossistemas (Mata Atlântica e Amazônia), bem como em outros biomas brasileiros.

A seleção de um corredor na Mata Atlântica e um corredor na Amazônia também seguiu outros critérios além daqueles de alto valor biológico. Considera-se que é necessária a existência de algumas unidades de conservação dentro do corredor que já se encontrem em estágio avançado de implantação e que já funcionem como modelo (ou quase isto), de forma a servir como base de construção e fortalecimento das outras unidades presentes. É também importante a existência no local de grupos, governamentais ou não, atuando fortemente nas unidades do corredor. Este é o caso do Corredor da Amazônia Central, junto ao fato de que ele engloba três das quatro macro-províncias zoológicas da Amazônia.

No caso do corredor selecionado na Mata Atlântica, deve-se também acrescentar que já estão sendo iniciados trabalhos de grande monta envolvendo boa parte do que aqui foi identificado como Corredor Sul da Mata Atlântica, na região de São Paulo e Paraná. Além disto, no Corredor Norte da Mata Atlântica é encontrada uma maior biodiversidade e várias unidades existentes estão no momento se estruturando visando a melhor adequação do seu esquema de manejo.




















# CORREDORES ECOLOGICOS DA AMAZONIA LEGAL – BRASIL

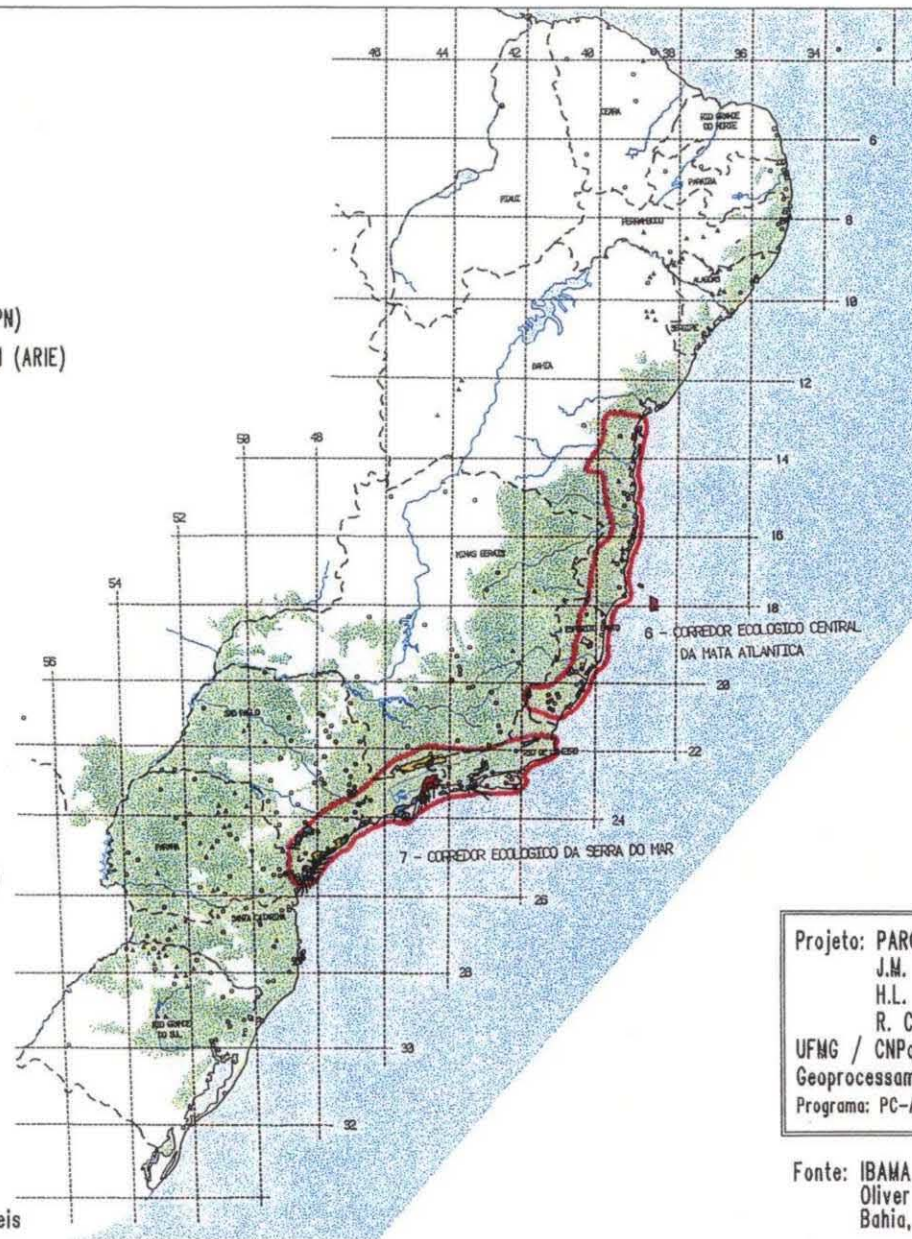
## Unidades de Conservação Federais e Estaduais e Áreas Indígenas



# CORREDORES ECOLOGICOS DA MATA ATLANTICA - BRASIL

## Unidades de Conservacao Federais / Estaduais e Areas Indigenas:

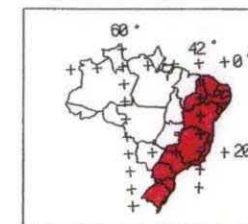
-  Parque Nacional (PARNA)
-  Estacao Ecologica Federal (ESEC)
-  Reserva Biologica Federal (REBIO)
-  Reserva Ecologica Federal (RESEC)
-  Reserva Particular do Patrimonio Natural (RPPN)
-  Area de Relevante Interesse Ecologico Federal (ARIE)
-  Area de Protecao Especial (ASPE)
-  Area de Protecao Ambiental Federal (APA)
-  Floresta Nacional (FLONA)
-  Reserva Extrativista Federal (RESEX)
-  Area Indigena (AI)
-  Area Indigena Nao-Oficial (AI)
-  Sobreposicao Area Indigena + Unidade de Conservacao
-  Parque Estadual (PE)
-  Estacao Ecologica Estadual (EEE)
-  Reserva Biologica Estadual (RBE)
-  Reserva Ecologica Estadual (REE)
-  Area de Protecao Ambiental Estadual (APAE)
-  Reserva do Desenvolvimento Sustentado (RDS)
-  Floresta Estadual (FLE)
-  Parque Florestal Estadual (PFE)
-  Reserva Florestal Estadual (RFE)
-  Estacao Experimental (EEX)
-  Floresta Estadual Extrativista (FEE)
-  Area de Preservacao Permanente (APP)
-  Unidades de Conservacao Nao-Oficiais
-  Areas Indigenas nao representaveis nesta escala
-  Unidades de Conservacao nao representaveis nesta escala



## LEGENDA:

-  Limites Estaduais
-  Corredor Ecologico
-  Rios e Corpos d'Agua
-  Limite do Dominio da Mata Atlantica

Localizacao da Area de Estudo



0 500 km

Projeto: PARQUES E RESERVAS - PP / G7  
 J.M. Ayres, G.A.B. da Fonseca, A.B. Rylands,  
 H.L. Queiroz, L.P.S. Pinto, D. Masterson,  
 R. Cavalcanti, A. Hirsch, E.C. Landau  
 UFMG / CNPq / SCM / IBAMA  
 Geoprocessamento: Elena Charlotte Landau, Andre Hirsch  
 Programa: PC-ARC/INFO v.3.4.2b Data: dez/96

Fonte: IBAMA, 1989; Fundacao SOS Mata Atlantica, 1990;  
 Oliver & Santos, 1991; Sao Paulo, 1991;  
 Bahia, 1994; Mendes, 1995; Ricardo, 1996.

## V. DESCRIÇÃO DO PROJETO

O atual sistema público de unidades de conservação, que inclui aquelas unidades sob jurisdição federal e estadual, totaliza 362 áreas na Amazônia brasileira e na Mata Atlântica, abrangendo cerca de 50 milhões de hectares. Apesar da significância do sistema existente, a maior parte das áreas carece de proteção apropriada, uma situação fundiária segura e planos de manejo adequados, além de pessoal local treinado e estrutura operacional apropriada.

Na Amazônia, a maior parte das unidades de conservação não foram adequadamente implantadas, demandando estrutura física e pessoal capacitado. Os parques e reservas amazônicos enfrentam desafios como desmatamento seletivo, pesca, caça, agricultura em pequena escala, mineração de ouro, invasão de terras e, mais importante, problemas de titulação de terras. Aquelas que não enfrentam tais ameaças, estão localizadas em áreas remotas, inacessíveis até para a agência governamental responsável pela manutenção da área. A quantidade de guardas pertencentes às agências governamentais é de um para cada 15.000 km<sup>2</sup> de matas a serem protegidas.

Modelos até aqui utilizados têm-se revelado inadequados para a preservação da maior parte da floresta tropical amazônica. Poder-se-ia aumentar a quantidade de guardas em muitas ordens de magnitude, mas ainda haveria incapacidade de oferecer proteção adequada às unidades de conservação. As áreas margeando os parques e reservas são impactadas por atividades tais como caça comercial e de subsistência, desmatamento e agricultura. Disputas de terra são também comuns, e na maior parte dos casos, difíceis de resolver com as abordagens tradicionais.

Na Mata Atlântica, a fragmentação e o gerenciamento inadequado das unidades existentes constituem os problemas mais prementes que necessitam ser enfrentados com determinação e a curto prazo. Para tornar a rede de "corredores ecológicos" uma estratégia viável para a Mata Atlântica, deve-se primeiro identificar as ameaças que os parques e reservas existentes enfrentam. Essas são diversificadas dependendo da região, incluindo titulação de terra, caça, incêndios florestais, turismo sem controle, invasão de grileiros, extração de palmito e outras. As populações que vivem na vizinhança das unidades de conservação existentes são invariavelmente opostas ao *status* de área protegida e não compreendem a importância de conservar os habitats naturais. Esta é, talvez, a questão mais urgente a ser equacionada.

Em segundo lugar, há a necessidade de aumentar o grau de conectividade entre as unidades de conservação existentes. Uma estratégia a ser seguida é o incentivo à criação de áreas protegidas privadas (APPs e *Reservas Particulares do Patrimônio Natural* - RPPN's) ou as novas categorias no novo SNUC capazes de conservar os fragmentos florestais remanescentes. Complementarmente, há a necessidade de integrar este projeto com outras iniciativas em andamento, as quais objetivam a recuperação de áreas degradadas na Mata Atlântica, por conseguinte incrementando o grau de ligação entre parques e reservas isolados.

Finalmente, muitos destes problemas têm sido enfrentados por iniciativas anteriores direcionadas à preservação de unidades de conservação, com variados graus de sucesso em nível pontual. Contudo, praticamente nenhuma providência foi tomada para assegurar a sustentabilidade das intervenções, e os projetos individuais invariavelmente entraram em colapso ao fim do período de investimento financeiro.

O modelo inovador defendido por este projeto foi concebido para enfrentar os problemas mencionados acima, muitos dos quais tem-se provado de difícil solução somente

através de mecanismos de fiscalização e de investimentos financeiros de curto prazo. Vários outros elementos necessitam ser incorporados em uma estratégia integrada projetada para lidar adequadamente com a diversidade de atores *vis à vis* às unidades de conservação existentes, assegurando sua maior sustentabilidade mesmo após as intervenções do projeto proposto tenham cessado. Portanto, propõem-se que cada intervenção busque contemplar as seguintes necessidades: a) Desenvolvimento de Unidades de Conservação Modelo; b) Incentivo à criação de novas RPPN's nas áreas entre as unidades de conservação; e c) Identificação, avaliação de áreas de alta prioridade para a criação e implantação de novas unidades de conservação. Todos os componentes deverão conter uma série de ações de acordo com as necessidades locais.

Este projeto terá 2 fases sendo que cada qual terá a duração de 3 anos. Estas duas fases terão as seguintes prioridades: 1a Fase) Implantação e fortalecimento do corredor da Amazônia Central e do Corredor Norte da Mata Atlântica além fortalecimento de algumas UCs dentro dos outros Corredores Ecológicos apontados pelo projeto nesses ecossistemas; 2a Fase) Implantação de outros Corredores Ecológicos.

### ***Desenvolvendo e Fortalecendo Unidades de Conservação Modelo***

Este componente deve prever investimentos significativos no sentido de implementar unidades de conservação de diferentes categorias (tanto Federais, Estaduais ou Municipais). Os princípios norteadores descritos abaixo deverão ser aplicados tanto dentro das unidades como em suas áreas de influência (ou entorno).

1. *Participação de Atores* - Já que a maior parte dos problemas relacionados ao sistema de Unidades de Conservação provém do seu exterior ou arredores, este deveria ser considerado como um dos mais importantes objetivos do projeto. Este é também o item mais complexo. Inclui a participação de todos os atores no processo além de grande flexibilidade administrativa, dando ênfase às comunidades locais que são os usuários diretos e imediatos dos recursos naturais.

2. *Prover Fiscalização e Monitoramento Adequados* - Como foi dito previamente, o atual sistema para vigilância das unidades de conservação e dos recursos ameaçados em áreas fora dos parques e reservas, não é suficiente. Está claro que, por causa da situação econômica do país, não deve ser esperado um aumento substancial na quantidade de guardas e outros agentes oficiais em um futuro próximo. A solução para este importante problema é aumentar a participação dos atores envolvidos no processo. Os mais importantes assistentes para esse trabalho originam-se das comunidades locais que lidam diretamente com o uso dos recursos. Treinar o pessoal local tem provado em muitas áreas (especialmente na Amazônia) ser muito positivo na proteção dos recursos. Em complementação a isso, infra-estrutura logística de apoio, com rádios de ondas-curtas, lanchas, veículos e postos, será necessária para a implementação das práticas de zoneamento e manejo.

3. *Estimular a Pesquisa Aplicada*. A maioria das unidades de conservação carece de estudos básicos necessários ao seu manejo. Sempre que um projeto de conservação considera as interações com a população local que subsiste dos recursos naturais das unidades de conservação, o manejo é uma tarefa complexa. Este é o caso da maior parte das populações amazônicas que vivem diretamente da exploração dos recursos naturais. Muito pouco se sabe até hoje sobre os ciclos biológicos e reprodutivos da maioria desses recursos naturais. Por exemplo, pelo que sabemos, pouquíssimas espécies amazônicas foram objeto de estudo por um período superior a um ano. Por isso, é vital para o sucesso de qualquer projeto de manejo que

a pesquisa aplicada seja estimulada nos Corredores comparando áreas de uso humano com aqueles ambientes intocados. Pesquisa pura, por outro lado, deve ser permitida e estimulada nas unidades de conservação mas não necessariamente financiadas por este programa.

4. *Prover Zoneamento e Manejo Adequados* - O planejamento estratégico dos corredores representará uma estratégia geral para facilitar o fluxo de genes entre áreas protegidas e áreas de uso sustentável. Isto irá envolver uma análise cuidadosa das ações que já estão sendo tomadas em cada região e as que podem ser aplicadas para melhorar o sistema. Esta ação deverá obrigatoriamente atingir os municípios, OEMA's, etc.

5. *Investimento em Capacitação* - O componente de treinamento deste projeto visa melhor capacitar não somente o pessoal de instituições como o IBAMA e outras instituições governamentais, mas também o das prefeituras, câmaras de vereadores e comunidades locais envolvidas no processo de manejo dos recursos naturais.

6. *Estimular Acordos Institucionais e Parcerias Apropriadas* - A atração e o envolvimento de muitos atores para o estabelecimento e manejo dos corredores é de vital importância para o sucesso deste projeto. Existem vários níveis de acordos institucionais, como os mostrados a seguir.

7. *Construir Estrutura de Gerenciamento Colaborativo* - (ver seção VI para detalhes)

8. *Desenvolver Plano de Sustentabilidade a Longo Prazo* - Muitas ações de conservação financiadas por agências internacionais são abruptamente paralisadas quando o auxílio financeiro ao projeto cessa. Deveriam ser buscados mecanismos que pudessem proporcionar a manutenção do Corredor ao fim da cooperação internacional. Existem vários mecanismos que deveriam ser encorajados em cada corredor para superar este problema, tais como: a) procurar parceiros em outras instituições governamentais (como, por exemplo, o envolvimento do Ministério de Ciência e Tecnologia, universidades e seus cursos de graduação e pós-graduação etc.), setor privado, ONG's, municípios e agências regionais; b) encorajar o ecoturismo nestas áreas; c) criação de um fundo fiduciário para as unidades de conservação e para a manutenção das operações; e, o mais importante, d) tornar o desenvolvimento sustentável mais rentável que as formas destrutivas de uso do meio ambiente; e) investir de maneira profissional em marketing e divulgação (ver próximo item).

9. *Marketing e Disseminação* - Este é um tópico extremamente importante que deve ser levado em consideração, porque irá estimular o comprometimento público para com estas áreas e assim garantir sua sustentabilidade a longo prazo. Na nossa experiência com o Projeto Mamirauá na Amazônia, os programas de televisão exibidos em rede nacional foram surpreendentemente importantes para obter apoio local para a reserva. Tanto o público nacional como o internacional devem ser visados. Jornais e matérias em revistas, programas de rádio e televisão, livros e panfletos, exposições e outros eventos podem ser importantes na formação da opinião pública sobre a importância de muitas Unidades de Conservação desconhecidas, sua biodiversidade, e sobre o programa de Corredores. A mídia é normalmente atraída por histórias incomuns e imagens de boa qualidade. A pesquisa, como descrita no item 2, será um auxílio considerável neste particular. Em complementação, é essencial que um banco de imagens de boa qualidade (paisagens, unidades de conservação, sua fauna e flora, usos humanos da vida selvagem, ameaças à área etc.) receba apoio deste projeto através do envolvimento de dois ou três dos melhores fotógrafos e videógrafos naturalistas brasileiros.



### *Ampliação do Sistema Através da Criação de Reservas Privadas*

Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN's são oficialmente admitidas como parte complementar do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Estas reservas são oficialmente reconhecidas pelo governo federal por solicitação de seu proprietário. O estabelecimento de reservas pode ser baseado em sua importância para a proteção da biodiversidade, valores paisagísticos e outros fatores ambientais, que necessitem proteção ou restauração para preservar ecossistemas frágeis ou ameaçados.

O processo de criação de uma RPPN é muito simples, requerendo somente a aprovação técnica do IBAMA. Este processo deve documentar as condições ambientais da área, tais como: tipo de mata, diversidade da fauna, geomorfologia, hidrologia, conservação de áreas sob pressão humana, existência de monumentos naturais, valores históricos ou culturais, sua localização e situação, etc. Após o estabelecimento, são necessárias inspeções anuais ao local.

Estas inspeções são importantes para reavaliar e monitorar os recursos e os esforços de proteção nestas áreas, que são agrupados com os parques nacionais, reservas biológicas e estações ecológicas como áreas de uso indireto. As inspeções são planejadas para supervisionar e orientar o proprietário no que diz respeito às suas responsabilidades, estabelecidas no Decreto 1922 (5 de junho de 1996).

O gerenciamento da RPPN é de responsabilidade do proprietário da terra, mas dada a necessidade premente de desenvolvimento, planejamento adequado e instrumentos de gerenciamento, o IBAMA, as agências ambientais estaduais, e mesmo ONG's e instituições de pesquisa podem contribuir com atividades de proteção específicas e fornecimento de mecanismos compensatórios diversos.

As atividades econômicas permitidas nestas reservas são limitadas ao ecoturismo, atividades educacionais, culturais ou projetos recreativos que não comprometam a conservação da biodiversidade. Mesmo com essas limitações existem oportunidades para investimentos rentáveis.

Existem várias vantagens ligadas ao estabelecimento de RPPN's. Por exemplo: I) Contribuem para a rápida expansão do sistema nacional de áreas protegidas, II) Fornecem alternativas realistas para a criação de zonas tampão e corredores biológicos em torno e entre as áreas protegidas existentes; III) Podem ser estabelecidas rapidamente (em 60 dias); IV) Representam opção adicional para a participação do setor privado nos esforços nacionais para conservação da biodiversidade; V) Possuem alta eficácia por baixo custo, tanto para o Estado quanto para o proprietário (isenções de imposto territorial rural - ITR, preferência para aprovação de empréstimos e créditos do Fundo Nacional de Meio Ambiente, e instituições de crédito federal e estaduais); VI) Atraem atividades de pesquisa visando obter um melhor entendimento dos ecossistemas locais, VII) Reconhecimento público e apoio de grupos ambientais. Complementarmente, a sua classificação como unidade proteção integral fornece maior amparo legal contra queimadas, caça, desmatamento e outras atividades predatórias, e autoriza o IBAMA e a Polícia Federal a apoiar no gerenciamento de desenvolvimento e atividades administrativas.

O custo para o estabelecimento e inspeção destas áreas é relativamente baixo. Conforme o aumento de tamanho de uma RPPN, seu custo por hectare decresce e tende a tomar a forma de função logarítmica. Um investimento significativo na criação de novas áreas

poderia gerar uma rede de parceiros do setor privado bem como produzir um maior impacto em termos de proteção à biodiversidade.

Desde 1990, 87 reservas foram criadas nacionalmente (ver tabela 2 nos anexos), com a maioria delas localizada no Sudeste do Brasil. Até agora, somente 6 RPPN's foram criadas no Amazonas, mas estas respondem por 94% da áreas cobertas por esta categoria. O tamanho das reservas varia amplamente, da Carbocloro (Estado de São Paulo) com 0,7 ha até algumas

O Projeto deverá apoiar o estabelecimento de RPPN's em um dos pontos identificados abaixo (ou em ambos):

1) *Corredores Biológicos Pré-Selecionados*. Estabelecimento de reservas nestas áreas deverá aumentar a conectividade entre as unidades de conservação a um baixo custo.

2) *Zona de Transição Amazônia-Cerrado*. Estudos prévios identificaram essa região como de alta prioridade para estabelecimento de novas áreas protegidas, baseados nos valores de biodiversidade e fatores de risco associados com a expansão da fronteira agrícola. Essa área também inclui um dos corredores biológicos pré-selecionados.

As ações propostas para apoiar o estabelecimento de RPPN's incluem:

1) *Campanha Nacional*. O objetivo primeiro será informar ao público em geral a respeito da existência e importância das reservas privadas, e a proteção especial disponível para sua conservação e manutenção.

2) *Campanhas Regionais e Estudos para identificação de RPPNs potenciais*. Estas serão dirigidas aos proprietários de áreas protegidas em potencial (no que diz respeito aos benefícios para os proprietários participantes) e ao público em geral (no que diz respeito à importância das reservas privadas para a conservação da biodiversidade). Algumas ONGs e outros órgãos poderiam realizar estudos na área correspondente a cada corredor para identificar proprietários interessados em transformar parte de suas terras em RPPNs.

3) *Assistência para Legalização*. Proprietários serão assistidos na preparação da documentação legal necessária para seus requerimentos.

4) *Assistência para Planejamento e Gerenciamento de Recursos*. Será fornecido auxílio para o desenvolvimento de planos de manejo e desenvolvimento de acordos para gerenciamento cooperativo com o IBAMA.

5) *Planejamento de Atividades Econômicas de Baixo Impacto*. Trata-se do oferecimento de recursos para assistência em planejamento especializado nas áreas de desenvolvimento de ecoturismo, atividades recreativas e culturais.

6) *Fortalecimento Institucional*. As atividades relacionadas ao estabelecimento de RPPN's e assistência técnica à proprietários de terras são de responsabilidade da Diretoria de Ecossistemas (DIREC) do IBAMA. A DIREC necessita apoio para permitir-lhe prosseguir a realização plena de sua atividade pelo país. As inspeções anuais e atividades de proteção podem ser executadas pelas Superintendências do IBAMA, a nível estadual, ou organizações não-governamentais autorizadas.

Outras áreas de domínio privado de relevante interesse deste projeto são as APP's (ou *Áreas de Preservação Permanente*) e Reservas Legais, que poderão sofrer uma ação mais sistemática no sentido de sua implantação ou ordenação das já implantadas nos corredores.

### *Melhoria do Sistema através da Criação de Novas Unidades Conservação*

Muitos estudos têm mostrado que existem várias áreas na Mata Atlântica e na Bacia Amazônica com alto valor biológico que não são protegidas por lei. Há um intenso debate se novas unidades de conservação devem ser criadas nestas áreas. Os problemas associados com a criação de novas reservas são: 1) muitas unidades de conservação ainda existem somente no papel, mesmo muitos anos após a sua criação (algumas na parte oeste da Amazônia nunca foram visitadas por autoridades ambientais). De fato, muitas dessas áreas sobrevivem porque estão localizadas em regiões praticamente inacessíveis; 2) o sistema de posse de terras das unidades de conservação brasileiras não foi resolvido na maioria das unidades (os custos associados à solução deste problema estão em torno de 700-800 milhões de dólares, e na velocidade com que está sendo solucionado, levaria vários séculos para legalizar todas as unidades de conservação brasileiras). As vantagens de criar novas unidades de conservação estão relacionadas com a criação de um precedente na situação legal de uma determinada área até que existam fundos suficientes para sua implementação. Muitos dos problemas associados ao *status* atual das unidades de conservação no Brasil estão relacionados à legislação vigente para estas categorias.

Em razão disto, existem no momento vários documentos sendo discutidos no Brasil, relacionados ao novo sistema de unidades de conservação (SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação). O SNUC está sendo submetido ao Congresso Nacional brasileiro para aprovação. Uma das versões mais aceitas do SNUC traz várias novas categorias de unidades de conservação em complementação às já existentes. Além do fato de que estas novas categorias também levam em consideração a conservação da biodiversidade e problemas de posse de terra. Tópicos relacionados à participação de atores locais estão sendo considerados. Este projeto pretende atuar e identificar as áreas de alta prioridade em corredores biológicos que podem tornar-se aglomerados de unidades de conservação em um futuro próximo, utilizando o novo SNUC.

Quando se pondera o tamanho do Brasil com outros países de grande biodiversidade (veja gráfico anexo) e se considera o total desmatado de suas florestas e o tamanho da população atual dos países, verifica-se que o Brasil tem uma população menor que a média, que tem menos áreas desmatadas e que tem menos áreas de conservação que a média. Em situação semelhante ao Brasil (com potencial para criação de novas unidades de conservação) temos o Peru e a Colômbia. Outros países como a Índia e a China tem altas densidades demográficas além de grandes áreas desmatadas.

### *Apoio à outras Unidades de Conservação em outros Corredores*

A ação do projeto deve ser estendida à outras unidades de conservação, em outros corredores ou mesmo em áreas fora dos corredores identificados. Por outro lado, deverão ser levadas em consideração outras áreas prioritárias, biologicamente importantes. Por este motivo, sempre se dará maior prioridade àquelas áreas internas dos corredores, mesmo que eles não tenha sido selecionados para ação imediata. É importante compreender que, uma vez considerada a importância da existência de unidades bem implantadas no interior de cada corredor para que ele seja bem implementado, faz-se necessário o fortalecimento de outras

unidades de conservação nos outros cinco corredores. Estas unidades nos cinco corredores não selecionados para maior atuação do projeto na sua primeira fase devem ser fortalecidas para que, numa segunda fase deste projeto, a implantação dos seus respectivos corredores ocorra com uma maior probabilidade de sucesso.

## **VI. ESTRUTURA DE ORGANIZAÇÃO DO PROJETO**

Como foi identificado em vários documentos do IBAMA/DIREC, a equipe de trabalho, em todos os níveis, é uma limitação institucional maior. Devido ao tamanho dos corredores propostos, a variedade de situações biofísicas e culturais apresentada, e a necessidade de uma ação efetiva local, será adotada uma abordagem descentralizada de base ampla, para a implementação do projeto, promovendo a participação ativa de atores e listando as várias agências governamentais, unidades de pesquisa, prefeituras, câmaras de vereadores, associações de base, comunidades locais e ONG's como parceiros de projeto. A implementação do projeto envolverá um consórcio para a participação de atores e parceiros institucionais, com ações específicas implementadas por parceiros individualmente ou em associação. Esforços especiais serão feitos pelos diretores nacionais do projeto para assegurar a adequada coordenação com iniciativas em andamento apoiadas pelo G-7 e MMA/IBAMA.

Enquanto é sugerido que os coordenadores de corredores e sua equipe de apoio sejam contratados diretamente via licitação nacional e/ou internacional (através de firma especializada em head-hunting). Esta firma identificaria de 3 a 5 candidatos potenciais (da mesma maneira como foi feito o FUNBIO - FGV) que seriam selecionados por um comitê formado que teria a seguinte composição: um representante do MMA; b) um representante do IBAMA; c) um representante dos doadores internacionais; d) um representante das ONGs; e) um representante das OEMAs. O mesmo procedimento seria feito para a seleção dos dois coordenadores dos corredores que serão implementados na primeira fase.

A equipe complementar de trabalho necessária à coordenação do projeto e à implementação dos projetos piloto de desenvolvimento sustentável em zonas tampão seria selecionada pelo coordenador de cada corredor e poderia ser suprida através de contratos com ONG's ou grupos de pesquisa qualificados; similarmente, a fiscalização, os estudos para regularização da terra e a autorização para atividades de manejo sustentável de recursos poderão ser financiados da mesma forma. Ao conselho deliberativo de cada corredor ficaria encarregado da decisão de determinar que organizações ficariam responsáveis pela implantação cada componente do projeto.

### ***1.1 Coordenação do Projeto***

A maneira com que o projeto será coordenado deverá ser definida através de consultoria específica que foi encaminhada pelo Banco Mundial ao IBAMA - Ministério do Meio Ambiente (conforme carta do Dr. Robert Schneider do Banco Mundial ao presidente do IBAMA, Dr. Eduardo Martins). Devido ao envolvimento de diversos atores no processo de implementação dos Corredores Ecológicos, foram discutidos durante os dois Workshops algumas possibilidades de gerenciamento institucional do projeto: a) Criação de uma Fundação Autônoma com Fundos específicos para cada um dos Corredores Ecológicos; b) Criação de uma Organização Social (nos modelos sugeridos pelo MARE) com a presença de Conselho Deliberativo; c) Criação de Agência Executiva do IBAMA com Conselho Consultivo e Deliberativo; d) Vincular o projeto diretamente a DIREC/IBAMA aos moldes do PNMA.

### **1.2 Coordenador de Corredor**

Independentemente da opção adotada pelos coordenadores de corredores estas pessoas deverão ser um profissionais de nível *senior*, proeminentes, com larga experiência em gerenciamento de projetos ambientais, organização e coordenação de grupos de trabalho inter-institucionais, e bom relacionamento com doadores nacionais e internacionais. Um co-diretor profissional *junior* escolhido pelo coordenador do corredor, deverá ser selecionado por suas boas habilidades organizacionais e experiência de trabalho na Amazônia e/ou na Mata Atlântica. Este profissional deveria também ter a responsabilidade de administrador de projeto, responsável por agilizar as obrigações contratuais e financeiras com consultores e instituições cooperativas. Uma secretária executiva e alguns auxiliares completariam a equipe de trabalho do projeto na sede de cada corredor.

Os coordenadores do projeto em cada corredor terão responsabilidade técnica e administrativa direta pelo desenvolvimento e coordenação de planos de trabalho e orçamentos em conjunto com organizações cooperadoras, e por controlar a observação dos procedimentos do doadores e agência governamentais envolvidas para compras e contratos. Os coordenadores irão interagir diretamente com os chefes das unidades de conservação e corpo técnico de organizações cooperadoras, trabalhando nos projetos piloto.

Unidades de apoio técnico-administrativo em nível de corredor incluirão gerenciamento de GIS-Banco de Dados e secretaria administrativa. A unidade GIS-Banco de Dados será responsável pelo desenvolvimento de estudos regionais, fornecendo treinamento para projetos piloto e pessoal das unidades de conservação no uso e gerenciamento de dados informatizados, assistindo no desenvolvimento de estudos localizados.

### **1.3 Comitês Deliberativos dos Corredores Ecológicos**

A implementação das atividades do projeto envolverá a participação de uma série de ONG's, organizações federais, estaduais e locais. Os Comitês de Acompanhamento de Corredores Ecológicos serão estabelecidos para facilitar a implementação e coordenação do projeto entre as organizações envolvidas e aquelas responsáveis pela implementação de projetos piloto. Em complementação às ONG's, setor privado, igreja, institutos de pesquisa e agências estaduais, serão incluídos os diretores das áreas protegidas envolvidas, e representantes dos setores técnicos do IBAMA (DIREC/DICRI-DICOE, SUPES) e MMA (Secretaria da Amazônia Legal). Reuniões serão convocadas periodicamente pelos coordenadores para discutir a implementação do projeto, identificar problemas e propor soluções.

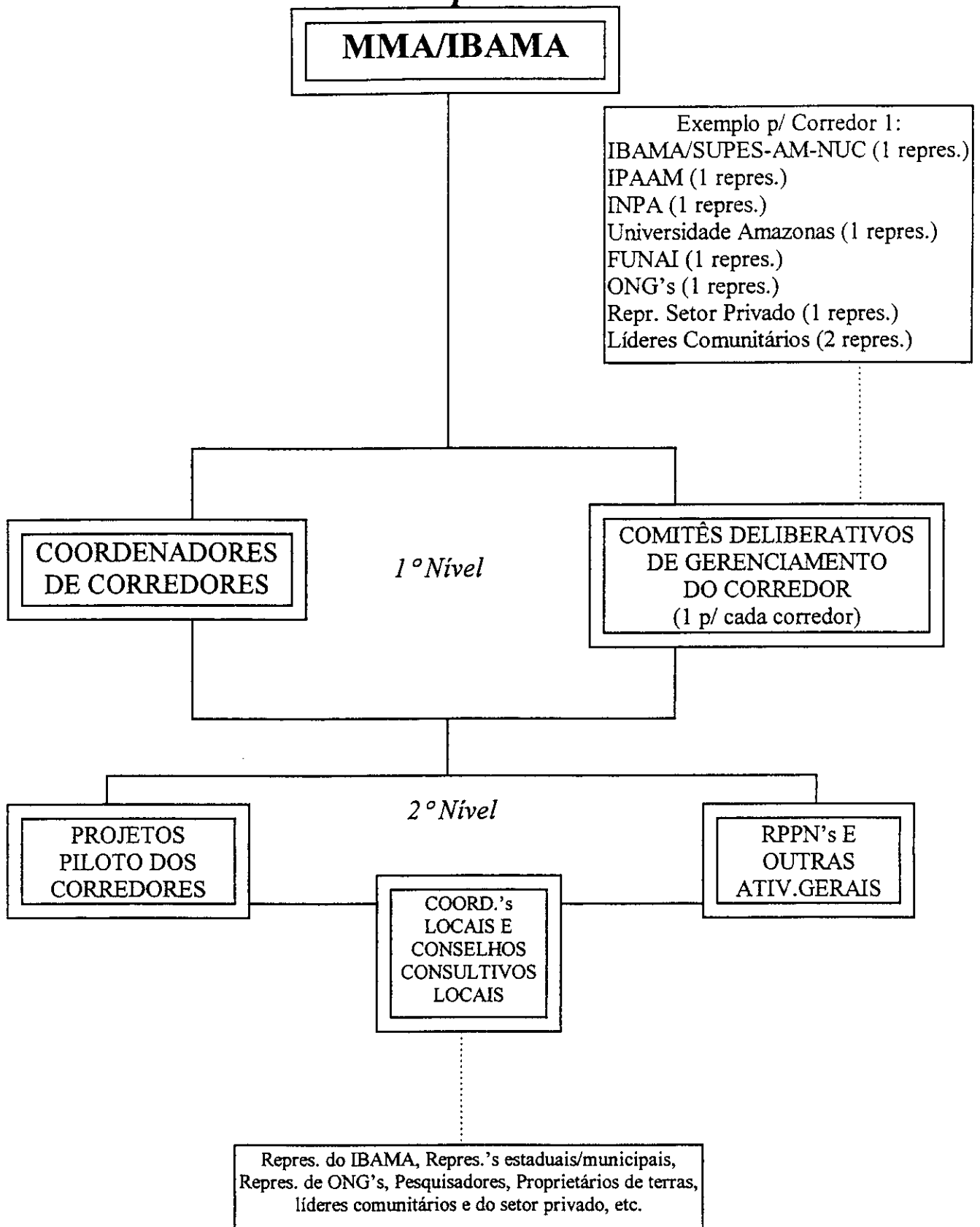
### **1.4 Conselhos Consultivos Ambientais locais**

Conselhos locais serão estabelecidos para integrar organizações à nível básico, com autoridades do governo local, pesquisadores, representantes de grupos usuários de recursos e comunidades diretamente afetadas pelo gerenciamento e desenvolvimento das áreas protegidas, regiões de entorno e Corredores.

Atenção especial deve ser dada para a integração de comunidades utilizadoras de recursos na unidade de conservação ou em área adjacente para o desenvolvimento sustentável

de projetos piloto. Os Conselhos devem ser utilizados para discutir a regulamentação para o uso sustentável e zoneamento para conservação da biodiversidade.

# Organização Administrativa Proposta



## VII. PROJEÇÃO DOS INVESTIMENTOS FINANCEIROS DO PROGRAMA PILOTO

**Recipiente:** República Federativa do Brasil

**Beneficiários:** Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto Brasileiro para o Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Organizações Estaduais de Meio Ambiente (OEMA's), Organizações não-Governamentais (ONG's) brasileiras, Instituições Acadêmicas e Institutos de Pesquisa, Comunidades Locais e Setor Privado brasileiro.

**Recursos previstos:** US\$ 46.0 milhões

**Termos:** Fundo (grant)

### **Plano de Financiamento:**

<u>Fonte de Financiamento</u>	<u>Total (US\$ million equivalente)</u>
Rain Forest Trust Fund (fundo)	5.0
KfW (fundo)	18.0
ODA	3.0
European Union	13.0
Contrapartidas Nacionais	7.0
<b>TOTAL NECESSÁRIO (Custos do Projeto)</b>	<b>46.0</b>

**Taxa Econômica de Retorno:** N/D



## Resumo do Orçamento

(os orçamentos detalhados podem ser encontrados dentro do planejamento de cada bioma)

DESCRIÇÃO	SUB-TOTAIS	TOTAIS	TOTAL GERAL (cumulativo)
<b>ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DOS CORREDORES AMAZÔNICOS E CORREDOR DA AMAZÔNIA CENTRAL</b>			
1.0)OPERAÇÕES CENTRAIS - ADMINISTRAÇÃO GERAL (MANAUS) E OPERAÇÕES CENTRAIS	2.337.900,00	2.337.900,00	2.337.900,00
2.0)CORREDOR DA AMAZÔNIA CENTRAL - ESTUDOS, CONSULTORIAS E BANCO DE DADOS	935.000,00	935.000,00	3.272.900,00
3.0)CORREDOR DA AMAZÔNIA CENTRAL - CRIAÇÃO DE NOVAS UNIDADES		1.217.900,00	4.490.800,00
A)RDS AMANÃ	622.700,00		
B)RDS BAIXO RIO UATUMÃ	481.200,00		
C)PARNA TEFÉ	114.000,00		
4.0)CORREDOR DA AMAZÔNIA CENTRAL - FORTALECIMENTO DAS UC's EXISTENTES FEDERAIS		4.170.000,00	8.660.800,00
A)ESEC + RESEC JUAMI-JAPURÁ	441.000,00		
B)RESEC JUTAI-SOLIMÕES + ARIE JAVARI-BURITI	758.000,00		
C)FLONA TEFÉ	711.000,00		
D)PARNA JAÚ	1.049.000,00		
E)ESEC ANAVILHANAS	751.500,00		
F)REBIO UATUMÃ	459.500,00		

5.0)CORREDOR DA AMAZÔNIA CENTRAL - FORTALECIMENTO DAS UC's EXISTENTES ESTADUAIS		2.550.500,00	11.211.300,00
A)PARES RIO NEGRO (SUL+NORTE)	794.500,00		
B)APAES RIO NEGRO (DIREITA+ESQUERDA)	863.500,00		
C)APAES PRESIDENTE FIGUEIREDO-CAVERNA DO MAROAGA	892.500,00		
6.0)CORREDOR DA AMAZÔNIA CENTRAL - FISCALIZAÇÃO E SENSORIAMENTO REMOTO		2.781.500,00	13.992.800,00
A)FORTALECIMENTO SUPES/AM-IBAMA	873.500,00		
B)FORTALECIMENTO POCOF MANACAPURU-IBAMA	313.000,00		
C)FORTALECIMENTO POCOF TEFÉ-IBAMA	301.000,00		
D)CRIAÇÃO DE POSTOS DE FISCALIZAÇÃO-IPAAM	720.000,00		
E)SISTEMA DE RÁDIO-COMUNICAÇÃO	229.000,00		
F)PROCESSAMENTO E ANÁLISE DE IMAGENS	345.000,00		
7.0)CORREDOR DA AMAZÔNIA CENTRAL - FORTALECIMENTO E CRIAÇÃO DE RPPN's	466.000,00	466.000,00	14.458.800,00
8.0)CORREDOR DA AMAZÔNIA CENTRAL - PROGRAMA DE INTERCÂMBIO E CAPACITAÇÃO DE PESSOAL DOS CORREDORES	500.000,00	500.000,00	14.958.800,00
9.0)CORREDOR DA AMAZÔNIA CENTRAL - PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E POLÍTICA FORA DAS UC's	842.000,00	842.000,00	15.800.800,00
10.0)CORREDOR DA AMAZÔNIA CENTRAL - ATIVIDADES DE APOIO AO ECOTURISMO	2.951.000,00	2.951.000,00	18.751.800,00
11.0)CORREDOR DA AMAZÔNIA CENTRAL - ESTUDOS NAS TERRAS INDÍGENAS DO CORREDOR	516.000,00	516.000,00	19.267.800,00
12.0)CORREDOR DA AMAZÔNIA CENTRAL - FUNDO DE APOIO PARA INICIATIVAS DE PEQUENA ESCALA	1.500.000,00	1.500.000,00	20.767.800,00
13.0)CORREDOR CENTRAL DA AMAZÔNIA - Fundo de Contingência	2.100.280,00	2.100.280,00	<b>22.868.080,00</b>
<b>ATIVIDADES EM OUTROS CORREDORES DA AMAZÔNIA</b>			
1.0)OUTROS CORREDORES AMAZÔNICOS - FORTALECIMENTO DE		7.618.900,00	7.618.900,00

UC's E CRIAÇÃO DE NOVAS UNIDADES (+ contingências)			
1.1)COR. NORTE DA AMAZÔNIA (2)	935.000,00		
1.2)COR. OESTE DA AMAZÔNIA (3)	1.015.000,00		
1.3)COR. SUL DO AMAZONAS (4)	5.013.900,00		
1.4)COR. DOS ECÓTONES SUL-AMAZÔNICOS (5)	655.000,00		
2.0)OUTROS CORREDORES AMAZÔNICOS - MARKETING DE CORREDORES ECOLÓGICOS, RPPN's E SUSTENTABILIDADE (+contingências)	3.840.000,00	3.840.000,00	11.458.900,00
3.0)OUTROS CORREDORES AMAZÔNICOS - ESTRATÉGIA NACIONAL DE RPPN'S PRIORIZANDO OS CORREDORES ECOLÓGICOS (+contingências)	1.012.000,00	1.012.000,00	<b>12.470.900,00</b>
<b>CORREDOR CENTRAL DA MATA ATLÂNTICA</b>			
1.0)ADMINISTRAÇÃO CENTRAL (ILHÉUS OU PORTO SEGURO)	1.209.450,00	1.209.450,00	1.209.450,00
2.0)ESTUDOS, LEVANTAMENTOS E PESQUISAS PRIORITÁRIAS	1.184.000,00	1.184.000,00	2.393.450,00
3.0)FORTALECIMENTO DAS UC's PÚBLICAS EXISTENTES		2.955.850,00	5.349.300,00
3.1)PARNA MONTE PASQUAL	820.600,00		
3.2)PARNA MARINHO DE ABROLHOS	264.500,00		
3.3)REBIO UNA	489.200,00		
3.4)PARNA CAPARAÓ	372.650,00		
3.5)REBIO AUGUSTO RUSCHI/EST. BIOL. SANTA LÚCIA	467.200,00		
3.6)REBIO SUORETAMA	231.000,00		
3.7)APAES CARAÍVA/TRANCOSO	80.000,00		
3.8)APAES COSTA DE ITACARÉ/SERRA GRANDE	60.000,00		
3.9)APAES PONTA DA BALEIA/ABROLHOS	70.000,00		
3.10)RES. FLOREST. EST. WENCESLAU GUIMARÃES	100.700,00		
4.0)FORTALECIMENTO/SUSTENTAÇÃO DAS UC's PRIVADAS EXISTENTES		1.405.000,00	6.754.300,00
4.1)RESER. FLOREST. LINHARES	1.200.000,00		
4.2)RESER. FLOREST. VERACRUZ	105.000,00		
4.3)EST. EXPERIMENT. PAU-BRASIL	100.000,00		

5.0) CRIAÇÃO DE NOVAS UNIDADES		1.501.700,00	8.256.000,00
5.1) PARES SERRA DO CONDURÚ	738.500,00		
5.2) PROGRAMA DE ESTÍMULO À CRIAÇÃO DE RPPN's	763.200,00		
6.0) SISTEMA DE MONITORAMENTO E APOIO À FISCALIZAÇÃO NO CORREDOR	744.000,00	744.000,00	9.000.000,00
7.0) NÚCLEO DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA DO CORREDOR CENTRAL DA MATA ATLÂNTICA (DENTRO E FORA DAS UC's)	383.000,00	383.000,00	<b>9.383.000,00</b>
<b>GRANDE TOTAL GERAL</b>			<b>44.721.980,00</b>

**ANEXOS**  
**(TABELAS, FIGURAS E MAPAS)**

Tabela 1. A composição dos cinco corredores amazônicos propostos em termos de áreas prioritárias identificadas durante o “*Workshop-90 Áreas Prioritárias para Conservação na Amazônia*”, Manaus, 1990, e no *Workshop “Geographic Conservation Investment Priorities in Latin America and the Caribbean*”, Miami, 1994.

Corredor	<i>Workshop 90 - Áreas Prioritárias</i>	Ecoregiões Sul-americanas	Unidades de Conservação	
			N <sup>o</sup>	Área (ha)
<i>Corredor da Amazônia Central</i>	36 Ticuna	Tropical Moist Broadleaf Forests (1A)	13	7.885.318
	43 Tefé	24 - Japura-Negro moist forests		
	44 Japurá	25 - Uatuma moist forests		
	45 Jaú			
	61 Manaus			
	62 Manacapuru			
<i>Corredor Sul da Amazônia</i>	64 Itaituba	Tropical Moist Broadleaf Forests (1A)	6	2.829.350
	66 Monte Cristo	34 - Purús Madeira moist forests		
	67 Tapajós	37 - Tapajós-Xingú moist forests		
	69 Iriti	38 - Tocantins moist forests		
	75 Gurupí			
	81 Alto Capim			
	82 Bico de Papagaio			
	85 Carajás			
<i>Corredor Oeste da Amazônia</i>	10 Iteñez-Rondonia	Tropical Moist Broadleaf Forests (1A)	33	8.398.027
	11 Abuna	31 - Southwestern Amazonian moist forests		
	14 Alto Purus-Baixo Madre de Dios (part)	35 - Rondonia - Mato Grosso moist forests		
	18 Juruá-Envira	36 - Beni swamp and gallery forests		
	19 Serra do Divisor			
	94 Alto Guaporé-Huanchaca (part)			
<i>Corredor dos Ecótonos Sul-Amazônicos</i>	12 Rio Madeira-Humaita	Tropical Moist Broadleaf Forests (1A)	1	562.000
	86 Médio Xingú	35 - Rondonia-Mato Grosso moist forests		
	87 Araguaia	35 - Rondonia-Mato Grosso moist forests		

Cont.

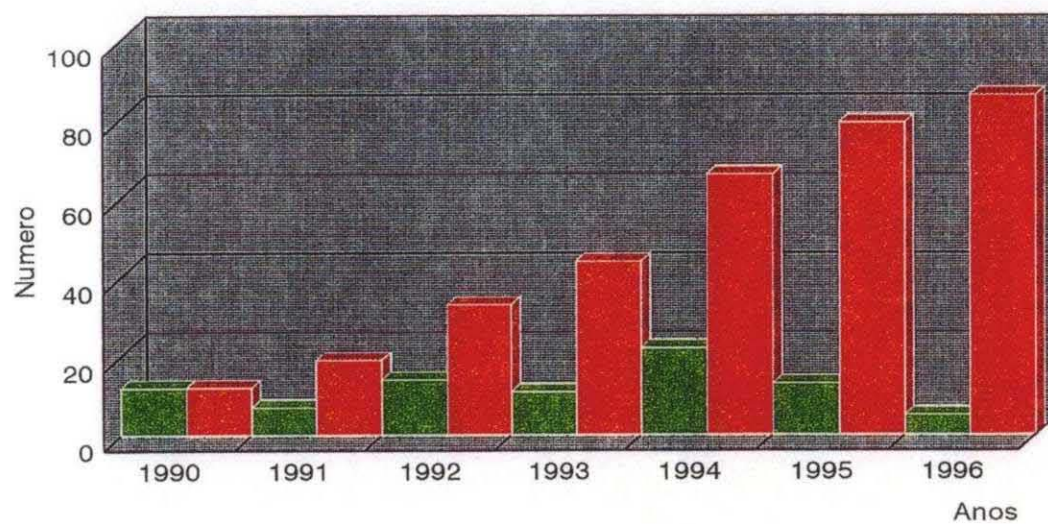
Corredor	Workshop 90 - Áreas Prioritárias	Ecorregiões Sul-Americanas	Unidades de Conservação	
			Nº	Área (ha)
<i>Corredor dos Ecótonos Sul-Amazonicos</i>	89 Cachimbo	Grasslands, shrublands and savannas (1B)		
	90 Apiacás	114 - Cerrado		
	91 Aripuanã			
<i>Corredor Norte da Amazônia</i>	47 Neblina	Tropical Moist Broadleaf Forests (1A)	20	13.080.983
	48 Uaupés-Guainia	20 - Guianan Highlands moist forests		
	49 Rio Negro-Atabapo - Vichada	21 - Pantepui		
	52 Rio Branco	24- Japura-Negro Moist forests		
	53 Mucajai	Grasslands, shrublands and savannas (1B)		
	54 Roraima-Pacaraima	112- Amazonian savannas		

Tabela 2. Distribuição das RPPN's brasileiras por estado e região política.

ESTADO ou REGIÃO	Número de RPPN's (%)	ÁREA (ha) (%)	SUB-TOTAIS REGIONAIS	
			Número (%)	Área (%)
SUDESTE			34 (39,08)	12.845 (1,52)
Minas Gerais	16 (18,39)	10.077 (1,19)		
Rio de Janeiro	10 (11,49)	2.517 (0,29)		
São Paulo	8 (9,19)	251 (0,03)		
SUL			12 (13,79)	13.189 (1,56)
Paraná	3 (3,45)	1.872 (0,22)		
Santa Catarina	5 (5,75)	8.403 (0,99)		
Rio Grande do Sul	4 (4,59)	2.914 (0,34)		
NORTE			6 (6,89)	794.591 (94,14)
Amazonas	3 (3,45)	183.000 (21,68)		
Pará	2 (2,29)	502.000 (59,47)		
Roraima	1 (1,14)	109.591 (12,98)		
NORDESTE			19 (21,84)	11.537 (1,37)
Alagoas	3 (3,45)	180 (0,02)		
Bahia	7 (8,04)	2.796 (0,33)		
Ceará	3 (3,45)	3.124 (0,37)		
Maranhão	2 (2,29)	124 (0,01)		
Paraíba	4 (4,59)	5.313 (0,63)		
CENTRO-OESTE			16 (18,39)	11.876 (1,41)
Goiás	9 (10,34)	11.046 (1,31)		
Mato Grosso	1 (1,14)	200 (0,02)		
Mato Grosso do Sul	6 (6,89)	630 (0,07)		
<b>TOTAL</b>	<b>87 (100,00)</b>	<b>844.038 (100,00)</b>	<b>87 (100,00)</b>	<b>844.038 (100,00)</b>

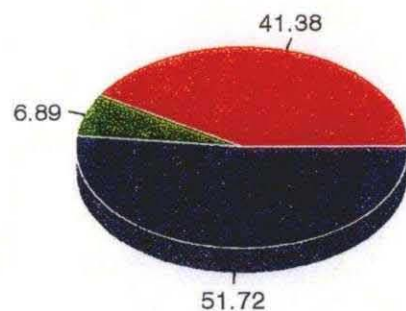


Número de RPPN's criadas anualmente, e os totais cumulativos.

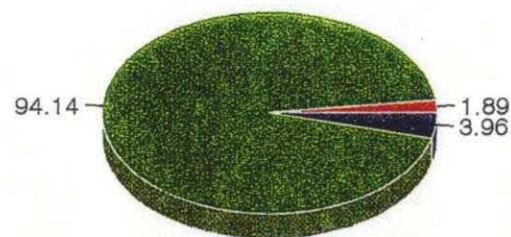


Fonte: DICOE/DIREC/IBAMA, 1996

## Distribuição das RPPN's nos biomas brasileiros (porcentagens aproximadas)



(A) número de reservas



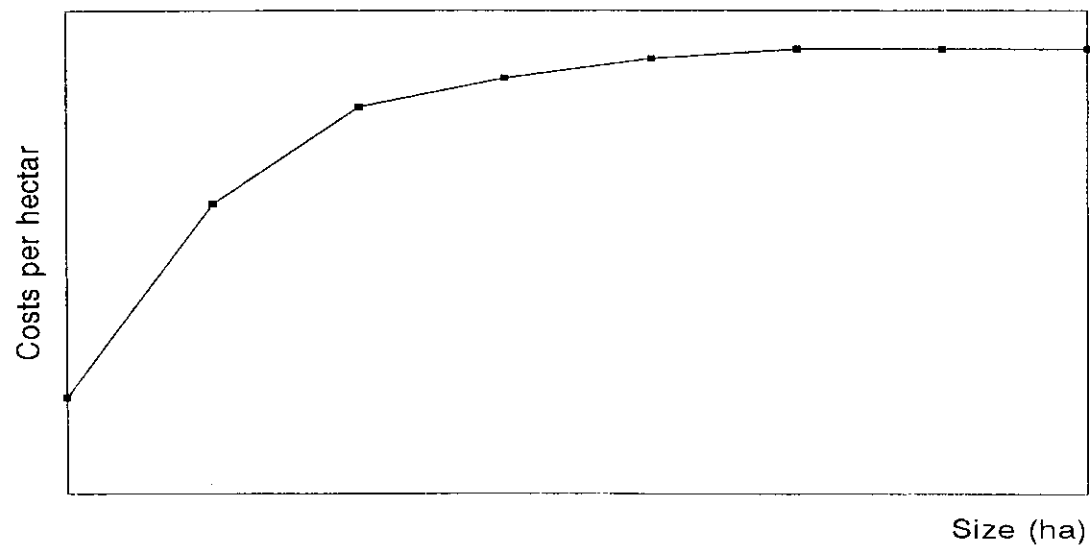
(B) área (ha)

■ Mata Atlântica ■ Amazônia ■ Outros

Fonte: DICOE/DIREC/IBAMA, 1996 (Número total: 86 reservas)

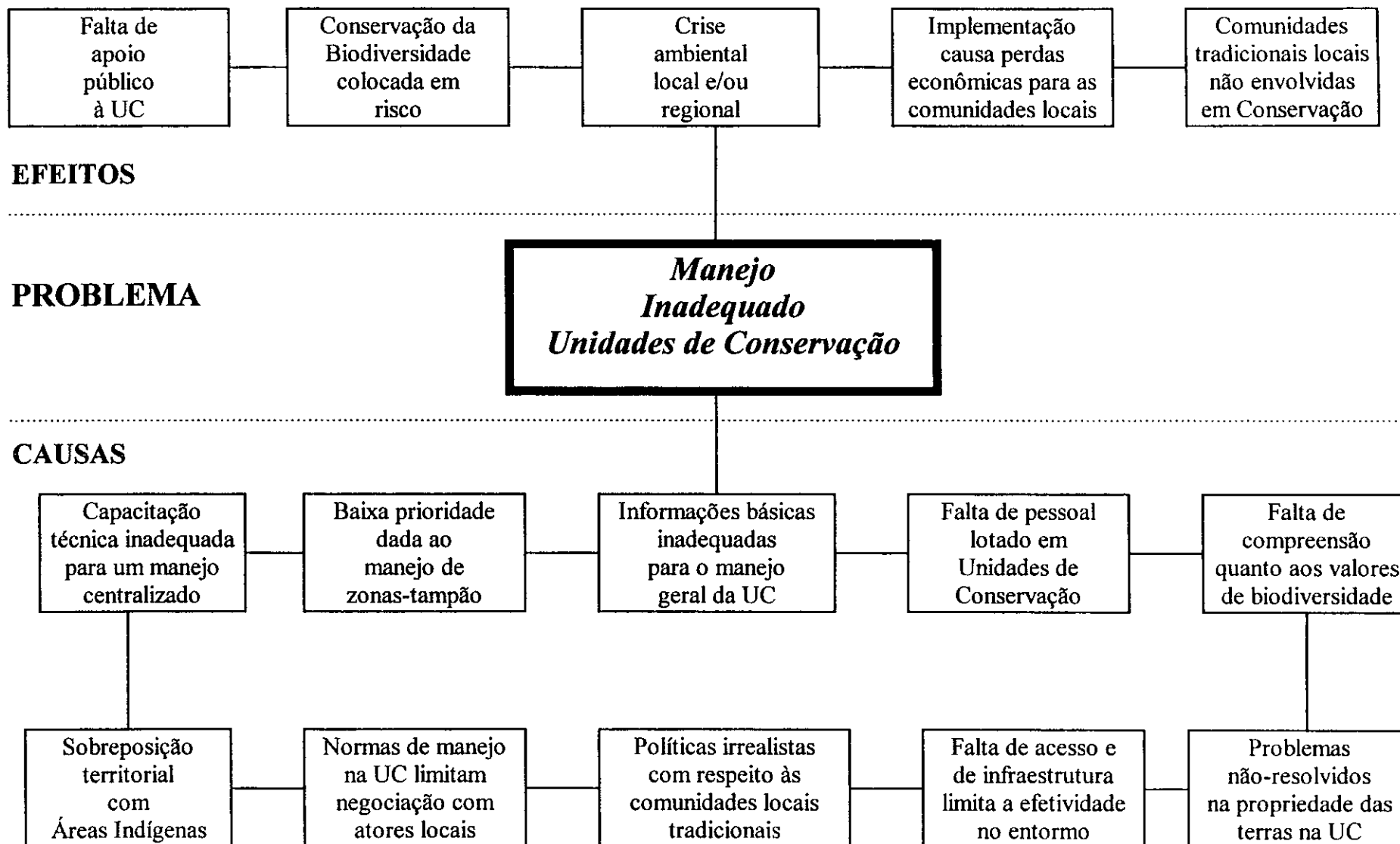
# Annual costs for RPPN's

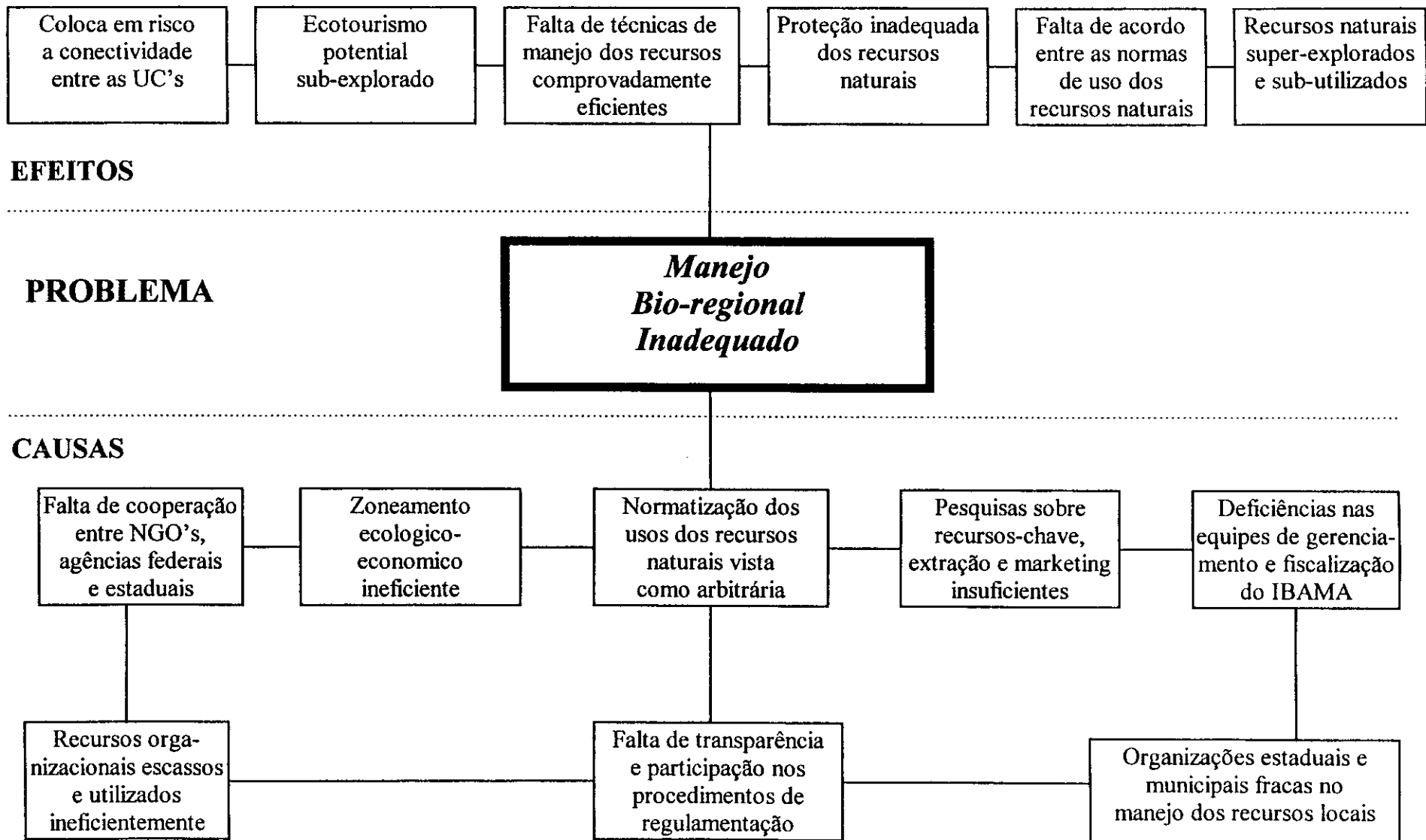
---



Source: DICOE/DIREC/IBAMA, 1996

**Diagramas de análise  
de Causa-Efeito  
dos principais problemas  
encontrados na  
gestão da biodiversidade  
regional (dos biomas) e  
nas Unidades de Conservação  
em particular**





**Listas das Unidades de Conservação  
oficiais nos Corredores da Amazônia e da  
Mata Atlântica, e seu agrupamento por área,  
ano de criação, categoria de manejo, e unidades  
federativas.  
Também são mostradas as terras indígenas  
de cada corredor ecológico.**

Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal - MMA  
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

**PROGRAMA PILOTO PARA PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS BRASILEIRAS  
SUB-PROGRAMA UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS**

**Projeto Parques e Reservas - PP / G7**

**NÚMERO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO  
FEDERAIS E ESTADUAIS E ÁREAS INDÍGENAS E A  
ÁREA DOS CORREDORES ECOLÓGICOS**

**MATA ATLÂNTICA E AMAZÔNIA LEGAL**

**Belo Horizonte, dezembro de 1996.**



## CORREDORES ECOLÓGICOS DA MATA ATLÂNTICA

Categorias	Corredores Ecológicos					
	Todas as UC's e AP's			Sem as APA's e APAE's		
	6 - Central	7 - Serra do Mar	Total	6 - Central	7 - Serra do Mar	Total
UC's	36	51	87	22	41	63
UC's Não-Oficiais	12		12	12		12
<b>Subtotal</b>	<b>48</b>	<b>51</b>	<b>99</b>	<b>34</b>	<b>41</b>	<b>75</b>
AP's	15	13	28	15	13	28
AP's Não-Oficiais	2	10	12	2	10	12
<b>Subtotal</b>	<b>17</b>	<b>23</b>	<b>40</b>	<b>17</b>	<b>23</b>	<b>40</b>
<b>Total</b>	<b>65</b>	<b>74</b>	<b>139</b>	<b>51</b>	<b>64</b>	<b>115</b>

## CORREDORES ECOLÓGICOS DA AMAZÔNIA LEGAL

Categorias	Corredores Ecológicos					
	Todas as UC's e AP's					
	1 - Central	2 - Norte	3 - Oeste	4 - Sul	5 - Ecótonos Sul-Amazônicos	Total
UC's	15	17	24	11	5	72
UC's Não-Oficiais						
<b>Subtotal</b>	<b>15</b>	<b>17</b>	<b>24</b>	<b>11</b>	<b>5</b>	<b>72</b>
AP's	21	26	32	18	25	122
AP's Não-Oficiais	2		15	5	7	27
<b>Subtotal</b>	<b>23</b>	<b>26</b>	<b>47</b>	<b>23</b>	<b>32</b>	<b>151</b>
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>43</b>	<b>71</b>	<b>34</b>	<b>37</b>	<b>223</b>

Categorias	Corredores Ecológicos					
	Sem as APA's e APAE's					
	1 - Central	2 - Norte	3 - Oeste	4 - Sul	5 - Ecótonos Sul-Amazônicos	Total
UC's	12	17	24	9	5	67
UC's Não-Oficiais						
<b>Subtotal</b>	<b>12</b>	<b>17</b>	<b>24</b>	<b>9</b>	<b>5</b>	<b>67</b>
AP's	21	26	32	18	25	122
AP's Não-Oficiais	2		15	5	7	27
<b>Subtotal</b>	<b>23</b>	<b>26</b>	<b>47</b>	<b>23</b>	<b>32</b>	<b>151</b>
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>43</b>	<b>71</b>	<b>32</b>	<b>37</b>	<b>218</b>

**PROJETO PARQUES E RESERVAS - PP/G7**  
**CÁLCULO DA ÁREA DOS CORREDORES ECOLÓGICOS**  
**Unidades de Conservação Federais / Estaduais e Áreas Indígenas**

Corredores Ecológicos	Area Total (ha) *	UC's (ha)	UC's Não Oficiais (ha)	AI's (ha)	AI's Não Oficiais (ha)	Total Protegido, incluindo AI's		Sem Proteção	
						(ha)	(%)	(ha)	(%)
<b>AMAZÔNIA LEGAL</b>									
1. Central da Amazônia	21.938.000	8.361.863		4.779.869	0	13.141.732	59,9	8.796.268	40,1
2. Norte da Amazônia	33.083.000	10.895.123		15.041.305		25.936.428	78,4	7.146.572	21,6
3. Oeste da Amzônia	28.929.000	7.756.627		5.507.365	290.900	13.554.892	46,9	15.374.108	53,1
4. Sul da Amazônia	27.009.000	2.910.682		8.799.772	28	11.710.482	43,4	15.298.518	56,6
5. Ecótonos Sul-Amazônicos	35.574.000	1.380.010		16.114.724	0	17.494.734	49,2	18.079.266	50,8
<b>Subtotal 1</b>	<b>146.533.000</b>	<b>31.304.305</b>	<b>0</b>	<b>50.243.035</b>	<b>290.928</b>	<b>81.838.268</b>	<b>55,8</b>	<b>64.694.732</b>	<b>44,2</b>
<b>MATA ATLÂNTICA</b>									
6. Central da Mata Atlântica	6.905.800	351.207	32.223	62.262	0	445.692	6,5	6.460.108	93,5
SR 1 - R. Jequiriçá / R. Jequitinhonha	3.279.000	75.334	1.165	36.308	0	112.807	3,4	3.166.193	96,6
SR 2 - R. Jequitinhonha / R. Mucuri	2.350.000	52.269	7.214	17.479	0	76.962	3,3	2.273.038	96,7
SR 3 - R. Mucuri / R. Doce	947.000	33.726	21.822			55.548	5,9	891.452	94,1
SR 4 - ao S do R. Doce	203.900	63.978	2.022	8.475		74.475	36,5	129.425	63,5
SR 5 - Abrolhos	125.900	125.900				125.900	100,0	0	-
7. Serra do Mar	15.352.500	2.596.937		14.869	0	2.611.806	17,0	12.740.694	83,0
<b>Subtotal 2</b>	<b>22.258.300</b>	<b>2.948.144</b>	<b>32.223</b>	<b>77.131</b>	<b>0</b>	<b>3.057.498</b>	<b>13,7</b>	<b>19.200.802</b>	<b>86,3</b>
<b>Total</b>	<b>168.791.300</b>	<b>34.252.449</b>	<b>32.223</b>	<b>50.320.166</b>	<b>290.928</b>	<b>84.895.766</b>	<b>50,3</b>	<b>83.895.534</b>	<b>49,7</b>

Observação: \* - área estimada através do Programa PC - ARC / INFO v. 3.4.2b.

Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal - MMA  
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

**PROGRAMA PILOTO PARA PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS BRASILEIRAS  
SUB-PROGRAMA UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS**

## **Projeto Parques e Reservas - PP / G7**

**CORREDORES ECOLÓGICOS da  
MATA ATLÂNTICA e da  
AMAZÔNIA LEGAL**

**ESTATÍSTICAS DAS  
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO  
FEDERAIS E ESTADUAIS**

Belo Horizonte, dezembro de 1996.

## RELAÇÃO DAS UC's DA MATA ATLÂNTICA

### MATA ATLÂNTICA

Tabela 1: Ano do Decreto de Criação e Área das Unidades de Conservação.

Ano de Criação	No. de UC's		Área		Área Acumulada (ha)
	n	%	ha	%	
1935 - 1939	4	1,6	211.575	3,84	211.575
1940 - 1944	3	1,2	36.920	0,67	248.495
1945 - 1949	4	1,6	19.771	0,36	268.266
1950 - 1954	0	-	-	-	268.266
1955 - 1959	5	2,0	62.510	1,13	330.776
1960 - 1964	14	5,6	131.246	2,38	462.022
1965 - 1969	17	6,7	195.065	3,54	657.087
1970 - 1974	17	6,7	154.038	2,80	811.125
1975 - 1979	25	9,9	566.348	10,28	1.377.473
1980 - 1984	43	17,1	1.867.477	33,39	3.244.950
1985 - 1989	65	25,8	1.557.343	28,26	4.802.293
1990 - 1994	52	20,6	663.330	12,04	5.465.623
1995 - 1999	3	1,2	44.716	0,81	5.510.339
<b>Total</b>	<b>252</b>	<b>100,0</b>	<b>5.510.339</b>	<b>100,00</b>	

### MATA ATLÂNTICA

Tabela 2: Categorias Federais / Estaduais e Área das Unidades de Conservação.

Categorias do IBAMA	No. de UC's		Área		Área Acumulada (ha)
	n	%	ha	%	
APA	10	4,0	1.432.208	25,99	1.432.208
APAE	41	16,3	2.053.547	37,27	3.485.755
ARIE	11	4,4	8.943	0,16	3.494.698
EEE	14	5,6	100.357	1,82	3.595.055
ESEC	6	2,4	31.795	0,58	3.626.850
FLE	10	4,0	11.507	0,21	3.638.357
FLONA	13	5,2	28.668	0,52	3.667.025
PARNA	14	5,6	588.705	10,68	4.255.730
PE	47	18,7	962.942	17,48	5.218.672
PFE	10	4,0	22.380	0,41	5.241.052
RBE	24	9,5	36.583	0,66	5.277.635
RDS	0	-	-	-	5.277.635
REBIO	14	5,6	136.477	2,48	5.414.112
REE	5	2,0	8.437	0,15	5.422.549
RESEC	1	0,4	2	0,00	5.422.551
RESEX	0	-	-	-	5.422.551
REXE	0	-	-	-	5.422.551
RFE	13	5,2	50.048	0,91	5.472.599
RPPN	19	7,5	37.740	0,68	5.510.339
<b>Total</b>	<b>252</b>	<b>100,0</b>	<b>5.510.339</b>	<b>100,00</b>	

## RELAÇÃO DAS UC's DA MATA ATLÂNTICA

### MATA ATLÂNTICA

Tabela 3: Estados e Área das Unidades de Conservação.

Estado	No. de UC's		Área		Área Acumulada (ha)	Área do Estado	
	n	%	ha	%		(km2)	% Relativa
AL	6	2,4	29.747	0,5	29.747	29.107	1,0
BA	19	7,5	260.419	4,7	290.166	566.978	0,5
ES	21	8,3	71.896	1,3	362.062	45.733	1,6
MG	21	8,3	185.521	3,4	547.583	586.624	0,3
PB	3	1,2	8.426	0,2	556.009	53.958	0,2
PE	13	5,2	35.942	0,7	591.951	101.023	0,4
PR	33	13,1	567.556	10,3	1.159.507	199.324	2,8
RJ	30	11,9	301.827	5,5	1.461.334	43.653	6,9
RN	2	0,8	37.421	0,7	1.498.755	53.167	0,7
RS	20	7,9	448.875	8,1	1.947.630	280.674	1,6
SC	20	7,9	216.790	3,9	2.164.420	95.318	2,3
SE	1	0,4	2.766	0,1	2.167.186	21.863	0,1
SP	63	25,0	3.343.153	60,7	5.510.339	248.256	13,5
<b>Total</b>	<b>252</b>	<b>100,0</b>	<b>5.510.339</b>	<b>100,0</b>		<b>2.325.678</b>	<b>2,4</b>

### MATA ATLÂNTICA

Tabela 4: Tipo de Uso / Manejo e Área das Unidades de Conservação.

Categoria de Manejo	No. de UC's		Área		Área Acumulada (ha)
	n	%	ha	%	
Uso Indireto / PI	167	66,3	2.800.827	50,8	2.800.827
Uso Direto / MS	85	33,7	2.709.512	49,2	5.510.339
<b>Total</b>	<b>252</b>	<b>100,0</b>	<b>5.510.339</b>	<b>100,0</b>	

RELAÇÃO DAS UC's DA MATA ATLÂNTICA

Tabela 5: Classes de Tamanho das UC's.

Classes de Tamanho	Frequência		Área	
	N	%	ha	%
0 - 5	4	1,6	10	0,0002
6 - 10	3	1,2	19	0,0003
11 - 50	16	6,3	521	0,0095
51 - 100	14	5,6	1.045	0,0190
101 - 500	40	15,9	11.027	0,2001
501 - 1.000	28	11,1	19.567	0,3551
1.001 - 5.000	66	26,2	180.694	3,2792
5.001 - 10.000	14	5,6	94.373	1,7127
10.001 - 50.000	50	19,8	1.216.995	22,0857
50.001 - 100.000	7	2,8	555.453	10,0802
100.001 - 500.000	8	3,2	2.239.935	40,6497
500.001 - 1.000.000	2	0,8	1.190.700	21,6085
1.000.001 - 5.000.000	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>252</b>	<b>100,0</b>	<b>5.510.339</b>	<b>100,0000</b>

## RELAÇÃO DAS UC's DA AMAZÔNIA LEGAL

### AMAZÔNIA LEGAL

Tabela 1: Ano do Decreto de Criação e Área das Unidades de Conservação.

Ano de Criação	No. de UC's		Área		Área Acumulada (ha)
	n	%	ha	%	
1935 - 1939	0	-	-	-	-
1940 - 1944	0	-	-	-	-
1945 - 1949	0	-	-	-	-
1950 - 1954	0	-	-	-	-
1955 - 1959	1	0,8	562.312	1,2	562.312
1960 - 1964	1	0,8	200.000	0,4	762.312
1965 - 1969	0	-	-	-	762.312
1970 - 1974	2	1,6	1.594.000	3,5	2.356.312
1975 - 1979	5	4,0	665.135	1,5	3.021.447
1980 - 1984	21	16,8	7.361.157	16,1	10.382.604
1985 - 1989	30	24,0	14.094.294	30,8	24.476.898
1990 - 1994	54	43,2	18.764.211	41,0	43.241.109
1995 - 1999	11	8,8	2.509.979	5,5	45.751.088
<b>Total</b>	<b>125</b>	<b>100,0</b>	<b>45.751.088</b>	<b>100,0</b>	

### AMAZÔNIA LEGAL

Tabela 2: Categorias Federais / Estaduais e Área das Unidades de Conservação.

Categorias do IBAMA	No. de UC's		Área		Área Acumulada (ha)
	n	%	ha	%	
APA	5	4,0	1.633.891	3,57	1.633.891
APAE	9	7,2	5.534.570	12,10	7.168.461
ARIE	2	1,6	18.288	0,04	7.186.749
EEE	2	1,6	120.678	0,26	7.307.427
ESEC	11	8,8	2.291.951	5,01	9.599.378
FLE	11	8,8	1.401.638	3,06	11.001.016
FLONA	25	20,0	13.766.490	30,09	24.767.506
PARNA	10	8,0	8.000.297	17,49	32.767.803
PE	12	9,6	4.227.850	9,24	36.995.654
PFE	0	-	-	-	36.995.654
RBE	5	4,0	196.254	0,43	37.191.908
RDS	1	0,8	1.124.000	2,46	38.315.908
REBIO	8	6,4	2.902.800	6,34	41.218.708
REE	2	1,6	3.300	0,01	41.222.008
RESEC	3	2,4	284.394	0,62	41.506.402
RESEX	8	6,4	2.199.311	4,81	43.705.713
REXE	3	2,4	1.438.978	3,15	45.144.691
RFE	0	-	-	-	45.144.691
RPPN	8	6,4	606.397	1,33	45.751.088
<b>Total</b>	<b>125</b>	<b>100,0</b>	<b>45.751.088</b>	<b>100,00</b>	



## RELAÇÃO DAS UC's DA AMAZÔNIA LEGAL

### AMAZÔNIA LEGAL

Tabela 3: Estados e Área das Unidades de Conservação.

Estado	No. de UC's		Área		Área Acumulada (ha)	Área do Estado	
	n	%	ha	%		(km <sup>2</sup> )	% Relativa
AC	5	4,0	2.332.731	5,1	2.332.731	153.697	15,2
AM	40	32,0	21.791.647	47,6	24.124.378	1.567.953	13,9
AP	6	4,8	1.941.761	4,2	26.066.139	142.358	13,6
MA	9	7,2	5.527.709	12,1	31.593.848	329.555	16,8
MT	8	6,4	414.100	0,9	32.007.948	901.420	0,5
PA	17	13,6	4.255.471	9,3	36.263.419	1.246.833	3,4
RO	30	24,0	5.605.510	12,3	41.868.929	238.378	23,5
RR	6	4,8	3.249.267	7,1	45.118.196	225.017	14,4
TO	4	3,2	632.892	1,4	45.751.088	277.321	2,3
<b>Total</b>	<b>125</b>	<b>100,0</b>	<b>45.751.088</b>	<b>100,0</b>		<b>5.082.532</b>	<b>9,0</b>

### AMAZÔNIA LEGAL

Tabela 4: Tipo de Uso / Manejo e Área das Unidades de Conservação.

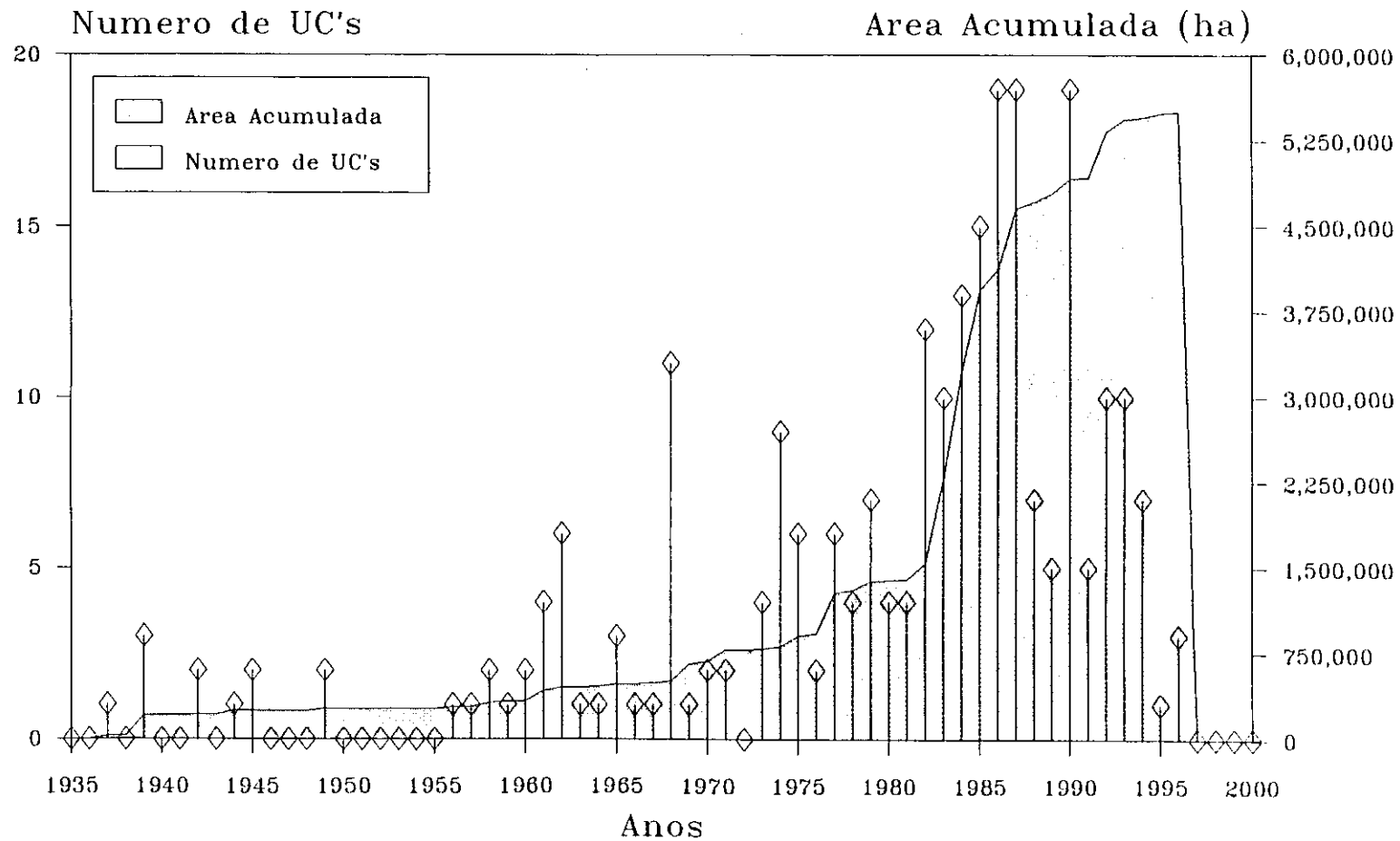
Categoria de Manejo	No. de UC's		Área		Área Acumulada (ha)
	n	%	ha	%	
Uso Indireto / PI	62	49,6	19.757.921	43,2	13.917.340
Uso Direto / MS	63	50,4	25.993.166	56,8	45.751.088
<b>Total</b>	<b>125</b>	<b>100,0</b>	<b>45.751.088</b>	<b>100,0</b>	

Tabela 5: Classes de Tamanho das UC's.

Classes de Tamanho	Frequência		Area	
	N	%	ha	%
0 - 5	-	-	-	-
6 - 10	1	0,8	8	0,00002
11 - 50	1	0,8	27	0,00006
51 - 100	1	0,8	52	0,00011
101 - 500	5	4,0	830	0,00181
501 - 1.000	-	-	-	-
1.001 - 5.000	6	4,8	16.728	0,03656
5.001 - 10.000	5	4,0	50.583	0,11056
10.001 - 50.000	20	16,0	534.017	1,16722
50.001 - 100.000	10	8,0	707.170	1,54569
100.001 - 500.000	46	36,8	12.510.717	27,34518
500.001 - 1.000.000	20	16,0	12.272.524	26,82455
1.000.001 - 5.000.000	10	8,0	19.658.432	42,96823
<b>Total</b>	<b>125</b>	<b>100,0</b>	<b>45.751.088</b>	<b>100,00000</b>

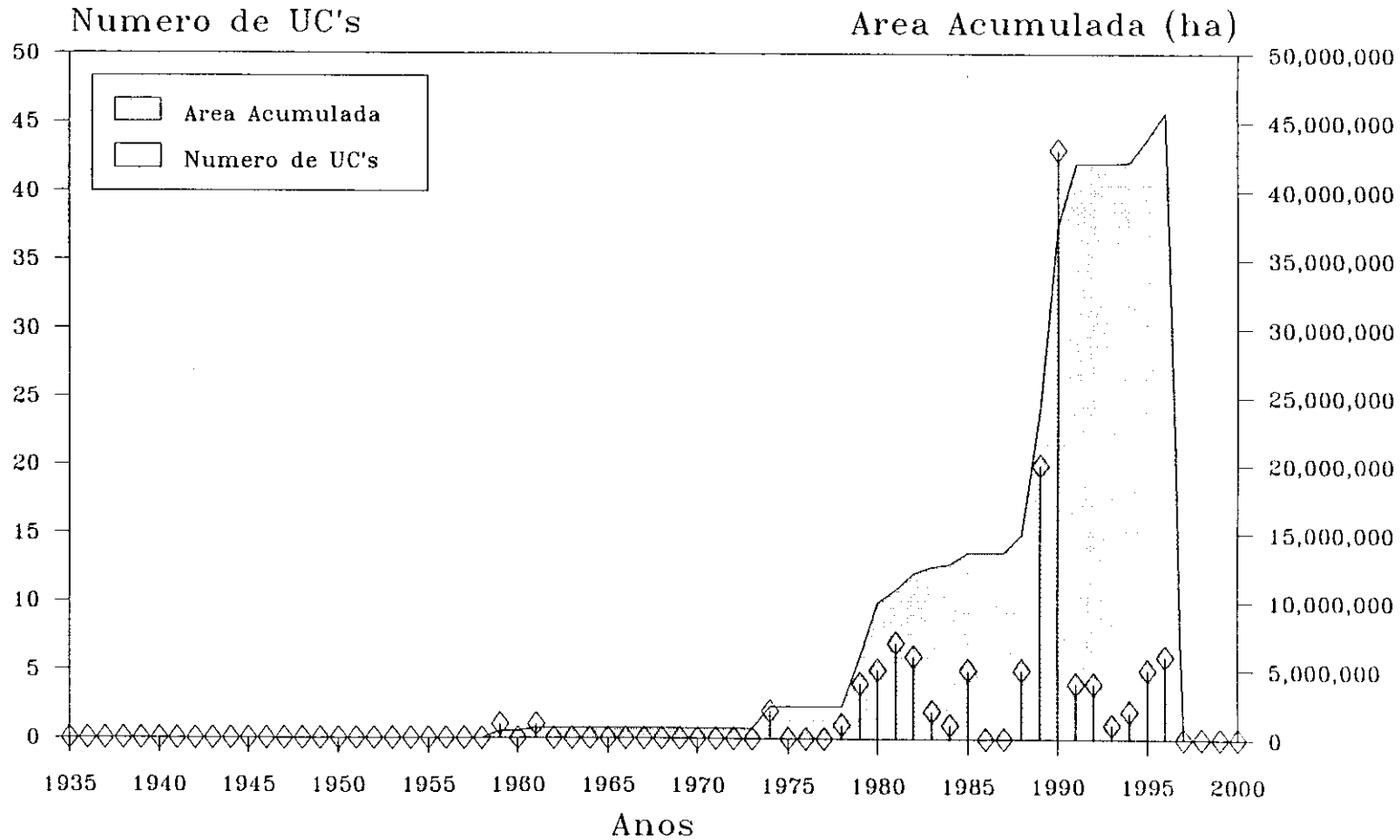
# MATA ATLANTICA

## Numero e Area Acumulada das Unidades de Conservacao (UC's) Federais e Estaduais



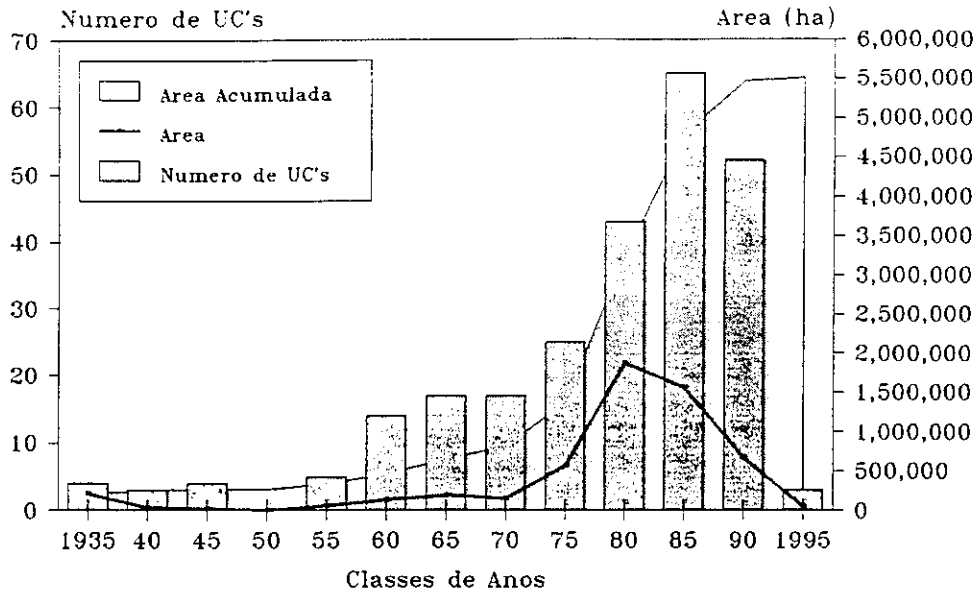
# AMZONIA LEGAL

## Numero e Area Acumulada das Unidades de Conservacao (UC's) Federais e Estaduais



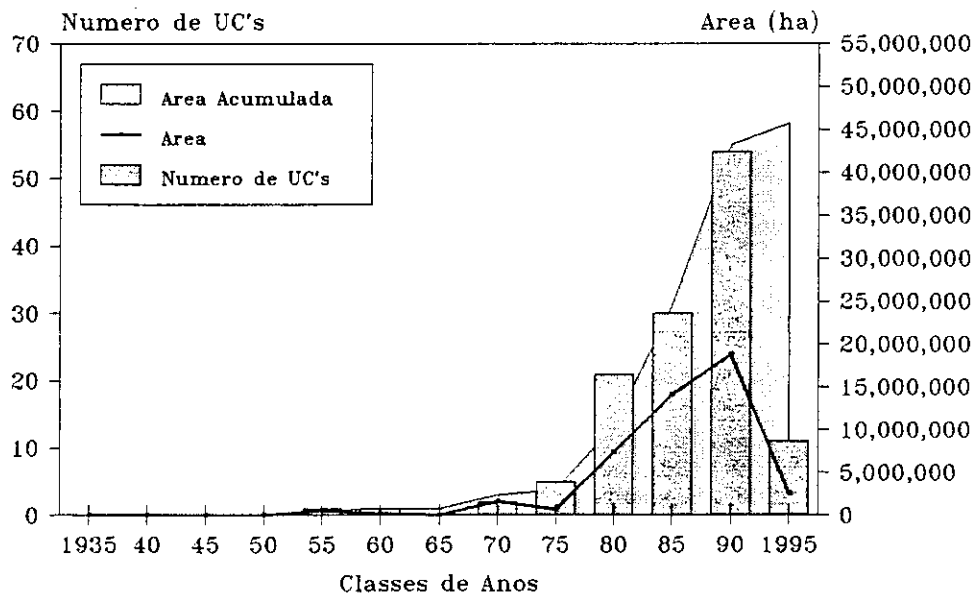
### MATA ATLANTICA

Ano de Criacao e Area das Unidades de Conservacao (UC's) Federais e Estaduais

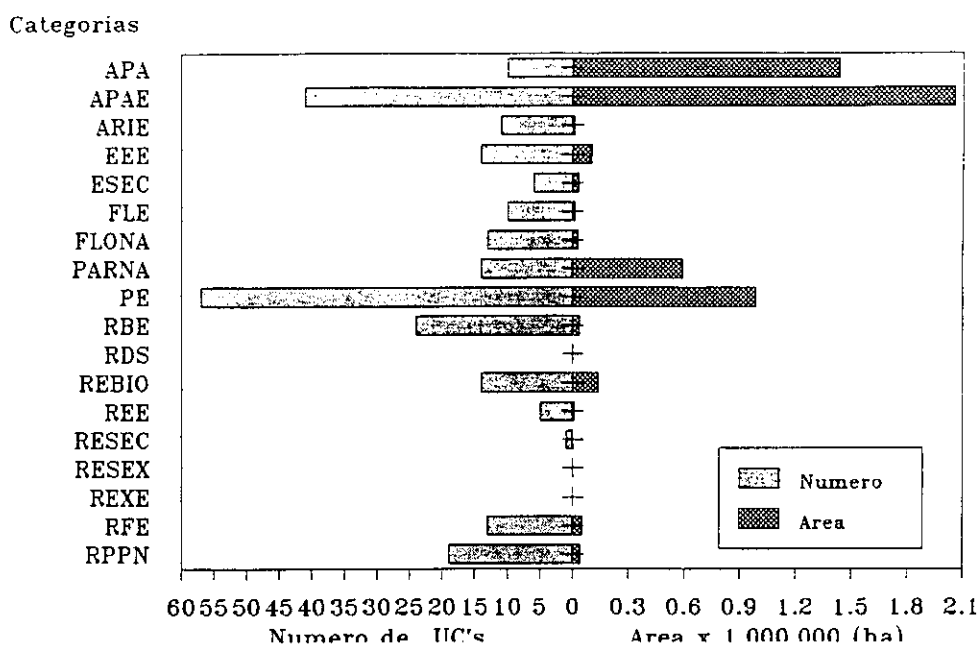


### AMAZONIA LEGAL

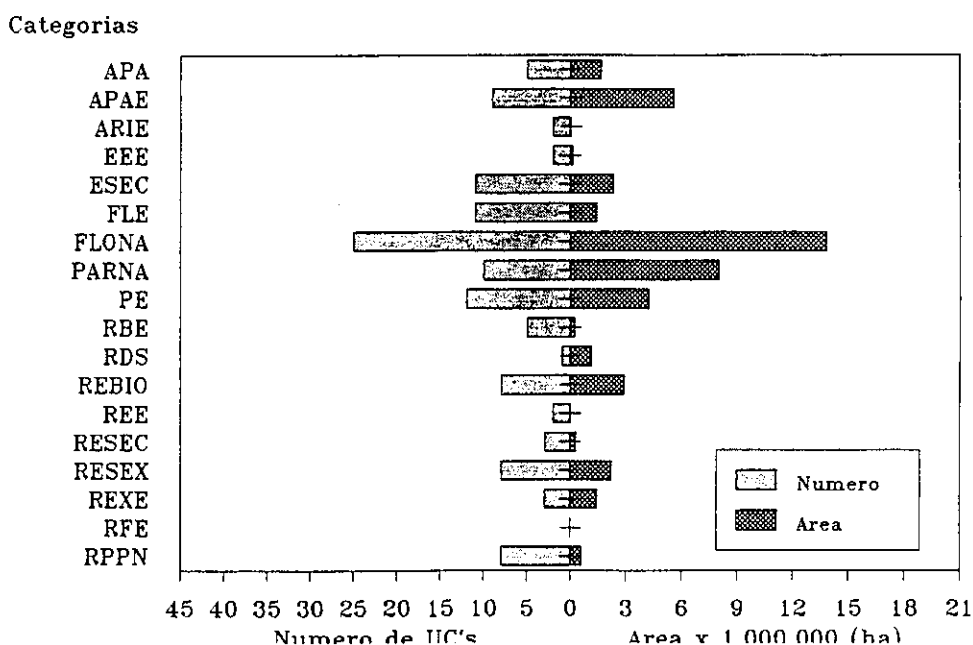
Ano de Criacao e Area das Unidades de Conservacao (UC's) Federais e Estaduais



### MATA ATLANTICA - Numero e Area das Unidades de Conservacao (UC's) Federais e Estaduais segundo a Categoria

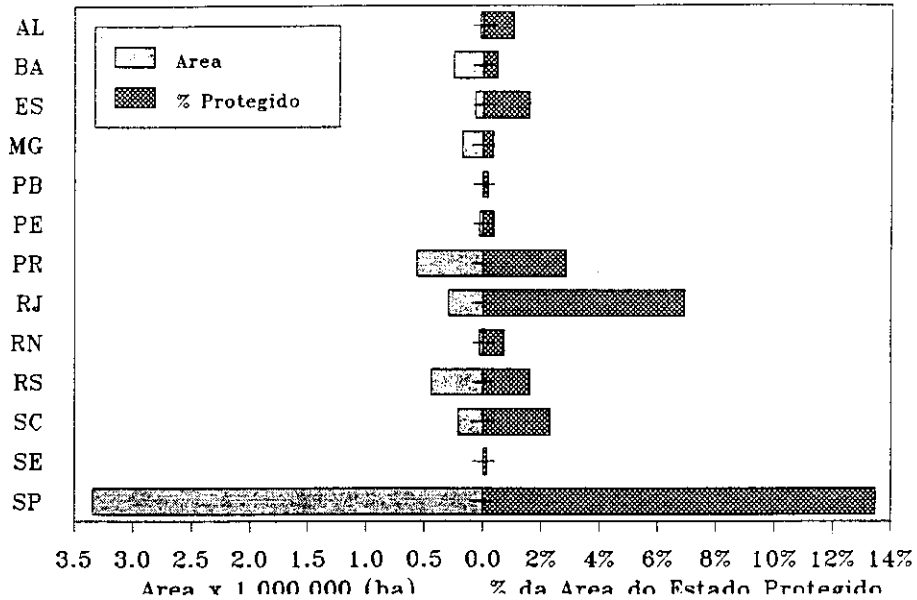


### AMAZONIA LEGAL - Numero e Area das Unidades de Conservacao (UC's) Federais e Estaduais segundo a Categoria



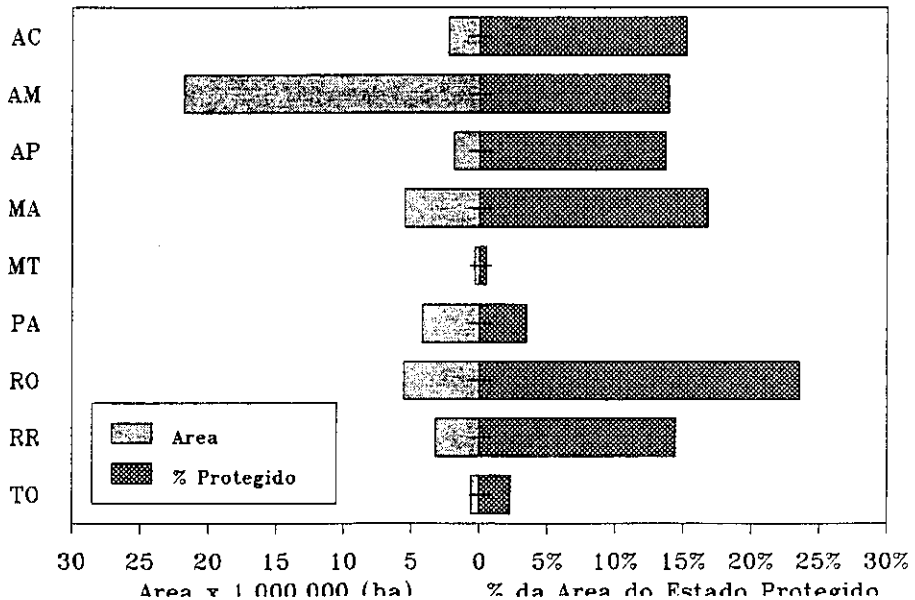
### MATA ATLANTICA – Area e Percentual Protegido pelas Unidades de Conservacao Federais e Estaduais segundo o Estado

Estados

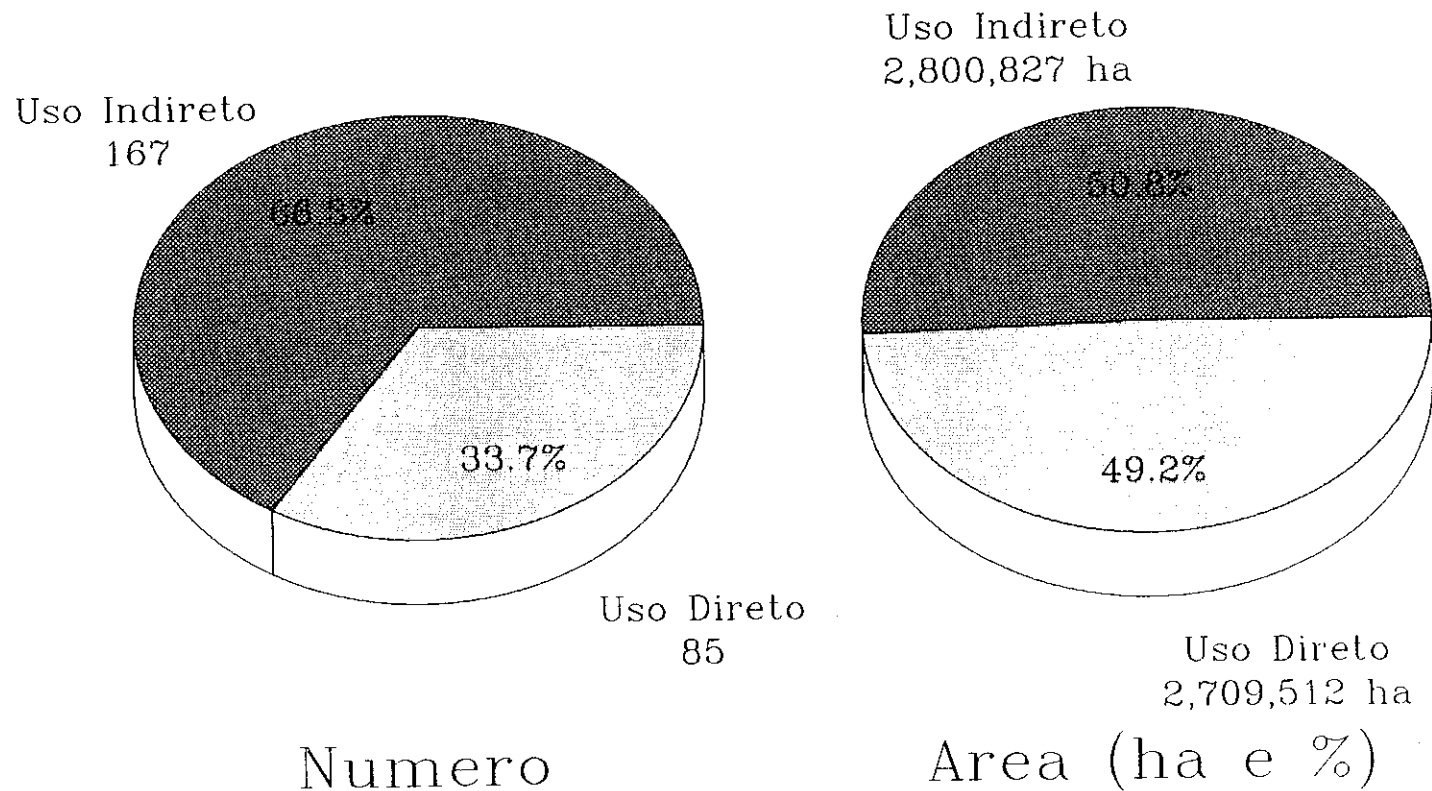


### AMAZONIA LEGAL – Area e Percentual Protegida pelas Unidades de Conservacao Federais e Estaduais segundo o Estado

Estados

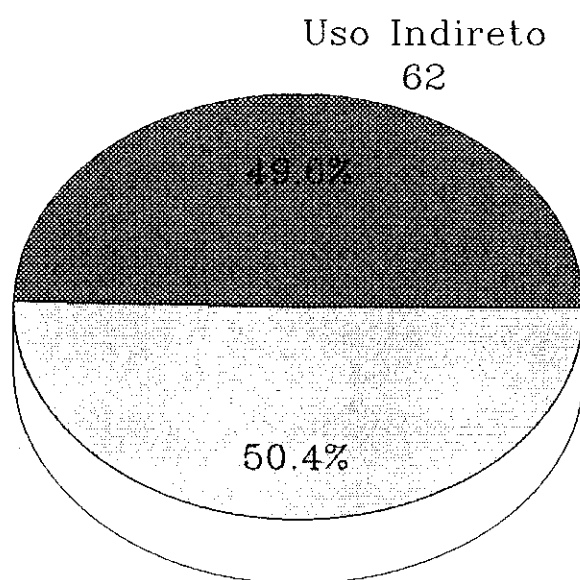


## MATA ATLANTICA – Numero e Area das Unidades de Conservacao Federais e Estaduais segundo o Tipo de Manejo



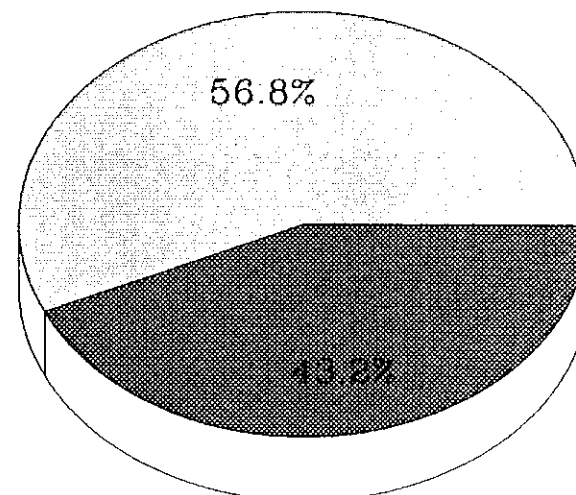


## AMAZONIA LEGAL – Numero e Area das Unidades de Conservacao Federais e Estaduais segundo o Tipo de Manejo



Uso Direto  
63  
Numero

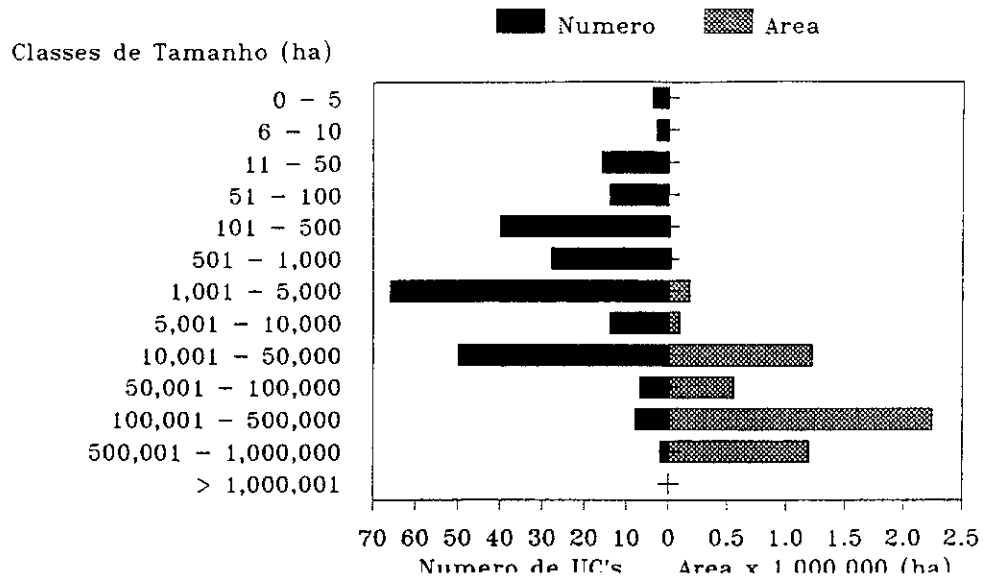
Uso Direto  
25,993,170 ha



Uso Indireto  
19,757,920 ha  
Area (ha e %)

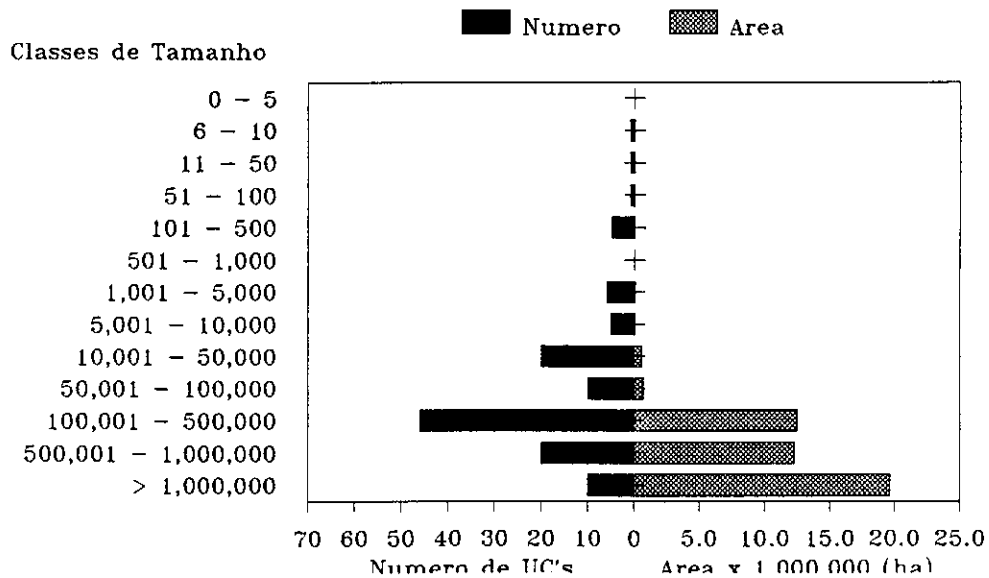
### MATA ATLANTICA

#### Classes de Tamanho das Unidades de Conservacao (UC's) Federais e Estaduais



### AMAZONIA LEGAL

#### Classes de Tamanho das Unidades de Conservacao (UC's) Federais e Estaduais



Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal - MMA  
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

**PROGRAMA PILOTO PARA PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS BRASILEIRAS  
SUB-PROGRAMA UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS**

## **Projeto Parques e Reservas - PP / G7**

**CORREDORES ECOLÓGICOS da  
MATA ATLÂNTICA e da  
AMAZÔNIA LEGAL**

**ESTATÍSTICAS DAS  
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO  
FEDERAIS E ESTADUAIS,  
EXCLUINDO AS APA's E AS APAE's**

Belo Horizonte, dezembro de 1996.

## RELAÇÃO DAS UC's DA MATA ATLÂNTICA

MATA ATLÂNTICA  
Excluindo as APA's e as APAE's

Tabela 1: Ano do Decreto de Criação e Área das UC's, excluindo as APA's e as APAE's.

Ano de Criação	No. de UC's		Área		Área Acumulada (ha)
	n	%	ha	%	
1935 - 1939	4	2,0	211.575	10,45	211.575
1940 - 1944	3	1,5	36.920	1,82	248.495
1945 - 1949	4	2,0	19.771	0,98	268.266
1950 - 1954	0	-	-	-	268.266
1955 - 1959	5	2,5	62.510	3,09	330.776
1960 - 1964	13	6,5	131.246	6,48	462.022
1965 - 1969	16	8,0	195.065	9,63	657.087
1970 - 1974	17	8,5	154.038	7,61	811.125
1975 - 1979	24	11,9	537.018	26,52	1.348.143
1980 - 1984	32	15,9	211.856	10,46	1.559.999
1985 - 1989	42	20,9	315.396	15,58	1.875.395
1990 - 1994	38	18,9	104.473	5,16	1.979.868
1995 - 1999	3	1,5	44.716	2,21	2.024.584
<b>Total</b>	<b>201</b>	<b>100,0</b>	<b>2.024.584</b>	<b>100,00</b>	

MATA ATLÂNTICA  
Excluindo as APA's e as APAE's

Tabela 2: Categorias Federais / Estaduais e Área das UC's, excluindo as APA's e as APAE's.

Categorias do IBAMA	No. de UC's		Área		Área Acumulada (ha)
	n	%	ha	%	
ARIE	11	5,5	8.943	0,44	8.943
EEE	14	7,0	100.357	4,96	109.300
ESEC	6	3,0	31.795	1,57	141.095
FLE	10	5,0	11.507	0,57	152.602
FLONA	13	6,5	28.668	1,42	181.270
PARNA	14	7,0	588.705	29,08	769.975
PE	47	23,4	962.942	47,56	1.732.917
PFE	10	5,0	22.380	1,11	1.755.297
RBE	24	11,9	36.583	1,81	1.791.880
RDS	0	-	-	-	1.791.880
REBIO	14	7,0	136.477	6,74	1.928.357
REE	5	2,5	8.437	0,42	1.936.794
RESEC	1	0,5	2	0,00	1.936.796
RESEX	0	-	-	-	1.936.796
REXE	0	-	-	-	1.936.796
RFE	13	6,5	50.048	2,47	1.986.844
RPPN	19	9,5	37.740	1,86	2.024.584
<b>Total</b>	<b>201</b>	<b>100,0</b>	<b>2.024.584</b>	<b>100,00</b>	

## RELAÇÃO DAS UC's DA MATA ATLÂNTICA

### MATA ATLÂNTICA Excluindo as APA's e as APAE's

Tabela 3: Estados e Área das UC's, excluindo as APA's e as APAE's.

Estado	No. de UC's		Área		Área Acumulada (ha)	Área do Estado	
	n	%	ha	%		(km <sup>2</sup> )	% Relativa
AL	3	1,5	4.747	0,2	4.747	29.107	0,2
BA	10	5,0	120.944	6,0	125.691	566.978	0,2
ES	16	8,0	49.554	2,4	175.245	45.733	1,1
MG	20	10,0	119.321	5,9	294.566	586.624	0,2
PB	3	1,5	8.426	0,4	302.992	53.958	0,2
PE	3	1,5	11.968	0,6	314.960	101.023	0,1
PR	31	15,4	246.726	12,2	561.686	199.324	1,2
RJ	21	10,4	160.292	7,9	721.978	43.653	3,7
RN	2	1,0	37.421	1,8	759.399	53.167	0,7
RS	19	9,5	130.875	6,5	890.274	280.674	0,5
SC	19	9,5	202.150	10,0	1.092.424	95.318	2,1
SE	1	0,5	2.766	0,1	1.095.190	21.863	0,1
SP	53	26,4	929.394	45,9	2.024.584	248.256	3,7
<b>Total</b>	<b>201</b>	<b>100,0</b>	<b>2.024.584</b>	<b>100,0</b>		<b>2.325.678</b>	<b>0,9</b>

### MATA ATLÂNTICA Excluindo as APA's e as APAE's

Tabela 4: Tipo de Uso / Manejo e Área das UC's, excluindo as APA's e as APAE's.

Categoria de Manejo	No. de UC's		Área		Área Acumulada (ha)
	n	%	ha	%	
Uso Indireto / PI	165	82,1	1.934.727	95,8	1.934.727
Uso Direto / MS	36	17,9	89.857	4,4	2.024.584
<b>Total</b>	<b>201</b>	<b>100,0</b>	<b>2.024.584</b>	<b>100,0</b>	

RELAÇÃO DAS UC's DA MATA ATLÂNTICA

Tabela 5: Classes de Tamanho das UC's, excluindo as APA's e as APAE's.

Classes de Tamanho	Frequência		Area	
	N	%	ha	%
0 - 5	4	2,0	10	0,0005
6 - 10	2	1,0	19	0,0009
11 - 50	14	7,0	436	0,0215
51 - 100	14	7,0	1.045	0,0516
101 - 500	33	16,4	10.013	0,4946
501 - 1.000	26	12,9	19.014	0,9392
1.001 - 5.000	59	29,4	147.729	7,2968
5.001 - 10.000	7	3,5	44.439	2,1950
10.001 - 50.000	35	17,4	805.989	39,8101
50.001 - 100.000	4	2,0	360.804	17,8211
100.001 - 500.000	3	1,5	635.086	31,3687
500.001 - 1.000.000	-	-	-	-
1.000.001 - 5.000.000	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>201</b>	<b>100,0</b>	<b>2.024.584</b>	<b>100,0000</b>

## RELAÇÃO DAS UC's DA AMAZÔNIA LEGAL

### AMAZÔNIA LEGAL

Tabela 1: Ano do Decreto de Criação e Área das UC's, excluindo as APA's e as APAE's.

Ano de Criação	No. de UC's		Área		Área Acumulada (ha)
	n	%	ha	%	
1935 - 1939	0	-	-	-	-
1940 - 1944	0	-	-	-	-
1945 - 1949	0	-	-	-	-
1950 - 1954	0	-	-	-	-
1955 - 1959	1	0,9	562.312	1,5	562.312
1960 - 1964	1	0,9	200.000	0,5	762.312
1965 - 1969	0	-	-	-	762.312
1970 - 1974	2	1,8	1.594.000	4,1	2.356.312
1975 - 1979	4	3,6	665.135	1,7	3.021.447
1980 - 1984	21	18,9	7.361.157	19,1	10.382.604
1985 - 1989	30	27,0	13.972.694	36,2	24.355.298
1990 - 1994	46	41,4	13.176.045	34,2	37.531.343
1995 - 1999	6	5,4	1.051.283	2,7	38.582.626
<b>Total</b>	<b>111</b>	<b>100,0</b>	<b>38.582.626</b>	<b>100,0</b>	

### AMAZÔNIA LEGAL

Tabela 2: Categorias Federais / Estaduais e Área das UC's, excluindo as APA's e as APAE's.

Categorias do IBAMA	No. de UC's		Área		Área Acumulada (ha)
	n	%	ha	%	
ARIE	2	1,8	18.288	0,05	18.288
EEE	2	1,8	120.678	0,31	138.966
ESEC	11	9,9	2.291.951	5,94	2.430.917
FLE	11	9,9	1.401.638	3,63	3.832.555
FLONA	25	22,5	13.766.490	35,66	17.599.045
PARNA	10	9,0	8.000.297	20,74	25.599.342
PE	12	10,8	4.227.850	10,96	29.827.192
PFE	0	-	-	-	29.827.192
RBE	5	4,5	196.254	0,51	30.023.446
RDS	1	0,9	1.124.000	2,91	31.147.446
REBIO	8	7,2	2.902.800	7,52	34.050.246
REE	2	1,8	3.300	0,01	34.053.546
RESEC	3	2,7	284.394	0,74	34.337.940
RESEX	8	7,2	2.199.311	5,70	36.537.251
REXE	3	2,7	1.438.978	3,73	37.976.229
RFE	0	-	-	-	37.976.229
RPPN	8	7,2	606.397	1,57	38.582.626
<b>Total</b>	<b>111</b>	<b>100,0</b>	<b>38.582.626</b>	<b>100,00</b>	

## RELAÇÃO DAS UC's DA AMAZÔNIA LEGAL

### AMAZÔNIA LEGAL

Tabela 3: Estados e Área das UC's, excluindo as APA's e as APAE's.

Estado	No. de UC's		Área		Área Acumulada (ha)	Área do Estado	
	n	%	ha	%		(km <sup>2</sup> )	% Relativa
AC	5	4,5	2.332.731	6,0	2.332.731	153.697	15,2
AM	35	31,5	19.434.456	50,4	21.767.187	1.567.953	12,4
AP	6	5,4	1.941.761	5,0	23.708.948	142.358	13,6
MA	7	6,3	1.071.762	2,8	24.780.710	329.555	3,3
MT	8	7,2	414.100	1,1	25.194.810	901.420	0,5
PA	13	11,7	4.067.888	10,5	29.262.698	1.246.833	3,3
RO	28	25,2	5.498.769	14,3	34.761.467	238.378	23,1
RR	6	5,4	3.249.267	8,4	38.010.734	225.017	14,4
TO	3	2,7	571.892	1,5	38.582.626	277.321	2,1
<b>Total</b>	<b>111</b>	<b>100,0</b>	<b>38.582.626</b>	<b>100,0</b>		<b>5.082.532</b>	<b>7,6</b>

### AMAZÔNIA LEGAL

Tabela 4: Tipo de Uso / Manejo e Área das UC's, excluindo as APA's e as APAE's.

Categoria de Manejo	No. de UC's		Área		Área Acumulada (ha)
	n	%	ha	%	
Uso Indireto / PI	62	55,9	19.757.921	51,2	13.828.966
Uso Direto / MS	49	44,1	18.824.705	48,8	38.582.626
<b>Total</b>	<b>111</b>	<b>100,0</b>	<b>38.582.626</b>	<b>100,0</b>	

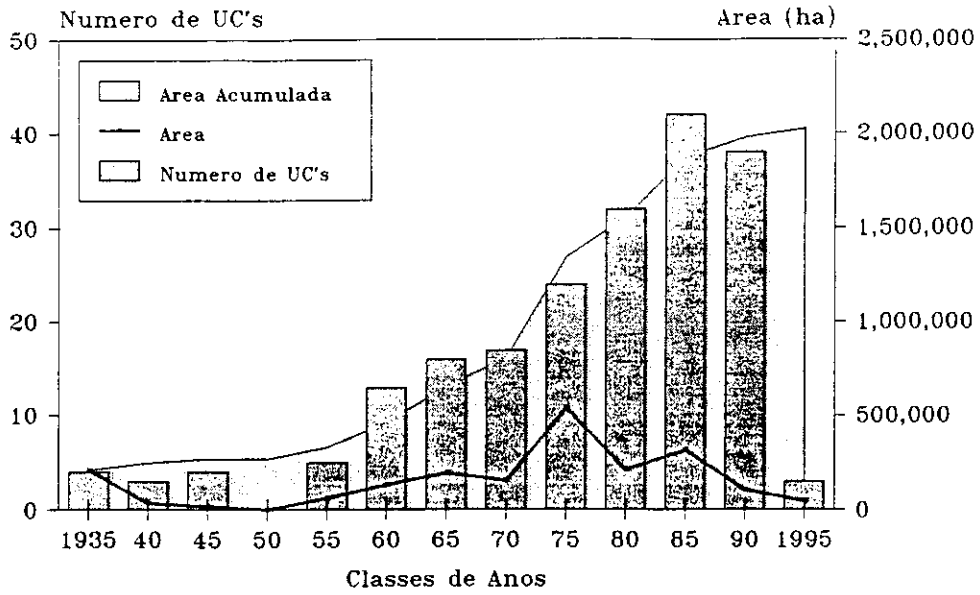


Tabela 5: Classes de Tamanho das UC's, excluindo as APA's e as APAE's.

Classes de Tamanho	Frequência		Area	
	N	%	ha	%
0 - 5	-	-	-	-
6 - 10	1	0,9	8	0,00002
11 - 50	1	0,9	27	0,00007
51 - 100	1	0,9	52	0,00013
101 - 500	5	4,5	830	0,00215
501 - 1.000	-	-	-	-
1.001 - 5.000	5	4,5	14.350	0,03719
5.001 - 10.000	5	4,5	43.842	0,11363
10.001 - 50.000	18	16,2	482.761	1,25124
50.001 - 100.000	7	6,3	546.170	1,41559
100.001 - 500.000	43	38,7	11.924.668	30,90683
500.001 - 1.000.000	16	14,4	10.367.433	26,87073
1.000.001 - 5.000.000	9	8,1	15.202.485	39,40241
<b>Total</b>	<b>111</b>	<b>100,0</b>	<b>38.582.626</b>	<b>100,00000</b>

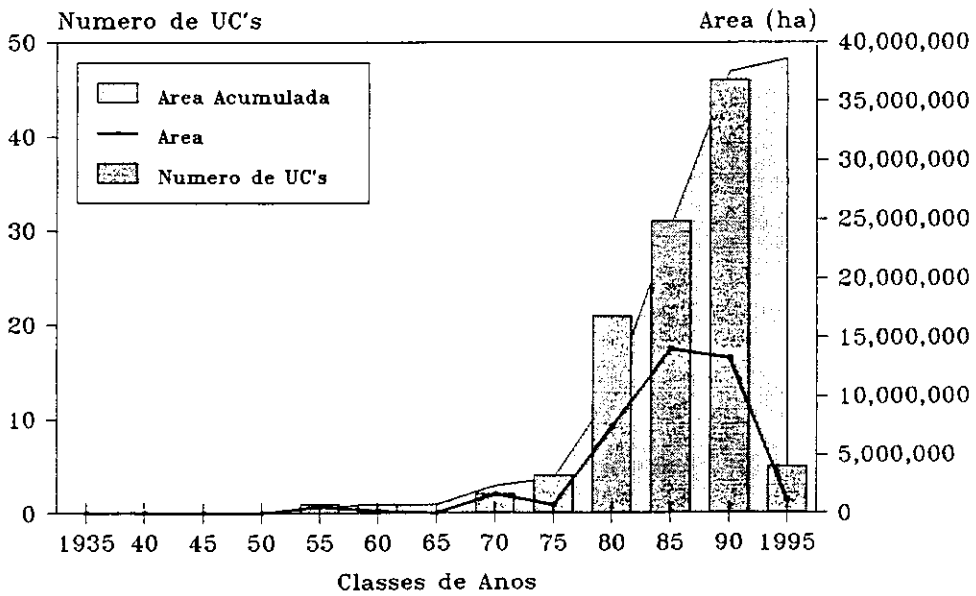
### MATA ATLANTICA

Ano de Criacao e Area das UC's Federais e Estaduais, excluindo APA's e APAE's

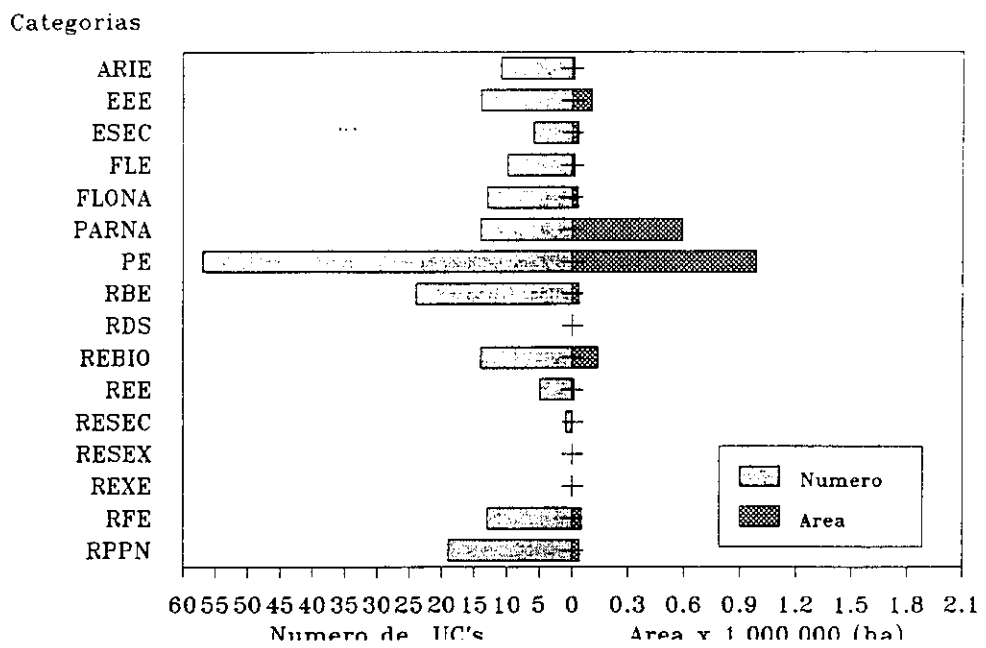


### AMAZONIA LEGAL

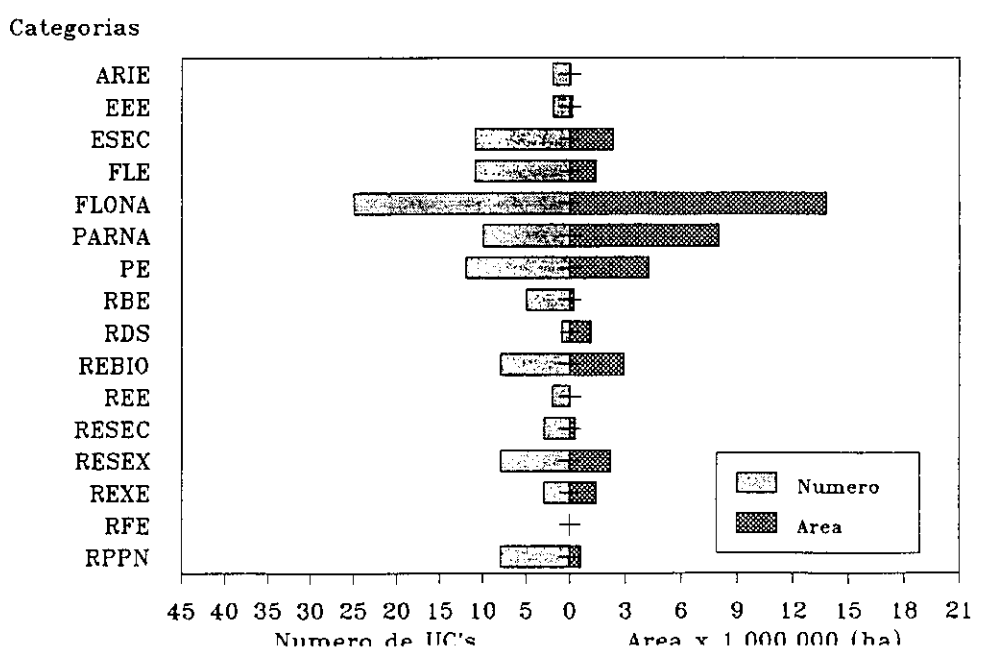
Ano de Criacao e Area das UC's Federais e Estaduais, excluindo APA's e APAE's



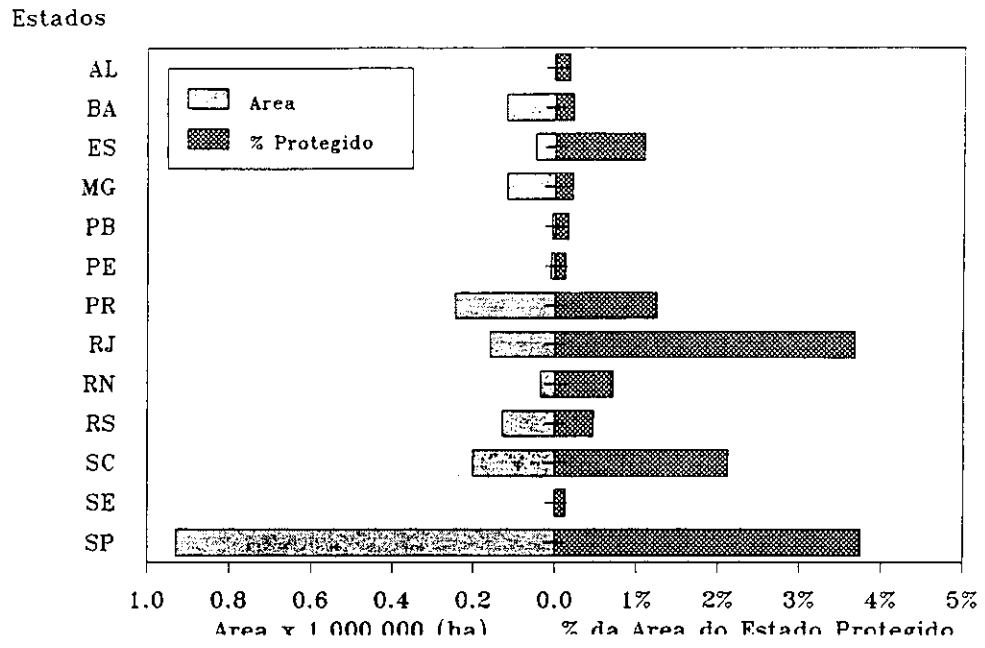
### MATA ATLANTICA - Numero e Area das UC's Federais e Estaduais segundo a Categoria, excluindo APA's e APAE's



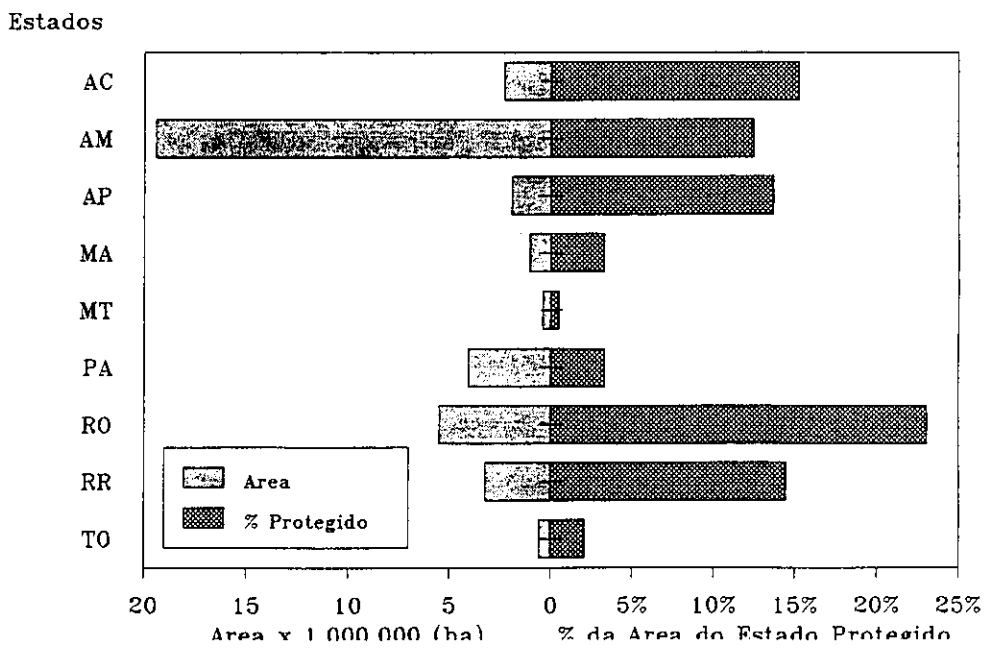
### AMAZONIA LEGAL - Numero e Area das UC's Federais e Estaduais, segundo a Categoria, excluindo APA's e APAE's



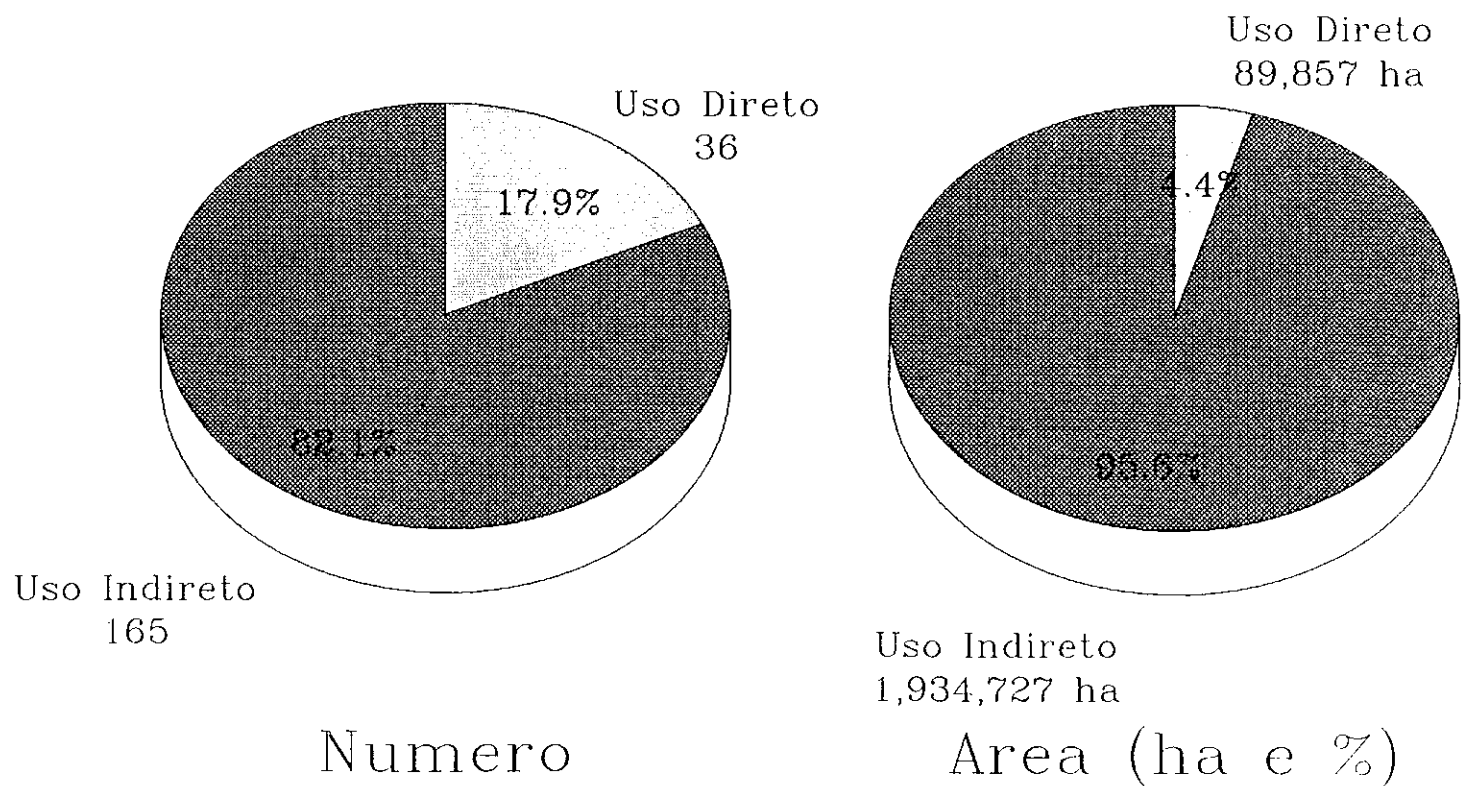
### MATA ATLANTICA – Area e Percentual Protegido por UC's Federais e Estaduais seg. o Estado, excluindo APA's e APAE's



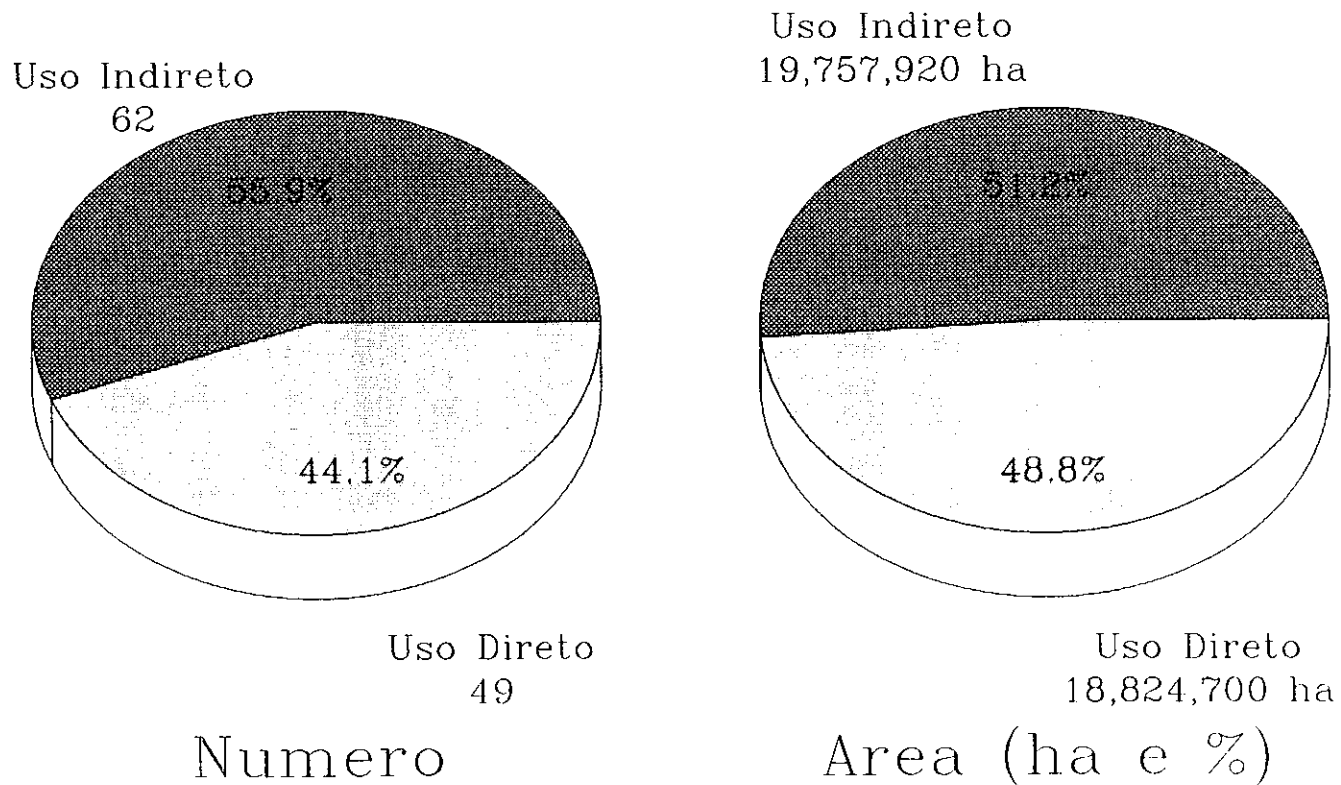
### AMAZONIA LEGAL – Area e Percentual Protegida por UC's Federais e Estaduais seg. o Estado, excluindo APA's e APAE's



# MATA ATLANTICA – Numero e Area das UC's Federais e Estaduais, segundo o Tipo de Manejo, excluindo APA's e APAE's

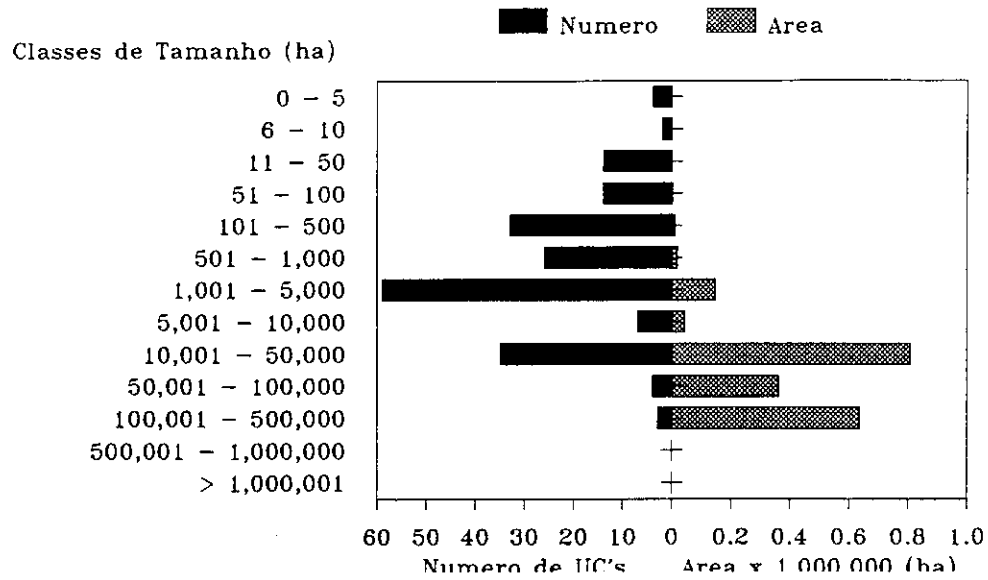


# AMAZONIA LEGAL – Numero e Area das UC's Federais e Estaduais segundo o Tipo de Manejo, excluindo APA's e APAE's



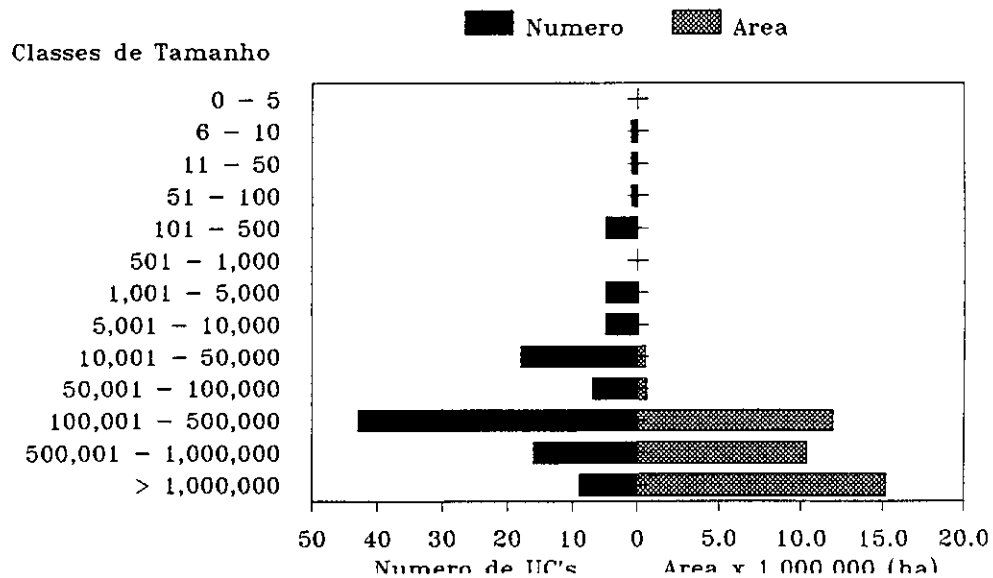
### MATA ATLANTICA

#### Classes de Tamanho das UC's Federais e Estaduais, excluindo APA's e APAE's



### AMAZONIA LEGAL

#### Classes de Tamanho das UC's Federais e Estaduais, excluindo APA's e APAE's

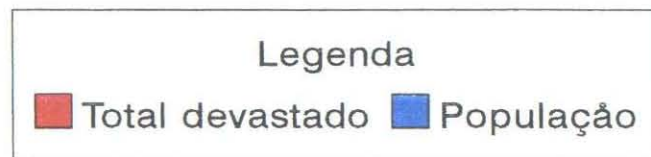
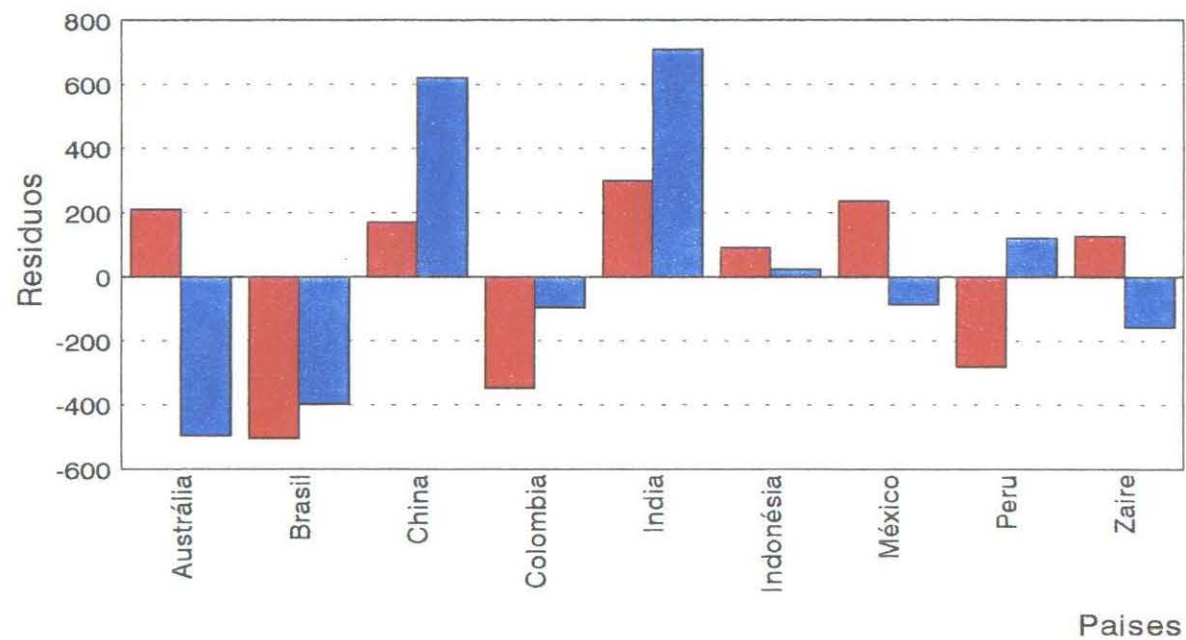


**Plotagem dos resíduos da regressão estatística do  
“Total de Florestas Devastado” e da “População Humana”  
pelo “Território” de cada um dos 9 países  
de maior biodiversidade do planeta.**

O gráfico mostra que Brasil e Colômbia (mas especialmente o primeiro) são os únicos países ricos em Biodiversidade que ainda possuem proporcionalmente pouca população e poucas áreas devastadas em relação a seu tamanho territorial, permitindo ainda a adoção de medidas de proteção, como a criação de áreas protegidas com relativamente pouca pressão antropogênica.



Resíduos do tamanho populacional e da área total devastada de florestas dos países de maior biodiversidade tropical do mundo.



**Estratégia de Marketing  
para os  
Corredores Ecológicos  
do Brasil**



**PROGRAMA PILOTO PARA A  
PROTEÇÃO DAS FLORESTAS  
TROPICAIS BRASILEIRAS**

**PROJETO: PARQUES E RESERVAS**

**ESTRATÉGIA DE MARKETING**

**HCA**

HIRAN CASTELLO BRANCO, CAMARGO E ASSOCIADOS PROPAGANDA

**DEZEMBRO/1996**

---

## INTRODUÇÃO

Este documento propõe uma estratégia e um conjunto de atividades com o objetivo de mobilizar a opinião pública visando a preservação da biodiversidade e conseqüente apoio ao projeto que cria "corredores biológicos" abrangendo áreas públicas e privadas.

---

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS E DIAGNÓSTICO DE SITUAÇÃO

O processo de mobilização requer a criação da "ambiência" apropriada, que vai abrindo "corações e mentes" para a aceitação de uma idéia e a compreensão de sua importância, até que se atinja o estágio de engajamento.

Esta ambiência dá sentido aos esforços isolados de cada indivíduo ou comunidade, que sente-se participante de um movimento maior.

Na criação da ambiência a comunicação de massa tem relevante papel criando o "pano de fundo", ou seja, o cenário, onde se movem todos os atores, integrando-os.

Para isto desenvolvemos uma frase tema que embute comando:

TEMA: *"PARA PRESERVAR TEM QUE INTERLIGAR"  
BIODIVERSIDADE - PATRIMÔNIO NACIONAL*

O tema facilita fazer fluir pelos elos da cadeia de informação o "leit motiv" da proposta.

Nesta cadeia de formação de opinião, desempenham papel chave os "reeditores".

## O PAPEL DOS REEDITORES

Reeditores são os indivíduos que, tendo recebido uma mensagem, têm condições de processá-la e repassá-la a conjuntos de indivíduos e comunidades sobre as quais têm influência.

São reeditores por definição não somente a imprensa, mas líderes de opinião em todas as instâncias.

No caso específico, classificam-se também neste grupo todas as pessoas que podem apoiar financeira, moral e intelectualmente o projeto.

---

---

## ESTRATÉGIA DE MARKETING E COMUNICAÇÃO

A compreensão do mecanismo que acabamos de descrever é necessária para que se torne clara a estratégia proposta a seguir, elaborada a partir da consciência de que nossos recursos são extremamente escassos para que possamos atingir com eficiência todos os públicos de interesse.

É portanto necessário, em um primeiro momento, transmitir uma síntese da proposta de criação dos "corredores biológicos", ao conjunto de "reeditores chave", a nível da comunidade nacional e internacional.

Estes reeditores necessitam tomar, simultaneamente, conhecimento do fato a fim de gerarmos a massa crítica necessária de atenção para o assunto, que permita introduzi-lo na agenda da comunidade formadora de opinião brasileira e mundial.

Daí a recomendação para abrimos nossos esforços, com a publicação a um só tempo em revistas de formação de opinião a nível mundial, de um publieditorial de 4 páginas em cores, que combine razão e emoção.

O projeto dos "corredores biológicos" estará explicado e justificado em seu lado técnico, ilustrando-se a matéria com imagens emocionantes das maravilhas e tesouros naturais guardados nestas reservas e parques, em que objetiva-se estabelecer os corredores.

---

## O RESULTADO OBJETIVADO

Pretende-se não só chamar a atenção dos setores público e privado, mas também mostrar como e por que, todos podem e devem se engajar na defesa da biodiversidade.

Sensibilizar o segmento de público que detém as decisões políticas e econômicas, nos setores público e privado, é o principal objetivo desta ação.

Naturalmente, a publicação deste publieditorial, longe de esgotar o processo, apenas lhe dá início.

A continuidade de ações e atividades, mantida ao longo de longo período, é que virá capitalizar a informação, até que se internalize na consciência coletiva da sociedade e se traduza em ações práticas cotidianas e comportamentos duradouros.

---



## A BUSCA DE PARCEIROS

Uma vez que, isoladamente, não teremos recursos financeiros para dar seguimento aos esforços de comunicação, a tática recomendada é a busca de parceiros que nos ajudem a fazê-lo, auferindo com isto benefícios de imagem.

Recomendamos concentrar recursos próprios na geração do Banco de Imagens (fotos), nas publicações de publeditoriais, anúncios na mídia impressa e produção de pôsters, na contratação de assessoria de imprensa e na contratação de uma gerência de marketing, realizando as demais atividades em parcerias com fundações, ONGs e empresas públicas e privadas.

---

## COMO ENGAJAR-SE AO PROJETO

Em todos os nossos materiais de comunicação haverá box ou anexo, orientando sobre como colaborar financeiramente ou por outras vias com o projeto e onde obter mais informações.

Indicaremos às empresas, fundações, órgãos e institutos como tornarem-se patronos, destinando verbas à manutenção dos parques e corredores específicos como ocorre no Mamirauá.

Indicaremos às pessoas físicas e jurídicas como colaborar com trabalho voluntário, recursos financeiros e outras formas de participação, como a criação de RPPNs.

---

## ATIVIDADES PROPOSTAS

1. Geração de banco de imagens (fotos)
2. Geração de banco de imagens (vídeo)
3. Nomeação de um embaixador da biodiversidade.  
Papel não remunerado, desempenhado no UNICEF por Renato Aragão e Daniela Mercury.  
(A HCA e a HMP propõem-se a contactar o jornalista Pedro Bial propondo que aceite a missão.)

### Funções:

- Advogar pela causa
  - Comparecer a eventos visando mobilizar a atenção do público
  - Facilitar o acesso e dar credibilidade à manifestações e atos públicos
4. Publeditoriais em The Economist, (Survey sobre meio ambiente), Forbes, Der Spiegel, L'Express, Time (Japão), Newsweek (Japão e Coréia em idioma local) e Veja.  
Devem ser publicados no 1º ano (start do projeto de marketing) conforme indicado nos anexos.
  5. Produção de documentários (série): "Corredores de Preservação da Biodiversidade" para distribuição a TVs locais" e internacionais (26 minutos de programa em 3 brakes, totalizando 30' de exibição).  
Produzidos os conteúdos, a HCA e a HMP propõem-se a contactar parceiros potenciais, para que sejam exibidos na TV aberta (redes) e TV a cabo.

- Contatos preliminares já foram feitos com as redes Record, SBT, Educativa e GNT para sondagem de interesse. A HCA e a HMP propõem-se a tomar as medidas necessárias a qualificar estes projetos à captação de recursos incentivados.
6. Produção de livros de arte (série): "Corredores de Preservação da Biodiversidade" - cada parque e/ou corredor deverá ser objeto de um livro específico editado em português e inglês.  
A HCA e a HMP propõe-se a tomar as medidas necessárias a qualificar estes projetos à captação de recursos incentivados.
  7. Exposição itinerante: "Corredores de preservação da Biodiversidade", montada em painéis e apoiada por vídeos, livros e CD ROMs gerados pelas atividades 5 e 6 percorrerá, o país a partir do lançamento em São Paulo.  
A HCA e a HMP propõem-se a fazer os contatos necessários para que seu lançamento tenha lugar no Centro Cultural Itaú, com o apoio desta instituição.
  8. Revista em quadrinhos para escolas - a partir da criação do personagem "Mamirúá", a ser desenvolvido com o apoio de Ziraldo. O projeto será implantado com recursos incentivados e o patrocínio de empresas privadas.  
A HCA e a HMP propõem-se a contatar a Fundação Victor Civita para que dê apoio técnico e logístico à iniciativa e a divulgue na Revista Escola.
  9. Site na Internet - "Home page" a ser desenvolvido em colaboração com o universo "on line" (Joint Venture da Editora Abril com a Folha de S.Paulo, hoje o maior site do Brasil em número de consultas).
-

10. Assessoria de imprensa - a partir do start do projeto deverá atuar em caráter contínuo alimentando a imprensa local e internacional.  
A HCA e a HMP através dos recursos do "Marketing Group", propõem-se a operacionalizar este serviço.
  
  11. Brindes e materiais de merchandising: adesivos, bottons, camisetas, bonés, calendários. Devem ser desenvolvidos para venda em bancas, papelarias, quiosques, etc, com um selo do projeto (grife a ser criada).  
A operação deverá ser terceirizada e cedida à exploração comercial mediante pagamento de royalties de 5% destinados a arrecadar fundos permanentes para o projeto. A HCA e a HMP propõem-se a contactar a Amway (hoje com 150 mil distribuidores no Brasil) avaliando seu interesse em comercializar estes itens. A Amway se notabiliza mundialmente por seu compromisso com a Ecologia, já tendo sido distinguida em vários países com premiações e reconhecimento.
  
  12. Campanha de sustentação no meio revista, - no 2º e 3º ano do projeto os esforços para a geração da ambiência deverão prosseguir, no meio revista, utilizando os mesmos títulos selecionados, com anúncios de 1 página em cores distribuídos no período, alternando regiões geográficas conforme indicado nos anexos.
  
  13. Campanhas específicas de orientação às comunidades que habitam as regiões circunvizinhas dos corredores, em cada micro região devem ser desenvolvidas recorrendo aos meios próprios e dentro dos códigos culturais da comunidade alvo.  
O apoio financeiro para estas ações terá que ser obtido, caso a caso, junto aos governos estaduais e municipais e às empresas públicas e privadas com interesses em cada uma das regiões.
-

14. Pôsters - além de reprints do publieditorial em português (Veja) o pôster para afixação em locais públicos deverá ser usado em larga escala para fixação de nossa mensagem. Devemos fornecê-lo a grandes empresas, universidades, teatros e salas de espetáculo, organizadores de feiras de negócios, ministérios e autarquias.
15. Criação de uma gerência de marketing para o projeto - a HCA e a HMP propõem-se a alocar um profissional de 1º escalão (curriculum anexo) para gerenciar a captação de apoios, visitando diretorias de empresas e fundações públicas e privadas oferecendo as oportunidades de parceria. Esta ação deverá ser remunerada através de um "fee" mensal específico, comprometendo-se a HCA e a HMP a empreender os melhores esforços, auferindo lucro através de cláusula de êxito. O "fee" visa unicamente remuneração direta do tempo/hora do profissional alocado.
-

ANEXOS DE MÍDIA

---

**HCA**

**RESUMO DE VERBA (US\$)**

REVISTAS		PERIODIC.	SEGMENTAÇÃO	CUSTO 1 PAG 4C C/ MARGEM	CUSTO 4 PÁGINAS	OBS.
THE ECONOMIST	U.K.	Semanal	Survey - Tiragem Mundial	63.850,00	255.400,00	
DER SPIEGEL	GER	Semanal	Tiragem Total	58.194,00	232.776,00	previsão de 7% de aumento para 1997
FORBES	USA	Quinzenal	Tiragem Total	59.340,00	178.020,00	1 página bonificada
TIME	USA	Semanal	Japão	11.197,28	44.789,12	6% de desconto
L'EXPRESS	FRA	Semanal	Tiragem Total	29.770,00	119.080,00	previsão de 7% de aumento para 1997
NEWS WEEK	USA	Semanal	Nihon Ban (Japão)	9.913,25	39.653,00	Tabela anterior (96) com 5% de desconto
			Hankuk Pan (Coréia)	2.959,25	11.837,00	Tabela anterior (96) com 5% de desconto
VEJA	BR	Semanal	Tiragem Total	52.168,05	208.672,20	10% de acréscimo para publieitorial com 10% de desconto.
					<b>1.090.227,32</b>	





REVISTA

CUSTO E PROGRAMAÇÃO

ANO II

Cliente:

PRODUTO:

FORMATO:

P.ALVO:

1 pág. 4 cores

Mídia Internacional/Nacional

REVISTAS	CUSTO UNITÁRIO	Nº INS.	CUSTO TOTAL	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	
The Economist - UK - Semanal 1 pág. 4 cores, com margem -US\$	57,900,00	4	231,600.00	■	■	■	■				
Veja Nacional - Semanal 1 pág. 4 cores, sangrada - R\$	49.275,00	4	197.100,00	■	■	■	■				
Der Spiegel - GER - Semanal 1 pág.4 cores - US\$	58,194,00	4	232,776.00			■	■	■	■		
L'Express - FRA - Semanal 1 pág. 4 cores - US\$	29,770,00	4	119,080.00			■	■	■	■		
NewsWeek - USA - Nihon Ban-Ed.em lingua japonesa /semanal - 1 pá. 4 cores. - US\$	9,913,25	4	39,653.00			■	■	■	■		
NewsWek -USA -Hankuk Pan -Ed. em lingua Coreana / semanal - 1 pág. 4 cores - US\$	2,959.25	4	11,837.00			■	■	■	■		
FORBES - USA - quinzenal 1 pág. 4 cores	59,340.00	4	178,020.00	■	■		■		■		
TIME - USA/ Edição Japão Semanal 1 pág. 4cores - US\$	11,197.28	4	44,798.12			■	■	■	■		
<b>TOTAL</b>			<b>1,054,864.12</b>								
<p>Observ. - As Revistas The Economist (UK) e Veja Nacional(BR) estão com os custos 10% abaixo do estudo do Ano I, pois são páginas simples e não publicidtoriais.</p>											



REVISTA

CUSTO E PROGRAMAÇÃO

ANO III

Cliente:

PRODUTO:

FORMATO: 1 pág. 4 cores

P.ALVO: Mídia Internacional/Nacional

REVISTAS	CUSTO UNITÁRIO	Nº INS.	CUSTO TOTAL	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	
The Economist - UK - Semanal 1 pág. 4 cores, com margem -US\$	57,900,00	4	231,600.00	■	■	■	■				
Veja Nacional - Semanal 1 pág. 4 cores, sangrada - R\$	49.275,00	4	197.100,00	■	■	■	■				
Der Spiegel - GER - Semanal 1 pág.4 cores - US\$	58,194,00	4	232,776.00			■	■	■	■		
L'Express - FRA - Semanal 1 pág. 4 cores - US\$	29,770,00	4	119,080.00			■	■	■	■		
NewsWeek - USA - Nihon Ban-Ed.em lingua japonesa /semanal - 1 pá. 4 cores. - US\$	9,913,25	4	39,653.00			■	■	■	■		
NewsWek -USA -Hankuk Pan -Ed. em lingua Coreana / semanal - 1 pág. 4 cores - US\$	2,959.25	4	11,837.00			■	■	■	■		
FORBES - USA - quinzenal 1 pág. 4 cores	59,340.00	4	178,020.00	■	■		■		■		
TIME - USA/ Edição Japão Semanal 1 pág. 4cores - US\$	11,197.28	4	44,798.12			■	■	■	■	■	
<b>TOTAL</b>			<b>1,064,864.12</b>								
<p>Observ. - As Revistas The Economist (UK) e Veja Nacional(BR) estão com os custos 10% abaixo do estudo do Ano I, pois são páginas simples e não publicidtoriais.</p>											

**HCA**

## THE ECONOMIST

Semanal, noticiosa e de enorme prestígio internacional. The Economist é tida por muitos como a revista dos líderes. Permite alcançar os mais altos escalões das comunidades financeiras, políticas e empresariais em todo o mundo. Seu editorial é respeitado por sua forte defesa do sistema de livre comércio e da iniciativa privada.

Circulação: 609.441 exemplares semanais.

Distribuição Geográfica:	América do Norte:	45%
	Europa Continental:	22%
	Reino Unido:	17%
	Ásia & Pacífico:	11%
	Am. Latina, África e Oriente Médio	5%
Cargo Ocupado pelo Leitor:	Principal Executivo	49%
	Executivo	14%
	Outro	6%
	Legal/Médico/Educação	18%
	Consultor/Engenheiro	10%
	Governo	3%
Área de Atividade do Leitor:	Setor Primário	4%
	Setor Secundário	21%
	Setor Terciário	65%
	Governo	8%
	Outros	2%

**HCA**

The Economist também editará três suplementos especiais (surveys) durante o ano de 1997, em datas a serem determinadas, os quais serão encartados junto a uma edição normal da revista e distribuídos na circulação mundial.

O tema de dois destes suplementos tem excelente adequação ao nosso assunto, um deles abordando "Meio Ambiente e Desenvolvimento" e outro sobre "Indústria Farmacêutica e Biotecnologia".

Por este motivo e adequação aos temas, estamos recomendando a colocação do nosso publieditorial em um destes suplementos.

**HCA**

**TIME**

Time é requisitada e lida em grande escala por altos executivos profissionais, com significativa penetração entre os formadores de opinião, promovendo impacto e custo-benefício. Time é essencial para atingir e influenciar os homens de decisão no âmbito internacional.

O perfil de leitores, com exceção dos Estados Unidos, tem características muito semelhantes. Desta forma, podemos transferir o perfil acima também para o Time Japão - título selecionado para a veiculação do publiteditorial.

Circulação:	Estados Unidos:	4.000.000
	Europa, Norte da África e Oriente Médio:	578.926
	Ásia:	292.131
	América Latina:	98.000
	Japão :	74.070

Perfil Time Europa: Sexo Masculino:	79%
Idade 25-54 anos:	62%
Casados:	67%

Ocupação nos Negócios Administrativos:

Indústria:	54%
Profis. Liberais:	36%
Governo:	7%

Cargos nos Negócios e Indústria

CEO/Presidente/Proprietários:	17%
Executivos:	38%
Médios Executivos:	24%

**HCA**

Estamos recomendando o publieitorial apenas para a edição japonesa da revista Time, visto que nos demais países estamos bem cobertos com a programação do The Economist, edição mundial e um título local: EUA (Forbes), Alemanha (Der Spiegel) e França (L'Express).

Time Japão circula com 74.070 exemplares.

**HCA****FORBES**

Revista quinzenal dirigida aos top managers em negócios, indústrias e finanças. Seu editorial é focado sempre nos assuntos mais importantes do mundo das finanças, economia, tecnologia, leis, marketing, etc... antecipando tendências e oferecendo pontos de vista.

Circulação: 783.456 exemplares nos Estados Unidos.

Perfil do Leitor: 67% são Chairmains, Presidentes ou Vice-Presidentes  
50% pertencem a uma ou mais empresas

Investidores Ativos em todas as Áreas: 63%

Empresários: 88%

Sócio-proprietários: 56%

Participação em outras empresas: 78%

Média de Investimentos (US\$ 2,076,000.): 98%

**HCA****L'EXPRESS**

L'Express é a maior revista noticiosa da França. Considerada uma instituição do jornalismo francês. Seu editorial procura manter uma reflexão fiel do que está acontecendo na sociedade francesa. É a primeira a introduzir os mais importantes debates e idéias.

Circulação: 553.837 exemplares semanais.

Perfil do Leitor:

- 41,3% são homens economicamente ativos
- 54,7% estão na faixa dos 25 aos 49 anos de idade
- 52,0% são executivos ou profissionais liberais
- 34,8% são executivos de vendas
- 11,2% são diretores ou altos executivos de grandes empresas



**HCA****DER SPIEGEL**

Toda semana, quase um milhão de exemplares de Der Spiegel são vendidos na Alemanha. São 6 milhões de leitores que têm na revista uma visão clara da política, economia e eventos culturais. Der Spiegel é lida por formadores de opinião e outros importantes targets.

Circulação: 980.000

Alemanha: 870.657

Fora da Alemanha (Áustria, Suíça, Itália, etc.): 109.343

Perfil do Leitor: 14% são executivos-senior em companhias com mais de 250 funcionários.

**HCA****NEWSWEEK**

Revista semanal com mais de 4 milhões de tiragem mundial. Seu editorial é centrado nas últimas notícias e análises que tenham principalmente interesse mundial nas áreas de economia, finanças, política, esportes, cultura etc... É editada em diversas línguas além do inglês: japonês, coreano, russo e espanhol.

Circulação: 4.142.000 exemplares semanais em todo o mundo.

140.000 na edição em língua japonesa (Newsweek Nihon Ban)

150.000 na edição em língua coreana (Newsweek Hankuk Pan)

Perfil do leitor/assinante: **NIHON BAN**

78% são homens

49% têm entre 30 e 49 anos

Ocupação: Negócios/Indústria: 54%

Cargos Ocupados: Alto escalão: 18%

Médio escalão: 35%

Técnicos: 9%

Chefia: 32%

**HCA****Perfil do leitor/assinante HANKUK PAN**

56% são homens

Média de idade 46 anos

Cargos Ocupados: Membros do Conselho/Diretores: 53%

Altos executivos: 49%

Outros com poder de decisão: 80%

Para nosso publieditorial estamos programando somente as edições em língua japonesa e coreana - Newsweek Nihon Ban e Newsweek Hankuk Pan - visto haver no Japão, uma séria preocupação com assuntos ligados à preservação do meio ambiente e face aos crescentes investimentos coreanos no Brasil.

**HCA****VEJA**

Veja é incontestavelmente a maior revista do Brasil e a 5ª maior revista de informação do mundo. Vende todas as semanas mais exemplares que todas as demais revistas de informação do Brasil somadas.

A maior e mais importante revista brasileira se torna cada vez mais leitura obrigatória daqueles que formam a opinião pública. VEJA garante a divulgação de nossa mensagem a quase 5 milhões de leitores, considerando o número médio de 4 leitores por exemplar.

Circulação: 1.170.572

Perfil do leitor: 48% são homens

57% são das classes A e B

59% têm entre 20 e 39 anos

34% têm curso superior

RESUMO DE CUSTOS

**RESUMO DE CUSTOS**

	<b>1º ANO R\$</b>	<b>2º ANO R\$</b>	<b>3º ANO R\$</b>	<b>TOTAL R\$</b>
1. Banco de Imagens (Foto)	50.000,00	50.000,00	50.000,00	150.000,00
2. Banco de Imagens (Vídeo)	subproduto dos documentários sem custo à parte			
3. Embaixador	trabalho voluntário			
4. Publieditoriais (4 páginas em cores)	1.090.227,32	-	-	1.090.227,32
5. Produção de documentários	recursos incentivados a serem levantados junto a terceiros			
6. Produção de livros de arte	recursos incentivados a serem levantados junto a terceiros			
7. Exposição itinerante	patrocínio privado a ser obtido			
8. Revista em quadrinhos	patrocínio privado a ser obtido			
9. Site Internet	patrocínio privado a ser obtido			
10. Assessoria de imprensa ("fee" mensal de R\$5.000,00 mais reserva para desembolso R\$1.000,00)	72.000,00	72.000,00	72.000,00	216.000,00
11. Brindes e material de merchandising	produção sob encomenda para o projeto. Viabilizados, (5% das vendas) sem custos serão geradores de receita			
12. Campanha de sustentação no meio revistas	-	1.054.864,12	1.054.864,12	2.109.728,24
13. Campanha de orientação às comunidades	patrocínios a serem obtidos caso a caso, junto a terceiros			
14. Pôsters (50.000) formato 36x50 impressos em papel couché	18.000,00	-	-	18.000,00
15. Gerência de Marketing do projeto	60.000,00	60.000,00	60.000,00	180.000,00
16. Reserva para produção dos publieditoriais e anúncios	45.000,00	15.000,00	15.000,00	75.000,00
<b>TOTAIS</b>	<b><u>1.335.227,32</u></b>	<b><u>1.251.864,12</u></b>	<b><u>1.251.864,12</u></b>	<b><u>3.838.955,56</u></b>

**LUIZ CHRYSOSTOMO DE OLIVEIRA NETO**  
**Diretor de Atendimento ao Programa**

Diretor de Desenvolvimento de Negócios da HCA.

Formado em Marketing pela Faculdade Anhembi-Morumbi - SP.

Foi diretor das áreas Comercial e Marketing da Polyvox e da Gradiente, sendo responsável pelo lançamento do Atari (primeiro video game nacional. Atuou como consultor de Marketing na Polymex (Polyvox México), e desenvolveu trabalhos junto à Garrard (USA).

Na área pública foi Coordenador de Comunicação do Governo de São Paulo e Assessor Especial do Governador Montoro. Na esfera federal foi Assessor Especial do Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, e Secretário de Divulgação do Gabinete Civil da Presidência da República.

Como empresário, administrou empresas de Assessoria de Imprensa e Marketing Político, tendo desenvolvido uma carteira significativa de clientes: Brahma, Banco Nacional, Gradiente, Grupo Eldorado, Governo do Pará, Ministério das Relações Exteriores, entre outros.

**Proposta para captação de  
recursos humanos especializados  
para a Coordenação das  
atividades do  
Projeto Parques e Reservas - PPR-PP/G7**



87

São Paulo, 26 de dezembro de 1996  
SFRH - 378/96

Ilmo. Sr.  
Helder Queiroz  
Consultor do Projeto  
Parques e Reservas - PP/G7  
Brasília, DF

Prezado Senhor Queiroz,

Estamos muito lisonjeados com a perspectiva de participar do Projeto Parques e Reservas PP/G7. Tivemos o privilégio de sermos os escolhidos, precisamente um ano atrás, para selecionar e recomendar o executivo principal do FUNBIO, projeto de cooperação entre o Banco Mundial, a Fundação Getúlio Vargas e diversas entidades de grande destaque no mundo ambientalista e da biodiversidade. Em consequência, com a aprovação do Comitê Diretor do Projeto, planejamos e executamos um plano de divulgação e pronto atendimento (via fone e fax) que nos permitiu identificar 155 potenciais candidatos, todos dentro dos requisitos do cargo, mais de 70% dos quais com mestrado ou doutorado concluído em alguma área ambiental. A abrangência do recrutamento e do pronto atendimento a consultas visou satisfazer dois fatores, a nosso ver, essenciais: assegurar total transparência do processo decisório e amplo acesso a todos os que pretendessem participar da seleção por um lado e, simultaneamente, permitir a participação de potenciais candidatos residentes no exterior. Assim, pudemos contar com o valioso concurso de brasileiros engajados em projetos relevantes de biodiversidade e residentes em Genebra, Washington, Santiago, Nairobi, entre outros.

No tocante ao PPR, os requisitos expostos no fax de V.Sa. nos parecem naturais e adequados ao tipo de função a exercer. A exposição, pelo menos do **senior**, ao contexto ambientalista internacional e a fontes de **funding** nos parece "sine qua non". Devemos destacar que, possivelmente, a dificuldade maior a considerar será a fixação dos contratados na cidade de Manaus.

Quanto aos nossos honorários e despesas diretas decorrentes do processo seletivo destacamos os tópicos que consideramos principais e seus respectivos montantes, a valor presente:

87

1. Divulgação: pela sua abrangência que transcende o mercado estritamente regional, sugerimos a veiculação, com anúncios destacados (tamanho aproximadamente 6 colunas por 18cm), nos jornais O Estado de S.Paulo, Gazeta Mercantil e Jornal do Brasil

Custo estimativo

R\$10 - 12.000,00

2. Análise dos job profiles; determinação dos fatores de comparação e eliminação (com V.Sa.); atendimento a consultas; análise dos currícula; triagem via leitura; descarte e agradecimento, por escrito, aos não pré-qualificados; convocação para entrevistas dos pré-qualificados; determinação dos locais para entrevista conforme a quantidade de candidatos e sua concentração geográfica; entrevistas (aproximadamente 2h por pessoa); descarte dos não aproveitados; preparação do relatório final dos qualificados, com comprovação de títulos e/ou experiências; preparação de relatório analítico complementar contendo o detalhamento do processo global, cronograma, número total de candidatos considerados e outros detalhes decorrentes do próprio trabalho desenvolvido; apresentação dos candidatos recomendáveis, em reunião pessoal da consultoria com V.Sa.; coordenação das entrevistas entre V.Sa. e os candidatos finalistas; acompanhamento das entrevistas até a decisão da escolha final; intermediação das negociações conforme a necessidade; comunicação, por escrito, aos não aproveitados; comunicação e cumprimentos aos aproveitados; montagem e manutenção (passiva) durante um ano, de um banco de dados para uso exclusivo do PPR, composto de todos os currícula recebidos

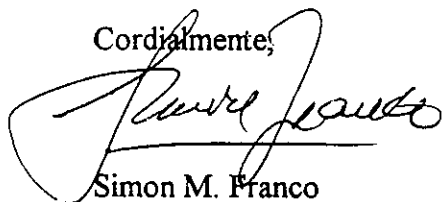
Honorários

R\$60.000,00

3. Contratação: na efetiva contratação dos profissionais será cobrado um honorário adicional que corresponde a 150% do primeiro mês de salário de cada contratado
4. Despesas não incluídas na presente proposta: viagens, hospedagem, refeições e outros extras não previsíveis no presente momento. Estas serão assumidas ou reembolsadas pela entidade cliente. Em nenhuma hipótese serão efetuadas despesas desta natureza sem a prévia aprovação da entidade cliente
5. As condições de pagamento serão devidamente explicitadas por ocasião da negociação da presente proposta e previamente à sua aceitação final
6. Estimamos que o tempo ideal para a realização do trabalho acima seja da ordem de 120-150 dias. Não cremos que uma tarefa da envergadura e importância da descrita por V.Sa. possa ser realizada, com qualidade, em prazo inferior a 120 dias

Na expectativa de podermos ser parceiros de V.Sa. num projeto de tamanha repercussão econômica, política e social, ficamos à sua disposição para qualquer esclarecimento adicional e subscrevêmo-nos

Cordialmente,



Simon M. Franco

## ***Proposta para Criação do Banco de Imagens dos Corredores Ecológicos***

**Ao Projeto Parques e Reservas – PP-G7.**

**At: Dr. José Márcio Ayres**

**Ref.: Fotografia das unidades de conservação dos corredores da Mata Atlântica Norte e Amazônia Central.**

### **Fotografia de natureza e divulgação**

Os parques nacionais e estações ecológicas freqüentemente contrariam interesses das comunidades vizinhas ou de empreendimentos econômicos, que não podem ou não desejam compreender porque grandes extensões de terra são mantidas incultas ou seus recursos não utilizados. Assim, surgem conflitos que apenas podem ser resolvidos, sem uso de força e repressão, através de campanhas de informação e divulgação junto às populações locais. Estes choques causam grandes prejuízos às unidades de conservação, que sofrem invasões de garimpeiros, caçadores e madeireiros ou mesmo atentados graves, como a provocação de incêndios.

Por outro lado, a sociedade civil deve ser motivada a defender seu patrimônio natural e levada a compreender a importância e as razões para a conservação da natureza. O apoio da opinião pública legitima a criação e manutenção das reservas de natureza e a ação dos órgãos ambientais. Isoladas, as agências governamentais e seus dirigentes ficam enfraquecidos, perdem representatividade no Congresso e tendem a perder todas as batalhas políticas para conseguir recursos e gerir as unidades de conservação.

Essa tem sido a história da relação de nossas áreas protegidas e seus administradores com a sociedade brasileira. Como a fotografia pode ajudar a reverter este processo?

A fotografia de natureza traz imagens dos ecossistemas, da flora e da fauna para aqueles que não foram educados para apreciar a natureza ou não tiveram a oportunidade de vivenciá-la. A divulgação das reservas ecológicas com imagens de animais, plantas e paisagens naturais aproximam o público dessas áreas, geralmente de difícil acesso e sem infra-estrutura para receber turismo. Através do contato, forma-se o vínculo. Através do vínculo, a compreensão, o conhecimento, a relação afetiva e emocional, o engajamento, o interesse em cuidar e conservar.

Com o crescente interesse da sociedade pela natureza brasileira, o que já é um resultado da incipiente divulgação através da imprensa, televisão, livros e outros meios, o ecoturismo tenderá a crescer e poderá garantir a sustentabilidade a longo prazo do sistema de unidades de conservação e dos corredores florestais da Amazônia e Mata Atlântica, sem a dependência de novos e constantes aportes de verbas. Para isso, será necessário desenvolver o uso social das áreas protegidas, criando infra-estrutura para o ecoturismo e atraindo o público com campanhas de *marketing* e propaganda, utilizando a fotografia de natureza. As campanhas para corrigir os hábitos de uso da fauna como animais de estimação, o comércio de animais silvestres e a coleta de plantas (principalmente de plantas ornamentais) também vão necessitar de fotografias de animais e plantas.

Imagens da natureza viabilizam também a produção de guias de campo para o conhecimento da fauna, guias para visitação e interpretação dos parques, folhetos e cartazes de divulgação e propaganda, livros e outros produtos diversos (ilustração de palestras, jogos infantis educativos, cartões-postais, CD-ROM, etc.). As fotografias também possibilitam reportagens em revistas e jornais e até a produção de filmes, vídeos e programas de televisão. A criação de campanhas inteiras para a valorização das reservas ecológicas depende de fotografias de qualidade. Finalmente, o objetivo maior da proteção da biodiversidade, envolvendo relações sociais complexas, exigirão do *marketing*, da propaganda e da educação ambiental a utilização ampla da fotografia de natureza.

### **O método de trabalho**

As florestas tropicais são os ecossistemas que apresentam as maiores dificuldades para a fotografia de natureza. As condições de luz são precárias, o acesso a áreas distintas de uma reserva é difícil, o ambiente florestal fechado dificulta a localização dos animais ou a visualização de boas composições para a fotografia de paisagens e as chuvas frequentes roubam o tempo programado para a realização do trabalho. Para superar estes obstáculos e realizar o trabalho em períodos curtos (20-30 dias), o fotógrafo precisa utilizar os serviços de um biólogo para localizar os animais, atraí-los com técnicas de isca (alimento) ou *playback* (no caso de algumas espécies, na época de acasalamento), ou mesmo para ajudar a carregar tripés, câmaras e *flashes* eletrônicos. Devido ao acesso difícil, será necessário também contar com a hospedagem e o apoio de pessoal e veículos nos parques, onde isto for possível. Em áreas mais remotas e sem qualquer infra-estrutura, será necessário contratar guias e meios de transporte locais.

Diversos aspectos das unidades de conservação serão fotografados para este trabalho: paisagens, mostrando as diferentes fitofisionomias da reserva, plantas, animais, atividades dos moradores locais, atividades de técnicos do Projeto Parques e Reservas e interferências na reserva (problemas de manejo da reserva, como incêndio, invasão de madeiros ou caçadores, etc.) ou ações externas com influência nos corredores (desmatamento, animais mantidos como xerimbabos, etc.).

Algumas reservas, com maior diversidade de formações vegetais e vida silvestre, oferecerão mais oportunidades para a fotografia de natureza (por exemplo, as reservas do Mamirauá, Anavilhanas e Jaú, na Amazônia e Monte Pascoal, Abrolhos e Sooretama, na Mata Atlântica). Outras, menores e com menor diversidade, não serão tão generosas (por exemplo, Sauim-Castanheiras, na Amazônia e Una e as pequenas reservas da CEPLAC, no sul da Bahia).

Em um curto período de tempo, como serão as visitas às unidades de conservação, não será possível fotografar algumas espécies de animais. No entanto, ao longo de vários anos de trabalho, o (s) fotógrafo (s) já produziu fotografias de diversas espécies ameaçadas de extinção que ocorrem nas reservas dos corredor da Mata Atlântica Norte e no corredor da Amazônia Central.

Estas considerações têm grande importância na formulação desta proposta e do orçamento.

### **Cessão de direitos de uso de fotografias e orçamento**

Este orçamento refere-se à produção e cessão, sem exclusividade, de 2.000 (duas mil) fotografias, para os respectivos órgãos gestores dos corredores da Mata Atlântica Norte e da Amazônia Central” (aqui chamados de “órgão gestor”), utilizarem em qualquer produto, como sugerido na introdução. No entanto, o órgão gestor não poderá ceder estas fotografias a terceiros, nem permitir que sejam utilizadas comercialmente. O (s) fotógrafo (s) manterá seus direitos autorais sobre as fotografias, podendo comercializá-las livremente através da cessão parcial de direitos autorais, mantendo sempre em sua posse as transparências originais.

Considerando-se as razões apresentadas no capítulo **O método de trabalho**, a produção e cessão das fotografias será realizada com visitas às unidades de conservação e a duplicação das fotografias dos arquivos do (s) fotógrafo (s).

Entre 10 (dez) e 15 (quinze) unidades de cada corredor florestal serão fotografadas, numa média de 70 (setenta) fotografias para cada unidade de conservação, num total de 2.000 fotografias dos diversos aspectos dos parques e reservas. O período previsto para a realização de todo o trabalho será de 5 meses. O trabalho será realizado por 2 fotógrafos e seus assistentes.

### Orçamento:

item	preço unitário	total
1500 filmes e revelação	R\$20,00	R\$30.000,00
1000 duplicatas de <i>slides</i>	R\$3,50	R\$3.500,00
honorários dos fotógrafos	R\$4.000,00 / mês / fotógrafo (2X) / 5 meses	R\$40.000,00
honorários dos assistentes	R\$2.000,00 / mês / assistente (2X) / 4 meses	R\$16.000,00
passagens aéreas		R\$10.000,00
diárias (em média)	2 pessoas / 120 dias 2X (R\$50,00 / dia)	R\$24.000,00
sobrevôo para foto aérea	R\$750,00 / 5 horas / 10 parques	R\$12.500,00
aluguel de carro, barco e guia		R\$12.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>R\$148.000,00</b>

Total deste orçamento: R\$148.000,00 (cento e quarenta e oito mil reais).

### Forma de pagamento

O pagamento do trabalho deverá ser realizado em 3 etapas, com um adiantamento de 50% (cinquenta por cento), no início do trabalho, 30% (trinta por cento) após 3 meses e 20% (vinte por cento) na entrega das fotografias. Esta forma de pagamento viabiliza a compra de filmes e suas revelações, as despesas com o trabalho e os honorários dos fotógrafos e seus assistentes.

### Cronograma

As visitas às unidades de conservação serão realizadas em quatro meses. A seleção e montagem das transparências e a duplicação das fotografias tomará o mês seguinte ao trabalho de campo. A data das viagens para os parques e reservas será decidida de acordo com a liberação da verba e as épocas mais propícias para fotografia de natureza na Mata Atlântica e na Amazônia.

Aguardando sua resposta a esta proposta e colocando-me à sua inteira disposição para dirimir quaisquer dúvidas, subscrevo-me,

muito atentamente,

Luiz Claudio Marigo

**Lista de pessoas que colaboraram  
com os consultores na elaboração  
desta versão do Projeto.**

**LISTA DE COLABORADORES DOS CONSULTORES NA ELABORAÇÃO DO PROJETO PARQUES E RESERVAS - PP/G7, Versão 2.0**

Além dos participantes dos workshops regionais, colaboraram da elaboração do documento as seguintes pessoas:

**Assustos Gerais** - Paulo Nogueira Neto (USP), Chris Dievald (BIRD), Bob Schneider (BIRD), Anthony Anderson (BIRD), Ricardo Soavinski (IBAMA), Peter Seile e Militão Ricardo (GTZ), Dietmar Wenz (KfW), José Vasconcelos (UE), Gordon Armstrong (ODA), Cláudia Sobrevilla (BIRD), José Edil Benedito, Victor Sucupira, João Batista Monsã e Mário Moraes (MMA), Vicente Nogueira (IPAAM), Philip Fearnside (INPA), Hamilton Casara (Supes-AM/IBAMA), Angelo Francisco (Supes-AM/IBAMA)

**Projeto de Marketing** - HCA - Hiran Castello Branco, Camargo & Associados (SP)

**Banco de Imagens** - Luiz Cláudio Marigo e Claus Meyer (RJ)

**APP's e RPPN's** - Godhard Bodens (IPN) e Moacyr Arruda (DICOE-IBAMA) (BSB)

**Parque Nacional do Jaú** - Carlos Miller (FVA) (Manaus)

**Reserva Desenvolvimento Sustentável do Amanã** - William Crampton (SCM) (Tefé-AM), João Pena, Vera da Silva (SCM/INPA) (Manaus)

**Parque Estadual Serra dos Martírios / Andorinhas** - Crisomar Lobato (SEMATEC) (Belém)

**Reserva Biológica do Gurupí** - David Oren (MPEG), IBAMA/Supes-MA & AMAVIDA (PA & MA)

**Reserva Biológica do Uatumã** - Rubens Ghilardi (ELETRONORTE)

**Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Uatumã (proposta)** - Stella Maris Lazzarini (ELETRONORTE)

**Parque Nacional da Amazônia** - David Oren (MPEG), IBAMA/Supes-PA (Belém)

**Estação Ecológica de Maracá** - Gilberto Sales e Tarcísio Pereira (DEUC-IBAMA)

**Parque Nacional de Monte Roraima** - Gilberto Sales e Tarcísio Pereira (DEUC-IBAMA)

**Parque Nacional do Araguaia** - Gilberto Sales e Tarcísio Pereira (DEUC/IBAMA)

**Levantamentos no Corredor Central Mata Atlântica** - André Hirsh e Heloisa Helena de Oliveira (MG e SP)

**Mapas e Banco de Dados Mata Atlântica** - Charilotte Landau e André Hirsh (CI do Brasil) (MG)

**Banco de Dados Amazônia e Mata Atlântica** - Renato Correa (SCM), Carolina Diniz (SCM), SIGUC/IBAMA, OEMA's e Supes's

**Apoio Logístico CNPq** - Angela Paulista (BSB)

**Mapas Corredores (arte)** - Paulo Valério Selveira / HMP Comunicação (BSB)

**Mapas Corredores (arte)** - Cristina Gomide / Formato Design Gráfico (BSB)

**Orcamento Geral** - Ana Rita Alves (SCM/Belém)

**Sistema de Rádio Comunicação** - Carmen Figueiredo (UE) (BSB)